



ACADEMIA MILITAR

O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO COMBATE À CAPTURA E COMÉRCIO ILEGAL DO MEIXÃO

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Franco Amado

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Doutor João Loureiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO COMBATE À CAPTURA E COMÉRCIO ILEGAL DO MEIXÃO

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Franco Amado

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Doutor João Loureiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão e namorada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor José Fontes, pela permanente disponibilidade para me ajudar em todas as minhas questões e pelo apoio ao longo do desenvolvimento de toda a investigação, desempenhando um papel crucial.

Ao meu Coorientador, Doutor João Loureiro, que apesar do pouco tempo disponível, sempre conseguiu ajudar-me nas matérias específicas inerentes ao tema escolhido, valorizando a investigação com o seu conhecimento.

Ao Major de Infantaria da GNR Ricardo Vaz Alves, por todo o contributo prestado desde o início da investigação até à sua conclusão, fornecendo orientações importantes acerca da Guarda Nacional Republicana e como a temática é abordada no seio da Instituição.

À Professora Doutora Isabel Domingos, por toda a sua disponibilidade demonstrada e auxílio prestados em aspetos fundamentais para o bom desenrolar da presente investigação, enriquecendo a mesma com os seus valiosos contributos.

Ao Tenente Juan García, por todo o tempo dedicado à coordenação da minha visita ao SEPRONA, assim como, os conhecimentos transmitidos essenciais para a elaboração deste trabalho.

A todos os entrevistados pelo tempo que dispenderam na elaboração das entrevistas, bem como pela sua contribuição para a valorização da presente investigação.

A todos os camaradas do XXIV Curso de Formação de Oficiais da GNR pelo apoio prestado ao longo deste período de formação.

À minha família, que sempre me acompanhou e motivou a ultrapassar todos os obstáculos que foram surgindo, pois sem eles, esta investigação não era possível de ser alcançada.

À minha namorada Catarina, por todo o seu apoio, amizade, companheirismo e amor, que sempre me motivou ao longo deste percurso da minha vida e me ajudou a superar todos os desafios.

A todos, muito obrigado.

Miguel Amado

RESUMO

O comércio ilegal de vida selvagem tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, representando uma das formas mais rentáveis para o crime organizado alcançar elevados lucros com um baixo risco de sanções.

A captura e o comércio ilegal do meixão constituem uma atividade prejudicial para a preservação da espécie de enguia europeia e contrária à lei, levando-nos à presente investigação subordinada ao tema: “O papel da Guarda Nacional Republicana no combate à captura e comércio ilegal do meixão”.

Considerando o tema apresentado, definiu-se como objetivo geral da investigação compreender e analisar a atuação da Guarda Nacional Republicana de forma a garantir um combate mais eficaz na captura e comércio ilegal do meixão.

A metodologia utilizada segue o método dedutivo que assenta num raciocínio do geral para o particular. A investigação assenta numa abordagem qualitativa, recorrendo à análise documental e à realização de entrevistas como instrumentos científicos de recolha de dados para chegar às conclusões.

Apurámos que a Guarda Nacional Republicana realiza operações, essencialmente direcionadas para a captura ilegal do meixão, e que os Núcleos de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, órgão especializado e com a competência para desenvolver as investigações neste âmbito, não possuem a disponibilidade nem efetivo desejável para tal.

No entanto, consideramos que a chave para o sucesso da interdição da captura ilegal do meixão encontra-se na aposta em ações dirigidas para a investigação dos circuitos de comercialização.

Assim, conclui-se que a Guarda Nacional Republicana, devido à sua missão e dispersão territorial, possui um papel fundamental no combate à captura e comércio ilegal do meixão, mas acreditamos que esta poderia aumentar a sua eficácia frente a esta problemática mediante a implementação das propostas sugeridas.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; enguia europeia; meixão; fiscalização; investigação.

ABSTRACT

The illegal wildlife trade has increased considerably over the past few years, representing one of the most profitable ways for organized crime to achieve high profits with a low risk of sanctions.

The illegal capture and trade are a detrimental activity to the preservation of the European eel species and contrary to the law, leading us to the present investigation under the theme: "The role of the Republican National Guard in combating illegal capture and trade of the glass eels".

Considering the topic presented, it was defined as the main goal of the investigation to understand and analyze the performance of the National Republican Guard in order to guarantee a more effective combat in the illegal capture and trade of the glass eels.

The methodology used follows the deductive method, based on a reasoning from the general to the particular. The research takes a qualitative approach, using documentary analysis and interviews as scientific instruments of data collection to reach the conclusions.

We have determined that the Republican National Guard carries out operations, essentially directed to the illegal capture of the glass eels and that the Investigation of Crimes and Environmental Disputes Nuclei, specialized agency and with the competence to develop the investigations in this scope, do not have the availability nor the desirable human resources for such.

Nevertheless, we consider that the key to the prohibition of illegal capture of the glass eels' success is to bet in actions directed to the investigation of the circuits of commercialization.

Thus, we conclude that the Republican National Guard, due to its mission and territorial dispersion, plays a fundamental role in combating illegal capture and trade of the glass eels. However, we believe that it could increase its effectiveness in dealing with this problem through the implementation of the proposals suggested in this investigation.

Keywords: Republican National Guard; european eel; glass eels; fiscalization; investigation.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
CAPÍTULO 1 – COMÉRCIO ILEGAL DE VIDA SELVAGEM	5
1.1. Visão Global	5
1.2. A Enguia Europeia.....	7
1.2.1. Ciclo de Vida da Enguia Europeia.....	7
1.2.2. Captura e Comércio Ilegal da Enguia Europeia	7
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO LEGAL	13
2.1. A Convenção CITES.....	13
2.2. Enquadramento Legislativo Comunitário	14
2.3. Enquadramento Legislativo Nacional.....	16
CAPÍTULO 3 – A GNR E O MEIXÃO.....	20
3.1. Competência	20
3.2. Modo de Atuação	22
3.3. Estatística e Dados de Operações	23
3.4. Panorama Internacional.....	24

PARTE II – PARTE PRÁTICA.....	25
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	25
4.1. Modelo de Análise.....	25
4.2. Método de Abordagem da Investigação.....	26
4.3. Técnica de Recolha de Dados.....	26
4.4. Amostragem	27
4.5. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados	28
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
5.1. Entrevistas Exploratórias.....	29
5.2. Entrevistas tipo A.....	30
5.2.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1 (Entrevista tipo A)	30
5.2.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2 (Entrevista tipo A)	31
5.2.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3 (Entrevista tipo A)	32
5.2.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4 (Entrevista tipo A)	34
5.2.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5 (Entrevista tipo A)	35
5.2.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6 (Entrevista tipo A)	36
5.2.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7 (Entrevista tipo A)	38
5.2.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8 (Entrevista tipo A)	39
5.2.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9 (Entrevista tipo A)	40
5.2.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10 (Entrevista tipo A) ..	41
5.3. Entrevista tipo B	42
5.3.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1 (Entrevista tipo B)	42
5.3.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2 (Entrevista tipo B)	43
5.3.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3 (Entrevista tipo B)	44
5.3.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4 (Entrevista tipo B)	45
5.3.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5 (Entrevista tipo B)	46

5.3.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6 (Entrevista tipo B)	47
5.3.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7 (Entrevista tipo B)	47
5.3.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8 (Entrevista tipo B)	48
5.3.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9 (Entrevista tipo B)	49
5.3.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10 (Entrevista tipo B) ..	49
5.4. Entrevista tipo C	50
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – DADOS DE APREENSÕES DO MEIXÃO REFERENTES À GNR	II
APÊNDICE B – MODELO DE ANÁLISE DE INVESTIGAÇÃO	III
APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	VI
APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO A.....	VIII
APÊNDICE E – GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO B	XIII
APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO C	XVIII
APÊNDICE G – PROPOSTA DO MODELO DA UNIDADE CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTAL (UCIA).....	XXIII
ANEXOS	XXIV
ANEXO A – CICLO DE VIDA DA ENGUIA EUROPEIA	XXV
ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DO MAR DOS SARGAÇOS	XXVI
ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO DA ENGUIA EUROPEIA	XXVII
ANEXO D – ESPÉCIME DE MEIXÃO.....	XXVIII
ANEXO E – AQUACULTURA DA ENGUIA NO MUNDO	XXIX
ANEXO F – REDES ILEGAIS USADAS NA CAPTURA DO MEIXÃO	XXX
ANEXO G – INTERMEDIÁRIOS.....	XXXI
ANEXO H – VEÍCULO MODIFICADO PARA O TRANSPORTE DO MEIXÃO VIVO	XXXII

ANEXO I – TRANSPORTE DE MEIXÃO EM CARGA DE PORÃO.....	XXXIII
ANEXO J – <i>SCANNER</i> DA CARGA DE PORÃO DECLARADA COMO OUTRA ESPÉCIE (PARTE DE CIMA) COM MEIXÃO NA METADE DE BAIXO.	XXXIV
ANEXO K – TRANSPORTE DE MEIXÃO EM BAGAGEM DE MÃO	XXXV
ANEXO L – <i>SCANNER</i> NO AEROPORTO DA BAGAGEM DE MÃO.....	XXXVI

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de vida da enguia europeia	XXV
Figura 2 - Localização do Mar dos Sargãos	XXVI
Figura 3 - Distribuição da enguia europeia em território continental (verde); ocorrências raras (amarelo).....	XXVII
Figura 4 - Espécime de meixão	XXVIII
Figura 5 - Aquacultura de enguia no mundo	XXIX
Figura 6 - Redes ilegais usadas na captura do meixão	XXX
Figura 7 – Intermediários	XXXI
Figura 8 - Veículo modificado para o transporte do meixão vivo.....	XXXII
Figura 9 - Transporte de meixão em carga de porão	XXXIII
Figura 10 - <i>Scanner</i> da carga de porão declarada como outra espécie (parte de cima) com meixão na metade de baixo	XXXIV
Figura 11 - Transporte de meixão em bagagem de mão.....	XXXV
Figura 12 - <i>Scanner</i> no aeroporto da bagagem de mão	XXXVI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Análise das respostas à questão n.º 1 (Entrevista tipo A)	30
Quadro 2 - Análise das respostas à questão n.º 2 (Entrevista tipo A)	32
Quadro 3 - Análise das respostas à questão n.º 3 (Entrevista tipo A)	33
Quadro 4 - Análise das respostas à questão n.º 4 (Entrevista tipo A)	35
Quadro 5 - Análise das respostas à questão n.º 5 (Entrevista tipo A)	36
Quadro 6 - Análise das respostas à questão n.º 6 (Entrevista tipo A)	37
Quadro 7 - Análise das respostas à questão n.º 7 (Entrevista tipo A)	38
Quadro 8 - Análise das respostas à questão n.º 8 (Entrevista tipo A)	39
Quadro 9 - Análise das respostas à questão n.º 9 (Entrevista tipo A)	40
Quadro 10 - Análise das respostas à questão n.º 10 (Entrevista tipo A)	42
Quadro 11 - Análise das respostas à questão n.º 1 (Entrevista tipo B).....	43
Quadro 12 - Análise das respostas à questão n.º 2 (Entrevista tipo B).....	44
Quadro 13 - Análise das respostas à questão n.º 3 (Entrevista tipo B).....	45
Quadro 14 - Análise das respostas à questão n.º 4 (Entrevista tipo B).....	45
Quadro 15 - Análise das respostas à questão n.º 5 (Entrevista tipo B).....	46
Quadro 16 - Análise das respostas à questão n.º 6 (Entrevista tipo B).....	47
Quadro 17 - Análise das respostas à questão n.º 7 (Entrevista tipo B).....	48
Quadro 18 - Análise das respostas à questão n.º 8 (Entrevista tipo B).....	48
Quadro 19 - Análise das respostas à questão n.º 9 (Entrevista tipo B).....	49
Quadro 20 - Análise das respostas à questão n.º 10 (Entrevista tipo B).....	50
Quadro 21 - Análise das respostas à Entrevista tipo C.....	51
Quadro 22 - Dados de apreensões do meixão referentes à GNR entre 2014 e 2018.....	II
Quadro 23 - Modelo de análise da investigação.....	III
Quadro 24 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo A	VI
Quadro 25 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo B.....	VII
Quadro 26 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo C.....	VII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A — Dados de apreensões do meixão referentes à GNR

Apêndice B — Modelo de análise de investigação

Apêndice C — Caracterização dos entrevistados

Apêndice D — Guião de entrevista tipo A

Apêndice E — Guião de entrevista tipo B

Apêndice F — Guião de entrevista tipo C

Apêndice G — Proposta do modelo da Unidade Central de Investigação Ambiental (UCIA)

ANEXOS

Anexo A — Ciclo de vida da enguia europeia

Anexo B — Localização do Mar dos Sargaços

Anexo C — Distribuição da enguia europeia

Anexo D — Espécime de meixão

Anexo E — Aquacultura da enguia no mundo

Anexo F — Redes ilegais usadas na captura do meixão

Anexo G — Intermediários

Anexo H — Veículo modificado para o transporte do meixão vivo

Anexo I — Transporte de meixão em carga de porão

Anexo J — *Scanner* da carga de porão declarada como outra espécie (parte de cima) com meixão na metade de baixo

Anexo K — Transporte de meixão em bagagem de mão

Anexo L — *Scanner* no aeroporto da bagagem de mão

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
art.º	Artigo
CITES	Convenção Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção
CP	Código Penal
DCC	Destacamento de Controlo Costeiro
DGRM	Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
EUROPOL	<i>European Police Office</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
Kg	Quilograma
MAI	Ministro da Administração Interna
MAOT	Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território
NACTA	Núcleo de Análise e Coordenação Técnica Ambiental
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NICCOA	Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais
NPA	Núcleo de Proteção Ambiental
OCLAESP	<i>Office central de lutte contre les atteintes à l'environnement et à la santé publique</i>
PD	Perguntas derivadas
PTer	Postos Territoriais
séc.	Século
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SEPRONA	<i>Servicio de Protección de la Naturaleza</i>
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UCIA	Unidade Central de Investigação Ambiental
UCOMA	<i>Unidad Central Operativa Medioambiental</i>
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

No âmbito do ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, surge a elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O papel da Guarda Nacional Republicana no combate à captura e comércio ilegal do meixão”.

O comércio de vida selvagem é um dos negócios mais lucrativos do mundo, e para que se tenha a noção da dimensão deste tipo de comércio, estamos perante receitas no valor de 100 mil milhões de euros apenas na União Europeia (UE). No entanto, para além da sua faceta legal, este tipo de atividade também é praticada sob contornos ilegais (União Europeia [UE], 2016a).

O comércio ilegal de vida selvagem representa uma das formas mais rentáveis de os grupos de criminalidade organizada obterem elevados lucros, sendo o seu envolvimento nesta atividade explicado pela atitude de vários países, que atribuem baixa prioridade a este tema, comparativamente a outros tipos de criminalidade, e de as sanções previstas serem muito reduzidas (União Europeia [UE], 2016b).

Os grupos de criminalidade organizada, vulgarmente apelidados de redes criminosas (Elliott, 2016), são definidos pela Convenção das Nações Unidas como um grupo composto por três ou mais pessoas, que “existe há algum tempo e age concertadamente com o objetivo de cometer um ou mais crimes ou infrações graves (...), a fim de obter, direta ou indiretamente, benefício financeiro ou material.” (United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], 2004, p. 5).

Estas fações que praticam o comércio ilegal configuram uma ameaça preocupante ao desenvolvimento sustentável dos países, por apresentarem impactos negativos em termos económicos, sociais e ambientais, que colocam em causa a sobrevivência das espécies (Nellemann et al, 2014).

A espécie *Anguilla anguilla*, de nome vulgar enguia europeia, é alvo de pesca na Europa desde há séculos (Dekker, 2019). Outrora considerada como um dos mais importantes recursos piscícolas do continente Europeu e do Norte de África (Hanel et al, 2019), a partir do final do século (séc.) XX começou a registar-se um declínio acentuado no *stock* de enguia (Miller et al, 2016). De entre os fatores responsáveis por esse decréscimo, encontra-se a entrada de viveiristas asiáticos que recrutavam juvenis de enguia europeia para a produção em aquacultura no mercado asiático (Domingos, 2003), sendo este processo de

comercialização apontado como o fator principal para o declínio desta espécie (Crook, 2010).

A enguia europeia é uma espécie de peixe migratório que apresenta um complexo ciclo de vida, composto por uma fase oceânica e uma fase continental, com diversas metamorfoses até atingir a maturação sexual, podendo durar entre 5 a 20 anos (Rolvien et al, 2016).

Todos os estados da sua fase continental, ou seja, o meixão, a enguia juvenil, a enguia amarela até à enguia prateada, são apreciados para consumo humano numa escala global, mas é através do recrutamento do meixão, para fins de aquacultura, que este se constitui como um recurso especialmente lucrativo (Crook, 2010).

A redução da população de enguia europeia levou a que a espécie fosse incluída na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) (Hanel et al, 2019), que é responsável por regulamentar a forma como o comércio da fauna e flora selvagens é efetuado a nível internacional (Comunidades Europeias [CE], 2007). A UE, com base na CITES, também implementou medidas para proteger esta espécie, nomeadamente, a interdição de importações e exportações (Nijman, 2017).

Em virtude de a enguia europeia não se reproduzir em cativeiro (Hanel et al, 2019) obriga a que os viveiristas asiáticos necessitem de meixão para as suas produções em aquacultura (Shiraishi & Crook, 2015), de modo a satisfazer a elevada procura desta espécie por parte do mercado asiático.

As redes criminosas conscientes desta necessidade e com o objetivo de obter lucros para financiar as suas organizações, encontram-se envolvidas no comércio ilegal do meixão para os países asiáticos (Musing et al, 2018), representando um dos maiores desafios enfrentados pela UE no combate relativo ao comércio ilegal de vida selvagem (Comissão Europeia [CE], 2018). Portugal constitui-se como um país alvo desta atividade ilícita (International Council for the Exploration of the Sea [ICES], 2018), sendo a captura do meixão proibida em todo o território nacional, à exceção do rio Minho (Correia et al, 2018).

A Guarda Nacional Republicana (GNR) surge como uma das principais entidades de segurança em Portugal que visa, entre outras competências, prevenir a criminalidade e os atos contrários à lei. No decorrer das suas atribuições, é da sua responsabilidade “assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos” nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo (art.º) 3.º da Lei n.º 63/2007.

A captura e o comércio ilegal do meixão representam uma atividade ilícita que a GNR tem vindo a combater. Assim, o tema do presente trabalho encontra a sua pertinência no facto de a GNR, no âmbito das suas atribuições, ter vindo a desempenhar ações no combate à captura e ao comércio ilegal do meixão, de modo a impedir que as redes criminosas fiquem impunes e, ao mesmo tempo, contribuindo para a preservação da espécie de enguia europeia.

Para além do contributo que presta à proteção desta espécie e o combate à criminalidade organizada, a atuação da GNR sobre a temática do comércio ilegal de vida selvagem, também, ajuda na preservação da biodiversidade, na redução dos impactos sobre a saúde pública e as alterações climáticas, contribui para a manutenção do Estado de Direito e promove a segurança nacional e internacional (Sollund & Maher, 2015).

Tendo em conta que o comércio ilegal de vida selvagem é um dos mercados mundiais com maior taxa de crescimento em todo o mundo (Sollund & Maher, 2015) e que no ano passado, durante a época de 2018, se estimou que tenham sido comercializados ilegalmente cerca de 100 toneladas de meixão da UE para a Ásia (European Police Office [EUROPOL], 2018), foram traçados os objetivos da investigação.

Com base nesta problemática, delineámos como objetivo geral desta investigação: Compreender e analisar a atuação da GNR de forma a garantir um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão.

Para atingir o objetivo geral que nos propusémos estudar, concebemos objetivos específicos que nos ajudaram a estruturar a investigação, tendo sido definidos os seguintes: (1) — Analisar o modo de atuação da GNR face à captura e ao comércio ilegal do meixão; (2) — Identificar a atividade que mais contribui para a preservação da espécie de enguia europeia; (3) — Propor medidas que, eventualmente, poderão ser melhoradas e implementadas para combater o problema, no seio da Instituição.

A pergunta de partida surge como um fio condutor capaz de orientar e de fornecer coerência à investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998), tendo sido construída a seguinte: “Quais as adaptações e procedimentos que deve a GNR efetuar por forma a assegurar um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão?”.

Numa fase preliminar do trabalho, optámos por efetuar um levantamento da situação atual do comércio ilegal de vida selvagem, demonstrando os impactos negativos que estão associados a esta atividade. De seguida, considerámos pertinente explicar o contexto que levou a que a enguia europeia, mais concretamente o meixão, ganhasse o valor comercial

que possui atualmente, de como esse fator levou a que recebesse preocupação com o seu estado de conservação. Por fim, identificámos os mecanismos que existem para a proteção da enguia europeia, mas, também, as razões que levam a que seja alvo de um comércio ilegal.

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se uniformizado e redigido de acordo com a Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1^a da Academia Militar (AM), aprovada pelo Exmo. Comandante a 20 de janeiro de 2016. Assim, o presente trabalho encontra-se dividido em duas partes: a Parte I, relativa ao Enquadramento Teórico é composta pelos três primeiros capítulos; e a Parte II, referente à parte prática da investigação é constituída pelos últimos dois capítulos.

Na Parte I do trabalho, o primeiro capítulo começa por apresentar uma visão global sobre o comércio ilegal de vida selvagem, incidindo, a *posteriori*, sobre a espécie de enguia europeia em concreto, explicando o seu ciclo de vida e abordando a captura e comércio ilegal que recai sobre esta espécie.

O segundo capítulo aborda a componente legislativa pela qual a enguia europeia se encontra protegida, começando por referir a CITES, em seguida sobre a legislação comunitária e posteriormente sobre a legislação nacional.

O terceiro capítulo versa sobre relacionar a GNR com o meixão e como esta organização se demonstra competente para intervir no âmbito da captura e comércio ilegal desta espécie, assim como, o seu modo de atuação face a esta problemática. Neste capítulo, também será referida a inserção da GNR no panorama internacional e apresentados dados das operações realizadas no contexto da fiscalização de atividades ilícitas relacionadas com o meixão.

A Parte II do trabalho, começa por apresentar, no quarto capítulo, a metodologia utilizada na investigação, justificando o modelo de análise adotado, o tipo de abordagem seguido, a pergunta de partida e as respetivas perguntas derivadas (PD), bem como, os métodos e materiais selecionados expostos na técnica de recolha de dados, na caracterização da amostra e na técnica de tratamento e análise dos dados empregue.

No quinto capítulo será feita a apresentação dos resultados, bem como a análise e discussão dos resultados considerados mais relevantes, contextualizados nos elementos referidos no Enquadramento Teórico.

Por fim, surge a conclusão que enfatiza os principais aspetos abordados ao longo do trabalho e fornece uma resposta à investigação desenvolvida, bem como recomendações visando reforçar a capacidade de atuação na luta contra as atividades ilegais instaladas em torno da enguia europeia.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – COMÉRCIO ILEGAL DE VIDA SELVAGEM

1.1. Visão Global

O comércio de vida selvagem representa, para vários países do mundo, um suporte económico, desde um meio de subsistência a uma fonte de rendimento suplementar (Duffy, 2016), e pode ser praticado de duas formas, através da via legal ou da ilegal (UE, 2016a).

O comércio ilegal de vida selvagem poderá ser definido como a venda, transporte e distribuição ilícita, de animais (ou partes de animais) e plantas (ou derivados de plantas), infringindo as normas nacionais e internacionais de proteção das espécies (Wyatt, 2013).

Esta ação, de acordo com Wyler e Sheikh (2013) varia em escala, desde um único artigo até a exportações comerciais de várias toneladas, contendo “animais vivos, troféus de caça, acessórios de moda, artefactos culturais, ingredientes para a medicina tradicional, proteína selvagem para consumo humano e outros produtos” (Wyler & Sheikh, 2013, p. 3) de origem animal ou vegetal.

O comércio ilegal de vida selvagem tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, tornando-se num dos crimes mais lucrativos do mundo com ganhos estimados entre os 6 e os 20 mil milhões de euros anuais (Nellemann et al, 2016).

Os lucros obtidos aliados à elevada procura de produtos da vida selvagem e ao baixo risco de sanções, constituem fatores que geram interesse para o envolvimento de grupos de criminalidade organizada (Comissão Europeia [CE], 2014). É essencial perceber como funcionam estas redes de crime organizado e saber quais as melhores medidas a implementar para as intercepar, visto que ameaçam a integridade do Estado de Direito e dos cidadãos (Duffy, 2016).

Os grupos de criminalidade organizada ou redes criminosas, no âmbito deste comércio clandestino, são conhecidos por praticarem crimes transnacionais que são definidos por serem praticados em mais do que um país, desrespeitando as leis nacionais e internacionais, materializando-se na passagem transfronteiriça de espécies, dos próprios responsáveis e dos lucros ilícitos obtidos (Elliott & Schaedla, 2016).

O comércio ilegal de vida selvagem encontra-se fortemente associado a outro tipo de atividades ilícitas, como o branqueamento de capitais, a corrupção, o financiamento de

grupos de criminalidade organizada transnacionais e atividades terroristas, representando um fator de ameaça à segurança nacional e internacional (UE, 2016b).

Uma particularidade que torna este mercado de espécies, por um lado mais difícil de controlar e por outro mais suscetível de ser adulterado, é o facto de não existir uma proibição integral da comercialização. Desta forma, existe a possibilidade de ludibriar o sistema de regulação do comércio, como é o exemplo, de produtos de origem ilegal poderem ser introduzidos em canais comerciais legítimos através de documentação falsa, podendo os consumidores acabar por comprar produtos ilícitos sem ter essa consciência (UE, 2016b).

A UE é uma rota extremamente importante na esfera do comércio ilegal de vida selvagem, tendo-se tornado um dos principais locais de destino destes produtos que acabam por ser adquiridos pelos consumidores (Duffy, 2016).

É importante compreender os mercados dos produtos de vida selvagem e os motivos que movem os consumidores a adquirir os mesmos, possibilitando uma intervenção mais direcionada por parte das autoridades (The World Bank [TWB], 2018), “reconhecendo que a procura por parte dos consumidores continua a ser o impulsionador mais importante para o comércio ilegal de vida selvagem” (Nellemann et al, 2014, p. 97).

A sustentação do comércio ilegal através da elevada procura, provoca um declínio acentuado da biodiversidade devido à sobre-exploração, afetando negativamente os ecossistemas e os seus processos ecológicos que o tornam saudável, como a polinização, a dispersão de sementes e o fluxo natural de nutrientes (Cooney et al, 2015).

Para além disso, o comércio ilícito pode colocar em risco os seres vivos, havendo a possibilidade de constituir ainda uma ameaça à saúde pública, uma vez que as transações de vida selvagem não estão sujeitas a controlo sanitário, podendo ocorrer transmissão de doenças infecciosas. (Rosen & Smith, 2010).

O apoio da comunidade internacional é determinante no reconhecimento do comércio ilegal de vida selvagem como uma séria ameaça ao desenvolvimento sustentável, sendo este um dos dezassete objetivos da Organização das Nações Unidas acordadas internacionalmente (Centro Regional de Informação das Nações Unidas [CRINU], 2019), contribuindo a nível nacional, regional e global, para a implementação e cumprimento de medidas específicas face a esta problemática (Nellemann et al, 2014).

A natureza transnacional característica do comércio ilícito reforça a necessidade fortalecer a cooperação internacional entre as autoridades dos diversos Estados, de modo a proteger as espécies do risco de extinção (Duffy, 2016).

1.2. A Enguia Europeia

1.2.1. Ciclo de Vida da Enguia Europeia

A enguia europeia, de nome científico *Anguilla anguilla*, é uma espécie de peixe migratória que no seu ciclo de vida¹ apresenta uma fase oceânica e uma fase continental (Neves et al, 2018).

O complexo ciclo de vida da enguia europeia começa no Mar dos Sargãos² local onde a espécie se reproduz. Após a eclosão dos ovos, as larvas, designadas por leptocéfalos, são transportadas pelas correntes oceânicas até aos locais que incluem toda a área de distribuição da espécie, a Europa e o Norte de África³ (ICES, 2018).

Ao chegar perto da costa, as larvas sofrem uma metamorfose que as transforma em meixão⁴ ou enguia de vidro. Após a transformação começa a fase de vida continental, com a entrada do meixão⁵ nos estuários e a colonização das bacias hidrográficas, onde sofre uma série de evoluções morfológicas passando para o estado de enguia juvenil, que vai ganhando pigmentação à medida que cresce, e se designa por enguia amarela. A enguia permanece durante um período de anos variável (entre 5 a 20 anos) nos troços de água doce até atingir a maturação sexual e sofrer uma nova transformação, agora em enguia prateada e migrar 5 000 quilómetros até ao Mar dos Sargãos, local onde se irá reproduzir e morrer (Rolvien et al, 2016).

1.2.2. Captura e Comércio Ilegal da Enguia Europeia

A pesca da enguia na Europa é uma atividade praticada há milénios, que embora espalhada por diversos países, servia, nos seus primórdios, para abastecer os mercados locais das regiões onde se pescava. Todavia, no final do séc. XIX e início do séc. XX, assistiu-se a um aumento considerável da pesca desta espécie devido ao progresso tecnológico em termos de transporte e à possibilidade de produzir novos produtos de enguia que se conservavam durante mais tempo, como por exemplo, enguia fumada. Estes dois fatores facilitaram a sua exportação e contribuíram para que a enguia fosse solicitada por novos mercados, nomeadamente cidades (Dekker, 2019).

¹ Ver Anexo A.

² Ver Anexo B.

³ Ver Anexo C.

⁴ Ver Anexo D.

⁵ O meixão referido ao longo do trabalho é referente à espécie de enguia europeia.

Ao chegar às cidades europeias, o mercado de enguia na Europa começou a aumentar e, conseqüentemente, verificou-se uma expansão da pesca da enguia europeia e a criação de instalações de aquacultura, como forma de satisfazer a demanda por esta espécie. As instalações de engorda de enguias fizeram com que se começasse a capturar meixão para ser transportado para estes locais e resultado do aumento da procura da enguia levou a que não houvesse uma preocupação com a população da espécie e uma evolução, no sentido de uma pesca sustentável (Dekker, 2019).

Com o passar do tempo, a partir dos anos 1960 e 1980, começou a registrar-se um declínio acentuado nos *stocks* de enguia europeia. Existem vários fatores responsáveis por este declínio que podem ser divididos conforme as duas fases do ciclo de vida da enguia, sendo que na sua fase oceânica a espécie é afetada pelas alterações que têm ocorrido nos oceanos e na fase continental é afetada pelos fatores antropogénicos (Miller et al, 2016).

As alterações climáticas têm modificado os ecossistemas e os oceanos não são exceção, acabando este fenómeno por afetar a fase oceânica do ciclo de vida da enguia europeia em virtude de alterar as correntes oceânicas, que transportam as larvas até à costa. Ao colonizar as águas continentais, as enguias deparam-se com outros problemas resultantes das ações humanas, nomeadamente, a perda de habitat devido à construção de barragens, poluição, morte causada pela produção de energia hídrica, pesca comercial e o comércio (Castonguay & Durif, 2016).

O comércio é incentivado pela procura da enguia por parte dos consumidores para o seu consumo, desde o estado do meixão até à enguia prateada. Contudo, o meixão assume-se como um recurso especialmente lucrativo quando é recrutado e utilizado para produção em aquacultura, com o objetivo de conseguir dar resposta à elevada procura pela enguia a nível internacional que se faz sentir (Crook, 2010).

A aquacultura ou aquícultura pode ser definida, nos termos da alínea f) do art.º 3.º da Lei n.º 7/2008, como “a cultura de organismos aquáticos, nomeadamente peixes, crustáceos, bivalves ou anfíbios, entendendo-se por cultura qualquer forma de intervenção no processo de desenvolvimento destinada a aumentar a produção”.

Este processo requer que exista um recrutamento de meixão, uma vez que, os viveiristas para praticarem a aquacultura da enguia dependem inteiramente da captura do meixão da natureza, dado que esta espécie não se reproduz em cativeiro. A aquacultura da enguia não é exclusiva dos países europeus, existindo outros países que também se dedicam a esta atividade (Hanel et al. 2019).

O Japão ocupa um lugar de destaque no mercado de consumo da enguia, que além da sua própria produção, conta com países como a China e Tailândia que o abastecem com a produção em aquacultura (Domingos, 2003). No entanto, a China é o país que mais se dedica à atividade de aquacultura da enguia⁶ no mundo, ou seja, é o país com mais necessidade de adquirir meixão e, conseqüentemente, o que maior impacto tem para a população desta espécie (Shiraishi & Crook, 2015).

A procura global da enguia tem sido impulsionada pelo consumo do leste da Ásia, o qual incidia, anteriormente, sobre a espécie endêmica⁷ daquela região, a enguia japonesa. Contudo, devido à sobre-exploração da sua espécie endêmica, o *stock nacional* diminuiu e a China viu-se obrigada a recorrer a outras espécies, incluindo a enguia europeia, para satisfazer a demanda dos seus consumidores (Shiraishi & Crook, 2015).

Até ao ano de 2009, o comércio de meixão entre a UE e a Ásia era permitido e feito em grande escala, mas isso mudou quando esta espécie ficou protegida pela CITES. Ao ser protegida pela Convenção, a UE impôs a medida de “quota-zero” para todas as importações e exportações além das suas fronteiras, devido à necessidade de preservar a população desta espécie, tornando ilícito o ato de comércio de meixão fora destes termos (Nijman, 2015).

Uma investigação para estimar a escala do mercado europeu pela procura da enguia, incluindo o volume de aquacultura e a quantia utilizada em programas de repovoamento, identificou a existência de discrepâncias entre os valores de transação reportados. Tendo por base os dados europeus analisados e os valores das importações asiáticas, o referido estudo concluiu que existiam evidências de que as enguias destinadas para fins de repovoamento na Europa acabavam por ser introduzidas na atividade de aquacultura e que existia um comércio ilícito de meixão para a Ásia (Sustainable Eel Group [SEG], 2018).

As discrepâncias mencionadas reveladoras da exportação ilegal de meixão de enguia europeia, haviam sido comprovadas cientificamente, pela primeira vez, em janeiro de 2016, através de identificação genética, após suspensão da UE da exportação de enguia europeia para fora do espaço europeu. As análises de ADN confirmaram a existência de uma rota de comércio ilegal de Madrid para Hong Kong, onde o meixão apreendido pertencia à espécie de enguia europeia (Stein et al, 2016).

Dados da *Euopen Police Office* [EUROPOL] estimam que apenas durante a temporada de pesca de 2017-2018, tenha existido um comércio ilegal de meixão da UE para

⁶ Ver Anexo E.

⁷ Entenda-se: “Espécie ou organismo que é nativo de uma dada região ou cuja distribuição está restrita a essa região.” (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [DILP], 2019a).

a China na ordem das 100 toneladas (EUROPOL, 2018), representando cerca de 350 milhões de peixes atingidos por esta atividade clandestina.

Considerando que 1 quilograma (Kg) de meixão da enguia europeia representa cerca de 3 500 unidades, sujeito à produção utilizando os métodos de aquacultura modernos representa 1 260 Kg de enguia consumível. Se considerarmos que 100 toneladas de meixão foram comercializadas ilegalmente, estamos perante uma receita de cerca de 2, 27 mil milhões de euros em termos de filetes processados para os consumidores (SEG, 2018).

Existem cada vez mais relatos, por parte das autoridades, acerca do envolvimento de redes criminosas que se dedicam ao comércio ilícito de meixão para a Ásia, principalmente para a China, desenvolvendo diferentes *modi operandi* e alterando regularmente as rotas que utilizam para evitar chamar a atenção das autoridades (Musing et al, 2018).

A primeira fase do comércio ilegal de meixão começa com a sua captura ilegal que consiste em colocar nos estuários e rios, com o auxílio de uma embarcação, uma rede de malha fina que pode atingir os 50 metros de comprimento⁸. No final desta rede existe um saco, com um comprimento de cerca 2 metros cuja malha tem 1 milímetro de diâmetro, destinada a aprisionar todos os animais que nela entrem. Estas redes, interligadas, são depois fixas ao fundo por âncoras (Garcia & Seixas, 2014).

Quando capturado, o meixão é levado até intermediários⁹ por pescadores, e estes armazenam-no num local¹⁰ até ser efetuado o transporte¹¹ para consumidores que o apreciam neste estado (meixão) ou para ser utilizado em aquacultura (Garcia & Seixas, 2014).

Para efeitos de aquacultura, o principal objetivo é chegar com o maior número de espécimes¹² vivos ao seu destino, que geralmente é a China. Neste local, sujeitos a atividade de aquacultura, os espécimes tornam-se adultos e quando chegam a esta fase são retirados das aquaculturas e introduzidos no mercado para os consumidores (European Police Office [EUROPOL], 2016).

É importante mencionar que o meixão necessita de chegar ao mercado asiático vivo, o que significa que precisa de ser transportado rapidamente da Europa até este local. Daí a via aérea ser o método de transporte mais utilizado para comercializar ilegalmente esta espécie (EUROPOL, 2016).

⁸ Ver Anexo F.

⁹ Ver Anexo G.

¹⁰ Geralmente em armazéns onde o meixão é mantido em piscinas ou tanques improvisados para o efeito com o auxílio de oxigénio, filtros e termómetros, para que continue vivo.

¹¹ Ver Anexo H.

¹² Entenda-se: Exemplar de uma determinada espécie (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [DILP], 2019b).

A China é o maior importador de produtos marinhos do mundo, sendo o destino principal dos produtos, o aeroporto de Hong Kong, estando as enguias incluídas entre as espécies comercializadas ilegalmente para este destino. Isto acontece porque a China tem mercados muito prósperos, quer legais quer ilegais, com uma elevada procura de recursos de origem marinha, incluindo as enguias. Além disso, a fraca fiscalização da legislação referente ao comércio ilegal de espécies selvagens por parte das autoridades, levou muitos traficantes a optar por este local para exportar a sua mercadoria (Reducing Opportunities for Unlawful Transport of Endangered Species [ROUTES], 2018).

As redes criminosas utilizam essencialmente dois conhecidos *modi operandi* para dissimular a sua mercadoria ilícita sob os olhares das alfândegas. Um método passa por utilizar as bagagens de mão e o outro método consiste em envios de carga de porão. Neste último, o meixão costuma ser declarado como outra espécie de enguia, como outro tipo de peixe ou como outra mercadoria, falsificando os documentos de transporte (EUROPOL, 2016). Portugal é um dos países envolvidos neste comércio ilegal onde as autoridades têm apreendido meixão nos seus aeroportos em várias ocasiões (Domingos & Antunes, 2018).

Nos casos dos envios de carga de porão¹³, o meixão viaja em caixas de poliuretano ou esferovite com garrafas de água congeladas para que a temperatura permaneça baixa. A carga ilegal costuma ser camuflada na retaguarda de outra carga legal ou é apresentada como se fosse outra espécie¹⁴ (EUROPOL, 2016).

Nos casos de envio por bagagens de mão¹⁵, o meixão é dividido por sacos de plástico cheio com oxigénio. Por sua vez, são inseridos em malas com uma proteção térmica e garrafas de água congeladas para manter uma temperatura baixa (EUROPOL, 2016).

Este tipo de exportações concede às redes criminosas alguma vantagem porque os *scanners* dos aeroportos¹⁶, quando automáticos, não se encontram preparados para desviar e detetar matéria orgânica e porque, muitas vezes, as apreensões deste tipo são vistas como um ato isolado e não como uma peça pertencente ao crime organizado (EUROPOL, 2016).

Na atualidade, podemos verificar que o meixão de enguia europeia encontra-se entre as espécies alvo do comércio ilegal, causando diversos problemas aos países envolvidos (Stein et al, 2016), onde é adicionada a vertente transnacional praticada pelas redes criminosas, que representa um desafio para as autoridades (CE, 2018).

¹³ Ver Anexo I.

¹⁴ Ver Anexo J.

¹⁵ Ver Anexo K.

¹⁶ Ver Anexo L.

Os elevados preços obtidos através do comércio ilegal do meixão prejudicam, também, o esforço efetuado para a gestão da enguia europeia e promove uma concorrência desleal com a pesca legal. Os pescadores e comerciantes legais não conseguem competir com as redes criminosas, porque toda a receita que obtêm é convertida em lucro próprio, não necessitando de ter contribuições obrigatórias como acontece com a atividade legal. Para além disso, não conseguem competir com o preço oferecido por estes, uma vez que, ultrapassam as centenas de euros comparado com a via legal (Hanel et al, 2019).

Porém, é difícil estimar a diferença entre o mercado legal e o ilegal, sendo que um dos principais problemas encontrados quando se tenta quantificar a captura e o comércio ilegal é a falta de rastreabilidade a nível nacional e internacional (Hanel et al. 2019).

A prova irrefutável de que existe atualmente um comércio ilegal de meixão de enguia europeia, reforça a necessidade de os países importadores e exportadores aplicarem mais rigorosamente a lei (Stein et al, 2016). Estes autores defendem que o comércio ilegal poderia ser combatido de forma mais eficaz se conseguíssemos implementar métodos de rastreabilidade ao meixão comercializado, através do ADN, verificando que se trata da espécie europeia de enguia. No entanto, um dos problemas que se coloca é a quantidade de testes que seriam necessários efetuar para verificar todas as remessas de enguia que são comercializadas (Musing et al, 2018).

O êxito da interdição da captura do meixão depende da extinção do circuito de comercialização existente (Domingos, 2003).

Assim, a recolha e análise de informação aliada à investigação, são mecanismos importantes para auxiliar as forças policiais no combate aos crimes contra a natureza. Sabe-se que o meixão capturado ilegalmente é exportado por via aérea de países como o Reino Unido, França, Espanha e Portugal, mas as redes criminosas estão constantemente à procura de novos métodos ou rotas diferentes para que possam passar despercebidas em relação às autoridades (Crook, 2010).

Desde que a UE adotou a “quota-zero” de exportações e importações de enguia europeia, as autoridades têm reforçado as suas ações de fiscalização e as redes criminosas têm procurado novos locais onde seja mais fácil obter e comercializar o meixão, como outros aeroportos menos desportos para esta problemática ou para os países do Norte de África. É imperativo monitorizar o comércio da enguia europeia a nível global de forma mais eficaz, incluindo países fora da UE como Marrocos e a Tunísia, de forma a assegurar a continuidade desta espécie economicamente relevante que já atravessa dificuldades na sua sobrevivência (Nijman, 2017).

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO LEGAL

2.1. A Convenção CITES

O comércio de vida selvagem, quer legal quer ilegal, é extremamente transnacional, dado que liga os países de origem destes espécimes com os mercados dos países consumidores. Estes países são unidos por uma série de intermediários e redes complexas, que os envolvem em rotas comerciais a nível mundial (Duffy, 2016).

A CITES, Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, materializa um acordo internacional que visa assegurar que o comércio de animais e plantas não coloque em risco a sua sobrevivência no estado selvagem ou que continue a ser alvo de uma exploração insustentável (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2019a).

Esta Convenção, também designada como Convenção de *Washington*, local onde foi assinada, entrou em vigor em 1975 e foi ratificada por Portugal em 1980. Atualmente conta com a adesão de 183 Estados, designados como Partes (CITES, 2019a).

O comércio da fauna e flora selvagens ocorre entre diversos países do mundo e a CITES surge para, através de uma cooperação internacional, regulamentar a forma como este é realizado, a fim de, proteger as espécies da sobre-exploração (CE, 2007).

Todos os países ou Partes têm que implementar a nível legislativo mecanismos que permitam partilhar o mesmo quadro legal e os procedimentos que regulamentam o comércio internacional das espécies protegidas pela CITES, tais como, apreensão de espécimes ilegais, imposição de sanções e a nomeação de autoridades administrativas e científicas (CE, 2007).

A CITES atribui diferentes graus de proteção a cerca de 5 800 espécies de animais e a 30 000 espécies de plantas, inscritas em três Anexos consoante a forma como se encontram ameaçadas pelo comércio internacional, desde grupos inteiros (ex. primatas) a populações geograficamente separadas de uma única espécie (população de apenas um país) (CITES, 2019a).

De acordo com o *site* oficial (Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora [CITES], 2019b), as características dos Anexos são:

— Anexo I: inclui as espécies em perigo de extinção. O comércio de espécimes destas espécies é apenas permitido em condições excecionais, desde que não existam interesses comerciais. Nestes casos excecionais, por exemplo pesquisa científica, pode ocorrer o

comércio desde que seja autorizado e reúna uma licença de importação e de exportação para esse fim específico;

— Anexo II: engloba as espécies cujo comércio deve ser controlado de modo a evitar uma comercialização não compatível com a sua sobrevivência na natureza. Para o comércio ser realizado é necessário a emissão de uma licença por parte das autoridades competentes, garantindo que a sobrevivência das espécies não é posta em causa;

— Anexo III: inclui as espécies que a pedido de uma das Partes, necessitam do apoio das restantes Partes para regular o comércio e impedir a exploração ilegal ou insustentável. O comércio de espécimes destas espécies também só é permitido mediante licença para o efeito.

Relativamente à enguia europeia, esta foi listada no Anexo II da CITES em 2007, embora a medida só tenha sido implementada em 2009, conferindo a esta espécie um estatuto de proteção internacional (Hanel et al, 2019).

2.2. Enquadramento Legislativo Comunitário

A UE constitui-se como um dos principais locais de destino dos produtos de vida selvagem (Duffy, 2016). Inicialmente a CITES apenas previu a adesão de Estados e não de entidades supranacionais, como é o caso da UE, deste modo esta não pôde ser considerada uma Parte da Convenção (CE, 2007) até 2015.

Esta Convenção foi sujeita à alteração de Gaborone, que permitiu que a UE passasse a ser uma Parte integrante, a número 181, em 9 de abril de 2015 (entrada em vigor a partir de 8 de julho de 2015).

No entanto, antes da alteração, a UE passou a implementar a CITES através de regulamentos, que são diretamente aplicáveis a todos os Estados-Membros através:

— Legislação Quadro: Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens, através do controlo do seu comércio, assim como os Anexos deste Regulamento, que contêm uma lista de espécies de comércio regulamentado. Estabelece ainda as disposições referentes à importação, exportação e reexportação de espécimes das espécies incluídas nos Anexos do Regulamento, determinando os procedimentos e documentos necessários para o comércio de vida selvagem;

— Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, que estabelece as normas de aplicação do regulamento anterior. Este regulamento destina-se aos elementos práticos, ou

seja, aos formulários, licenças e certificados, necessários à correta regulamentação deste comércio.

Os Anexos da UE que traduzem os Anexos da CITES, segundo o *site* oficial (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2019b), são:

— Anexo A: Corresponde, na generalidade, ao Anexo I da CITES. Inclui as espécies em perigo de extinção, cujo comércio destes exemplares apenas é permitido em condições excecionais;

— Anexo B: Corresponde, na generalidade, ao Anexo II da CITES. Contém espécies cujo comércio deve ser controlado, de modo a evitar uma comercialização não compatível com a sua sobrevivência, apesar de estas não se encontrarem em perigo de extinção;

— Anexo C: Corresponde, na generalidade, ao Anexo III da CITES. Inclui espécies que se encontram protegidas pelo menos por um país contratante, que solicitou aos restantes países o seu apoio para controlar o comércio internacional;

— Anexo D: Inclui espécies sujeitas a um volume de importações comunitárias que justificam a sua vigilância, apesar das mesmas não possuírem qualquer tipo de estatuto de proteção.

À semelhança da sua inclusão no Anexo II da CITES, a enguia europeia encontra-se inscrita no Anexo B do Regulamento (CE) n.º 160/2017 da Comissão, conferindo uma proteção europeia nos seus Estados-Membros, regulando o seu comércio. Atualmente, o combate ao comércio ilegal do meixão representa um dos maiores desafios enfrentados pela UE na esfera do comércio ilegal de vida selvagem (CE, 2018).

Além de estabelecer uma proteção frente ao comércio a UE também publicou o Regulamento (CE) n.º 1100/2007 da Comissão que estabelece formas de recuperação da população da enguia europeia através de uma exploração sustentável nas águas comunitárias e nas águas interiores dos Estados-Membros. Este regulamento impôs que fossem elaborados pelos Estados-Membros planos de gestão de enguia a ser implementados em cada um dos seus territórios nacionais.

Desde 2008, a enguia europeia encontra-se inserida na Lista Vermelha de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza. Assim, e tendo em consideração a necessidade de assegurar a proteção das populações selvagens de enguia europeia, a UE estabeleceu uma “quota zero” de exportação e importação da espécie que entrou em vigor em janeiro de 2011 (Nijman, 2017).

Outro mecanismo de proteção a nível europeu em que a enguia europeia se encontra incluída é a Convenção de Espécies Migratórias ou Convenção de Bona. Esta Convenção é dedicada à conservação de espécies migratórias, assim como, à preservação das rotas de migração que utilizam e dos seus habitats. No ano de 2014, a enguia europeia passou a constar no Anexo II desta convenção, que, em termos práticos, estabelece medidas de conservação coordenadas entre os Estados integrantes de toda a faixa migratória desta espécie (Convention on Migratory Species [CMS], 2017).

2.3. Enquadramento Legislativo Nacional

Portugal, em resposta ao Regulamento (CE) n.º 1100/2007 da Comissão, elaborou um plano de gestão da enguia com o intuito de implementar restrições à pesca da enguia, mitigação dos obstáculos à sua migração, reforçar o policiamento sobre a captura do meixão e recolher dados da espécie a nível nacional (Domingos & Antunes, 2018).

A pesca da enguia em Portugal é gerida por dois organismos, as águas costeiras e de transição são da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e as águas interiores são da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) (Domingos & Antunes, 2018).

Acerca dos troços de água da responsabilidade da DGRM, ou seja, Rio Lima, Rio Cávado, Ria de Aveiro, Rio Mondego, Baía de São Martinho do Porto, Lagoa de Óbidos, Rio Tejo, Rio Sado e Ria Formosa, a pesca lúdica da enguia está proibida pela Portaria n.º 14/2014, e só pode ser praticada pelos pescadores profissionais licenciados para o efeito cujo tamanho mínimo de captura da espécie é de 22 centímetros.

Nos troços de água da responsabilidade do ICNF, apenas são autorizadas na pesca lúdica e na pesca desportiva as espécies constantes no Anexo I da Portaria n.º 360/2017, pelo que, não é autorizada a pesca da enguia para estes dois tipos de atividades piscatórias nos termos do n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 360/2017.

Segundo o art.º 7.º da Portaria n.º 360/2017, a enguia é considerada uma espécie de relevante importância profissional e a sua pesca só é permitida se for praticada profissionalmente com as respetivas condicionantes legais, de cada plano de gestão e exploração, da respetiva zona de pesca profissional nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art.º 10.º da mesma Portaria, restritiva a extensões de água consideradas unicamente como zonas de pesca profissional consagradas no seu Anexo II. O exercício da pesca nestas zonas só é permitida aos titulares de licença geral de pesca profissional e, caso pretendam pescar

enguia, necessitam adquirir licença especial para pesca da enguia segundo o n.º 3 do art.º 37.º do Decreto-Lei (DL) n.º 222/2015.

Em Portugal, as zonas de pesca profissional são: Rio Lima; Rio Cávado; Baixo Mondego; Médio Mondego; Rio Vouga; Rio Tejo - Constância/Barquinha; Rio Tejo – Ortiga; Lagoa de Santo André; e Rio Guadiana. Todas estas zonas possuem editais que estabelecem as normas para exercer a prática da pesca profissional (ICNF, 2019b).

Analisando os diferentes editais dos troços de água onde é permitido pescar profissionalmente, concluímos que o tamanho mínimo de captura da enguia são 22 centímetros de comprimento, entre 01 de janeiro e 30 de setembro, correspondente a uma fase da vida da enguia europeia bastante mais avançada que a fase em que é meixão (ICNF, 2019b).

A contextualização apresentada nos parágrafos anteriores sobre a pesca da enguia é referente à enguia amarela, em Portugal, mas o ciclo de vida da enguia europeia apresenta várias fases e Portugal tem adotado algumas estratégias para proteger a população desta espécie. Relativamente à enguia prateada, correspondente à fase em que esta migra para o mar, estabeleceu-se um período de defeso nos meses de outubro, novembro e dezembro, nas áreas de responsabilidade da DGRM pela Portaria n.º 928/2010 e nas áreas de responsabilidade do ICNF pela Portaria n.º 180/2012.

No caso da captura do meixão, quer nas águas interiores não marítimas¹⁷ como nas águas interiores marítimas¹⁸ e nas águas oceânicas¹⁹, a pesca foi proibida em todos os rios de Portugal nos termos do art.º 54.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2000, exceto no rio Minho.

O rio Minho é um rio com um troço internacional pelo que possui uma regulamentação própria. O n.º 1 do art.º 13.º do Decreto n.º 8/2008 refere que é proibido pescar exemplares de enguia com dimensões iguais ou inferiores a 20 centímetros de comprimento, mas, por outro lado, permite que o meixão seja capturado.

¹⁷ Entenda-se: “Todas as águas designadamente rios, estuários, rias, lagoas, portos artificiais e docas, que se encontram para dentro das respetivas linhas de fecho naturais e estão sob jurisdição das capitânias dos portos nos termos da legislação em vigor, com exceção dos troços internacionais.”, segundo alínea c) do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2000.

¹⁸ Entenda-se: “As águas que se situam entre as linhas de fecho naturais das embocaduras dos rios, rias, lagoas, portos artificiais e docas e as linhas de base retas.” segundo alínea b) do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2000.

¹⁹ Entenda-se: “As águas marítimas que se situam para fora das linhas de base normais e de base retas, e abrangem o mar territorial, a zona contígua e do restante espaço marítimo jurisdicional até ao limite exterior da zona económica exclusiva.” segundo alínea a) do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2000.

A Autoridade Marítima Nacional, mais concretamente a Capitania do Porto de Caminha, nos termos do art.º 4.º do Decreto n.º 8/2008 constitui-se como a entidade responsável para a gestão e emissão de licenças de pesca profissional no troço internacional do rio Minho.

Através do edital n.º 632/2018, é reforçada a legalidade da captura do meixão, visto que emite licenças de pesca para o mesmo e estabelece quotas a atingir para que seja possível renovar essa licença. Os pescadores licenciados são obrigados a reportar mensalmente as suas capturas às autoridades, podendo existir uma variação até um limite de 250 gramas entre os quantitativos declarados em lota e os quantitativos registados no diário de pesca.

No entanto, Domingos (2003) refere que a existência da legalidade de captura do meixão neste rio pode servir para camuflar meixão capturado ilegalmente proveniente de outros locais.

Deste modo, o único local em Portugal onde é legal capturar meixão é o rio Minho por pescadores profissionais devidamente licenciados para o efeito. Estes pescadores após realizarem a captura do meixão e antes do ato de comercialização, necessitam de um certificado emitido pelo ICNF, por se tratar de uma espécie CITES, sob pena de incorrem numa infração, segundo o art.º 13.º e n.º 1 do art.º 15.º do DL n.º 121/2017.

No âmbito nacional, os regulamentos europeus relativos à CITES, Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho e Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, encontram-se consagrados no DL n.º 121/2017, cujo conteúdo estabelece as normas referentes aos espécimes ou espécies listados nos Anexos A, B ou C do Regulamento, incluindo a enguia europeia.

Relativamente à enguia europeia, o n.º 1 do art.º 13.º do DL n.º 121/2017 indica que, regra geral, a detenção de uma espécie do Anexo B é proibida exceto se o mesmo possuir um certificado da UE emitido pela autoridade administrativa territorialmente competente, que no caso de Portugal é o ICNF, nos termos do art.º 4.º e n.º 1 do art.º 15.º do DL n.º 121/2017.

Para além do certificado de autorização de detenção, todas as entidades que promovam a circulação de espécimes da enguia europeia encontram-se sujeitos a uma inscrição no registo nacional CITES, desde comerciantes e criadores ou viveiristas indicados no art.º 17.º do DL n.º 121/2017.

Em Portugal, existe apenas registada uma empresa dedicada à aquacultura com o objetivo de elaborar uma produção intensiva de enguia europeia, cujo nome é *FindFresh*,

S.A., fundada em 2016. Esta empresa de aquacultura representa uma atividade viveirista, logo encontra-se sujeita às normas legais acima referidas (Grilo, 2018).

Como vimos anteriormente, os viveiristas dependem inteiramente da captura do meixão da natureza para executar a sua atividade, dado que esta espécie não se reproduz em cativeiro (Hanel et al, 2019). Assim, a empresa que existe em Portugal tem duas formas de conseguir obter o meixão de que necessita:

— Por um lado, pode importar o meixão de outro país da UE, mas após a receção dessa remessa deverá solicitar um certificado comunitário conforme previsto no n.º 3 do art.º 15.º do DL n.º 121/2017;

— Por outro lado, pode utilizar o *stock* nacional de meixão que são alvo de pesca, mas apenas provenientes do rio Minho, único local em Portugal em que não é uma atividade ilegal.

A legislação portuguesa prevê que as infrações cometidas relativamente à CITES possam ser enquadradas enquanto crime ou contraordenação.

Enquanto crime, encontra-se tipificado no art.º 278.º do Código Penal (CP), “Danos contra a natureza”, que quem capturar exemplares de espécies protegidas é punido com pena de prisão até 5 anos, segundo a alínea *a*) do n.º 1, ou que quem detiver para comercialização ou comercializar espécimes de uma espécie protegida é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 360 dias, nos termos do n.º 2.

Enquanto contraordenação, encontra-se tipificado que a falta de certificado de detenção de espécimes de uma espécie incluída no Anexo B do Regulamento constitui uma contraordenação grave punível nos termos da Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais, prevista na alínea *a*) do n.º 2 do art.º 32.º do DL n.º 121/2017.

Ainda no âmbito da Lei da Pesca das Águas Interiores, esta tipifica que a detenção de espécimes de espécies cuja captura não esteja autorizada é punível com coima de valor mínimo de 5 000 euros e máximo de 50 000 euros, prevista na alínea *a*) do n.º 1 do art.º 31.º da Lei n.º 7/2008.

Em ato de fiscalização, as autoridades procedem à apreensão dos espécimes da espécie da enguia europeia que se encontrem detidos ou comercializados em infração à legislação em vigor nos termos do n.º 1 do art.º 30.º do DL n.º 121/2017 e procedem à sua libertação caso os espécimes se encontrem vivos.

CAPÍTULO 3 – A GNR E O MEIXÃO

3.1. Competência

A GNR “é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, nos termos do n.º 1 do art.º 1.º da Lei n.º 63/2007. Esta tem como missão “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”, segundo o n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 63/2007.

Devido à crescente dimensão dos crimes ambientais e conservação do ambiente, e face à ausência nacional de um órgão de fiscalização que de forma abrangente pudesse assumir uma intervenção simultânea em todo o território nacional, a GNR, viu-se impulsionada a intervir e a criar militares especializados para a fiscalização destas temáticas (Caeiro & Santos, 2018).

A consequência desta consciencialização por parte da Instituição levou, em 2001, à criação do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), em forma de especialidade, baseado num protocolo assinado entre os Ministro da Administração Interna (MAI) e o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), referindo que:

“O MAI, através da Guarda Nacional Republicana (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente – SEPNA/GNR), se compromete, em estreita colaboração com os serviços do MAOT, a intervir pedagogicamente e coercivamente, na prevenção e no combate contra condutas, passivas e ativas, contrárias ao devido cumprimento das normas legais que vigorem na área do Ambiente e do Ordenamento do Território” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2001).

O sucesso do trabalho realizado em prol da proteção da natureza e do ambiente, conduziu à consolidação institucional do SEPNA no âmbito orgânico da GNR, através do DL n.º 22/2006.

Este DL conferiu à especialidade as seguintes missões legais, constantes no art.º 2.º: conservar e proteger a natureza, o ambiente, os recursos hídricos, os solos, os recursos cinegéticos, piscícolas e florestais; fazer cumprir a legislação da caça, pesca e florestal; investigar e reprimir os ilícitos referentes a estas matérias; assegurar a proteção animal e os controlos sanitários; conservar o património natural e o ordenamento do território; prevenir, vigiar e detetar incêndios florestais; e garantir a sensibilização ambiental na esfera da conservação da natureza e da biodiversidade.

O SEPNA foi constituído como a “polícia ambiental, competente para vigiar, fiscalizar, noticiar e investigar todas as infrações à legislação que visa proteger a natureza, o ambiente e o património natural, em todo o território nacional” nos termos do n.º 5 do art.º 5.º da Portaria n.º 798/2006.

De entre todas as áreas de intervenção importa salientar, no âmbito da enguia europeia, que são da responsabilidade do SEPNA as matérias específicas de fauna e flora, Convenção CITES, pesca, proteção dos recursos hídricos, poluição dos solos, controlos sanitários e proteção animal (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2011).

O dispositivo SEPNA encontra-se dividido em três níveis distintos, o primeiro, corresponde à Direção SEPNA, o segundo, relativo às Secções SEPNA dos Comandos Territoriais, e o terceiro, ao nível dos Núcleos de Proteção Ambiental (NPA) dos Destacamentos Territoriais (Caeiro & Santos, 2018).

A Direção SEPNA tem a missão de planear, coordenar e supervisionar toda a atividade operacional elaborado pelo dispositivo SEPNA em todo o território nacional (Caeiro & Santos, 2018).

Relativamente ao segundo nível, as Secções SEPNA, localizadas nos Comandos Territoriais de cada distrito, funcionam na dependência imediata e direta dos seus comandantes, sendo responsáveis por assegurar a execução das diretrizes da Direção SEPNA. Encontram-se divididas em duas áreas: Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais (NICCOA) e Núcleo de Análise e Coordenação Técnica Ambiental (NACTA) (Caeiro & Santos, 2018).

Os NICCOA são responsáveis por investigar as atividades ilícitas relacionadas com a natureza, o ambiente, as florestas e de âmbito sanitário; pela instrução de processos ambientais e por vigiar as atividades que coloquem em perigo a natureza e o ambiente. Os NACTA são responsáveis pelo controlo e registo da atividade operacional do SEPNA, e pelo tratamento e encaminhamento da informação recolhida na sua zona de ação (Caeiro & Santos, 2018).

No que aos NPA diz respeito, estes podem ser encontrados na orgânica dos Destacamentos Territoriais, que compõem os Comandos Territoriais, operando num nível mais local. As competências dos NPA são o assegurar a execução das competências do SEPNA na sua zona de ação ao nível do Destacamento, e também, vigiar e fiscalizar as infrações referentes à preservação da natureza e do ambiente (Caeiro & Santos, 2018).

É de realçar o papel importante que o SEPNA representa para o combate às questões ambientais, uma vez que, é competente para atuar em todo o território nacional, conferindo-

lhe um grande potencial na prevenção e fiscalização à natureza e ao ambiente, com uma área de responsabilidade dispersa por todo o país (Caeiro & Santos, 2018).

Apesar do SEPNA deter as competências específicas no que ao meixão diz respeito (GNR, 2011), existem outras Unidades/especialidades no seio da GNR que auxiliam no combate desta problemática, como é o caso da Unidade de Controlo Costeiro (UCC).

A UCC é uma unidade especializada que devido à sua atividade diária é competente por fazer cumprir a missão geral da Guarda em toda a extensão da costa até às 12 milhas e do mar territorial até 30 quilómetros dentro da costa, com competência específica de interceção, vigilância e patrulhamento destes locais, segundo o n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 63/2007. Como está incumbida de cumprir a missão da Guarda e porque a sua área de responsabilidade se cruza com os locais onde existe a captura ilegal do meixão, a UCC também se tem deparado com esta problemática e desenvolvido trabalho relevante no âmbito da fiscalização das atividades ilegais relativas ao meixão.

3.2. Modo de Atuação

A GNR, através do SEPNA, realiza todos os anos operações de fiscalização no âmbito da Diretiva Operacional – “Operação Meixão”, direcionadas sobre a captura ilegal do meixão e de enguias abaixo do tamanho mínimo de captura, contando com os efetivos dos Comandos Territoriais em colaboração com a UCC e o apoio do ICNF (Diretiva, 2019).

O objetivo da fiscalização é a verificação da existência e uso de artes de pesca proibidas, bem como circuitos de transporte e de comércio de meixão. Neste âmbito, pretende-se identificar/localizar pescadores e intermediários envolvidos na pesca ilegal, tendo também em atenção o fluxo de exportações que poderão surgir para outros países Europeus ou para a Ásia (Diretiva, 2019).

Como complemento da fiscalização realizada nas diferentes bacias hidrográficas são, também, fiscalizadas instalações comerciais que possam ter ligações ao meixão comercializado ilegalmente e realizadas fiscalizações rodoviárias de apoio nas vias principais de acesso aos locais de pesca (Diretiva, 2019).

A coordenação deste tipo de operações de fiscalização de atividades ilegais relativas ao meixão é levada a cabo pelo efetivo da estrutura SEPNA dos Comandos Territoriais. A UCC auxilia as operações com o seu efetivo humano e material. O ICNF colabora na peritagem das apreensões (Diretiva, 2019).

Contudo, para além das operações direcionadas à temática do meixão, quer a UCC quer o SEPNA, decorrente da sua atividade diária e das missões que lhe são atribuídas,

desenvolvem ações de patrulhamento e de fiscalização, respetivamente, durante o resto do período sazonal da captura e comércio do meixão, desenvolvendo ações que visam mitigar a prática deste tipo de ilícito decorrentes da Lei n.º 63/2007.

Existe, também, a possibilidade de desenvolver operações no âmbito do meixão em coordenação com o Núcleo de Investigação Criminal (NIC), como é o exemplo do Comando Territorial de Setúbal, incidindo os esforços para a investigação do circuito de comercialização (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2019).

3.3. Estatística e Dados de Operações

Os dados relativos às apreensões do meixão decorrentes das ações levadas a cabo nos últimos cinco anos, solicitadas à Direção SEPNA, foram fornecidos e permitiram elaborar o Quadro 22, que se encontra no Apêndice A.

A informação fornecida foi decomposta em três áreas: a coluna dos Postos Territoriais (PTer)/Outros órgãos que corresponde a operações/ações de fiscalização fora da esfera do SEPNA; a coluna referente ao SEPNA corresponde às operações efetuadas no âmbito das diretivas operacionais do meixão e algumas ações de fiscalização decorrentes da atividade diária; e na coluna da UCC encontram-se as operações de fiscalização executadas no âmbito da sua área de responsabilidade, bem como algumas ações conjuntas entre o SEPNA e a UCC.

Dos dados fornecidos, é possível verificar que entre o ano de 2014 e 2018, foram realizadas, um total de 1 458 ações que produziram os seguintes resultados: 1 097 redes apreendidas; 77 indivíduos detidos; 222 indivíduos identificados; 184 autos elaborados por crime; 383 autos elaborados por contraordenação e 721,475 Kg de meixão apreendido.

Analisando em pormenor cada uma das colunas, verificamos que, ao longo de cinco anos, a UCC realizou 446 ações apreendendo 678,5 Kg de meixão, os PTer/Outros Órgãos realizaram 5 ações apreendendo 36,105 Kg de meixão e o SEPNA realizou 1 006 ações apreendendo 36,87 Kg de meixão.

Os resultados apresentados permitem verificar que o SEPNA, apesar de ter realizado mais do dobro das ações de fiscalização, apresenta resultados de meixão apreendido significativamente mais reduzidos, ou seja, é o que possui menor eficácia quando o esperado deveria ser o contrário. Com base nos dados fornecidos, o peso médio total de meixão apreendido pelo SEPNA corresponde a 0,037 Kg de meixão por ação realizada.

Contudo, convirá referir que, muitas das ações conjuntas realizadas entre a UCC e o SEPNA, os autos resultantes das infrações detetadas são elaborados pela UCC, o que origina

que os dados estatísticos e as quantidades de meixão apreendidos sejam contabilizados naquela Unidade, aumentando o volume das apreensões relativamente ao SEPNA.

3.4. Panorama Internacional

A natureza transnacional do comércio ilegal de vida selvagem, em que o meixão é uma espécie alvo (Stein et al, 2016), reforça a importância da cooperação internacional entre as autoridades dos diferentes Estados, fundamental para a proteção das espécies (Duffy, 2016).

A GNR, em matéria de crimes ambientais, apresenta um vínculo com diversas entidades internacionais e através do SEPNA, assume-se como líder nacional e constitui-se como “como ponto de contacto nacional em matéria de criminalidade ambiental, em que assume especial relevo a criminalidade relacionada com o comércio ilegal de espécies protegidas” (Caeiro & Santos, 2018, p. 58).

No âmbito do comércio ilegal de espécies protegidas, o SEPNA esteve empenhado em operações levadas a cabo pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) e pela EUROPOL. Em colaboração com a INTERPOL, participou na Operação *30 Days of Action*, Operação *Thunderbird* e na Operação Amazonas. Quanto à EUROPOL, participou na Operação COBRA e nas Operações ABAIA e LAKE, sendo as duas últimas referentes ao comércio ilegal do meixão (Caeiro & Santos, 2018).

A GNR compreende que a recolha e a troca de informação com outras instituições é crucial para o sucesso do combate ao comércio ilegal de espécies protegidas, incluindo o meixão, que assume um carácter transnacional e fortes ligações à criminalidade organizada (Caeiro & Santos, 2018). É nesta filosofia de atuação que a GNR aceitou ser um dos parceiros associados do projeto SUDOANG, um projeto que visa recuperar a população da enguia e o seu habitat. Para tal pretende-se: criar ferramentas comuns de gestão e avaliação; estabelecer uma rede de monitorização da população de enguia a longo prazo; e reforçar a cooperação entre os atores envolvidos na governança da enguia (SUDOANG, 2018).

O projeto, que inclui parceiros de Portugal, Espanha e França, promoverá a coordenação e o diálogo entre os três países para que a população de enguia europeia seja gerida de forma articulada entre os Estados Europeus, deixando de ser gerida como um problema nacional. Este projeto visa, ainda, melhorar a cooperação entre as autoridades envolvidas na conservação da enguia europeia e do seu habitat nestes três Estados-Membros, e no combate ao comércio ilegal de que a espécie é alvo (SUDOANG, 2018).

PARTE II – PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Neste Capítulo será abordada a metodologia utilizada para desenvolver a investigação, que se poderá definir como “um processo ou método para atingir um fim” (Sarmiento, 2013, p. 4). Através deste método procurou-se traçar um conjunto de tarefas sistemáticas e racionais que permitissem alcançar conhecimentos válidos (Marconi & Lakatos, 2003).

Por conseguinte, nos pontos que se seguem, serão descritos o modelo de análise seguido que se encontra exposto no Quadro 23²⁰, o método de abordagem adotado nesta investigação, as técnicas de recolha de dados utilizadas, a amostra da população selecionada e, ainda, as técnicas de tratamento e análise dos dados recolhidos.

4.1. Modelo de Análise

O modelo de análise visa orientar a presente investigação, de forma coerente e estruturada. Assim, como ponto inicial construiu-se a pergunta de partida que surge como um fio condutor da investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998) que neste trabalho é a seguinte: “Quais as adaptações e procedimentos que deve a GNR efetuar por forma a assegurar um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão?”.

A problemática associada a esta pergunta assenta no objetivo de compreender e analisar a atuação da GNR de forma a garantir um combate mais eficaz no comércio ilegal do meixão.

Para obter a resposta à pergunta de partida e alcançar os objetivos específicos, cujo papel é contribuir para detalhar o objetivo geral e definir o que se pretende investigar, balizando o estudo (Oliveira, 2011), foram elaboradas as seguintes PD:

PD1: “Quais os mecanismos utilizados pela GNR para proteger a população de enguia europeia?”

PD2: “Que ação é mais relevante para o contexto da preservação da espécie: prevenção/controlo da captura ilegal do meixão ou investigação do circuito de comercialização?”

²⁰ Ver Apêndice B.

PD3: “Que vertentes perturbam a atuação da GNR no âmbito da captura e comércio ilícito desta espécie?”

PD4: “Quais as melhores práticas utilizadas a nível europeu para enfrentar a problemática do meixão?”

4.2. Método de Abordagem da Investigação

A investigação baseou-se no procedimento proposto por Quivy e Campenhoudt (1998) composto por diversas etapas, adaptado às características da presente investigação e seguindo as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da AM²¹.

Após a formulação da pergunta de partida e como forma de auxílio para construir a problemática de investigação, foram realizadas entrevistas exploratórias com o objetivo de obter conhecimento sobre os aspetos a abordar no âmbito do tema escolhido, ajudando o investigador a fazer o ponto de situação sobre a matéria e a direcionar a sua investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998).

A concretização das entrevistas exploratórias foi executada de forma aberta e flexível, a especialistas sobre a matéria (Quivy & Campenhoudt, 1998) no seio do *Servicio de Protección de la Naturaleza* (SEPRONA)/*Guardia Civil*, entidade de referência a nível europeu na investigação sobre a problemática do meixão.

O método científico traduz-se no “conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p. 7). Nesta investigação, o método de investigação científica adotado foi o método dedutivo que se caracteriza por assentar “num raciocínio racional e lógico, que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 8). Assim, tencionámos através da abordagem teórica da captura e comércio ilegal de meixão no âmbito geral, relacioná-la com a atuação da GNR em específico, com o intuito de concluir sobre as formas de melhorar o combate a esta atividade ilícita.

Desta forma, a investigação segue uma abordagem qualitativa caracterizada como um processo de reflexão e análise da realidade que mediante a utilização de certos mecanismos permite compreender detalhadamente o objeto estudado (Oliveira, 2011).

4.3. Técnica de Recolha de Dados

Resultante do carácter subjetivo associado a este estudo e para que a “informação recolhida no universo informacional seja fiável e os resultados da investigação sejam

²¹ NEP n.º 522/1ª de 20 de janeiro de 2016 da AM.

válidos” (Sarmiento, 2013, p. 27), os instrumentos científicos utilizados para a recolha de dados foram a análise documental e as entrevistas.

No que à análise documental diz respeito, esta pode ser concebida com base em fontes contemporâneas ou retrospectivas (Sarmiento, 2013). No presente estudo, essas fontes passaram pela consulta de livros, artigos, revistas, documentos institucionais e legislação, quer em suporte físico quer em suporte informático.

Quanto às entrevistas, estas correspondem à observação indireta cujo meio de observação é o próprio guião de entrevista (Quivy & Campenhoudt, 1998). As entrevistas constituem-se como uma ferramenta importante de trabalho para a obtenção de informação, chegando a ser classificadas como um instrumento superior por alguns autores (Marconi & Lakatos, 2003).

Foram realizadas entrevistas individuais que, do ponto de vista da sua estruturação, correspondem a entrevistas semiestruturadas permitindo que o entrevistado responda “às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas” (Sarmiento, 2013, p. 34).

As entrevistas foram realizadas, sempre que possível, presencialmente com recurso a gravação áudio. Nos casos em que a via presencial não se mostrou exequível, os inquéritos por entrevista foram realizados via *internet*.

4.4. Amostragem

A amostra consiste numa “porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população)” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223). Na presente investigação, a amostra selecionada teve em conta os objetivos do estudo, sendo escolhidos elementos com base em critérios considerados relevantes por parte do investigador, constando no Apêndice C a caracterização dos entrevistados.

A amostra selecionada foi constituída por elementos da GNR, do ICNF, da *Guardia Civil*, da *Gendarmerie Nationale* e da EUROPOL.

A seleção dos elementos da GNR que foram entrevistados assentou nos seguintes pressupostos: relativamente ao SEPNA por ser o órgão competente nesta matéria, foi escolhido o seu Diretor, sendo este o responsável por este Serviço no seio da Instituição; na UCC devido à colaboração com este último e à sua ação de patrulhamento e vigilância da costa, foi selecionado o Destacamento de Controlo Costeiro (DCC) de Matosinhos pelo trabalho desenvolvido no âmbito do meixão (Jornal do Minho [JM], 2019); aos dois militares do Comando Territorial de Setúbal em razão do aumento significativo da quantidade do

meixão apreendido através do método pioneiro de investigação; e ao ICNF por este representar a autoridade nacional no âmbito da CITES²².

Para que os objetivos da investigação fossem alcançados, o investigador entendeu que as entrevistas realizadas se deveriam dividir em três tipos:

— As entrevistas de tipo A²³ foram dirigidas às entidades nacionais com o propósito de fornecer uma perspetiva interna da GNR relativa à problemática em questão, assim como, o ponto de vista do ICNF, que se constitui como perito nacional no âmbito da Convenção CITES;

— As entrevistas de tipo B²⁴ foram direcionadas para entidades estrangeiras de serviços homólogos ao do SEPNA em Portugal, nomeadamente ao SEPRONA/*Guardia Civil* e à *Office central de lutte contre les atteintes à l'environnement et à la santé publique* (OCLAESP)/*Gendarmerie Nationale*, com a intenção de identificar as diferenças existentes relativamente à GNR no combate a este fenómeno;

— A entrevista de tipo C²⁵ foi encaminhada para a EUROPOL com a finalidade de fornecer um panorama europeu e, também, uma visão mais estratégica acerca da captura e comércio ilegal do meixão.

4.5. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados

A elaboração do trabalho escrito, assim como a construção dos diversos quadros ao longo do trabalho e a gestão das fontes bibliográficas, foram executadas através do programa informático Microsoft Office Word, versão 2013.

Quanto ao tratamento e análise dos dados das entrevistas, foi tido em consideração que estas se encontram sempre associadas a um método de análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 1998), pelo que, o método utilizado foi baseado no modelo de análise proposto por Guerra (2006) na vertente da construção de sinopses de entrevista.

A partir das sinopses de entrevista construídas foi possível conceber um resumo das respostas de cada entrevistado, que através da elaboração de quadros de análise de conteúdo permitiu a comparação das ideias-chave dos entrevistados, promovendo a ilação de conclusões.

²² Conforme art.º 4.º do DL n.º 121/2017.

²³ Ver Apêndice D.

²⁴ Ver Apêndice E.

²⁵ Ver Apêndice F.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente Capítulo, serão apresentados, analisados e discutidos os dados apurados através da realização de entrevistas. Desta forma, são exibidas as ideias-chave retiradas das questões efetuadas aos entrevistados. Através da construção de sinopses de entrevista, baseadas no método de Guerra (2006), foi possível comparar os dados recolhidos entre si e, também, com a Parte I referente ao Enquadramento Teórico.

5.1. Entrevistas Exploratórias

As entrevistas exploratórias serviram, numa fase inicial, para ajudar o investigador a construir a problemática de investigação e, também, para que este tomasse conhecimento da abrangência da temática e dos aspetos importantes a explanar no presente estudo, a fim de cumprir os objetivos propostos.

Para a realização deste tipo de entrevistas, o investigador solicitou que as mesmas se desenrolassem na sede do SEPRONA/*Guardia Civil*, uma vez que, esta entidade estrangeira se constitui como uma referência a nível europeu na investigação de crimes sobre o meixão. Esta solicitação foi aceite e o investigador pôde realizar as entrevistas.

Do decurso destas entrevistas, começou por ser explicado a orgânica do SEPRONA/*Guardia Civil* e de que modo estão organizados para fazer face aos crimes relacionados com o meixão. Foi referido que à semelhança do SEPNA, está presente em todo o território espanhol e que as suas valências são idênticas.

Contudo, o SEPRONA/*Guardia Civil* possui incorporado na sua estrutura o *Unidad Central Operativa Medioambiental* (UCOMA) que é responsável, a nível nacional, por desenvolver e coordenar as investigações no âmbito dos crimes contra a natureza. A existência de uma Unidade especializada de investigação ambiental reforçada com uma certa capacidade a nível de recursos humanos representa uma grande vantagem, uma vez que, é feita por militares especializados nestas matérias e é capaz de direcionar todo o seu esforço unicamente para trabalho de investigação.

Os entrevistados realçaram que o comércio ilegal de meixão era sustentado pela procura asiática por esta espécie. Como consequência da elevada procura, o mercado asiático, nomeadamente a China, necessitava de meixão e como o seu *stock* nacional de enguia se encontrava reduzido, existiam redes criminosas asiáticas a operar em Portugal e

Espanha para alimentar este mercado e exportavam o meixão da espécie europeia para efeitos de produção em aquacultura.

Foi também enfatizado que esta dimensão internacional envolve vários países da Europa, devendo existir uma cooperação internacional entre polícias. A investigação e a partilha de informação são fundamentais para o desmantelamento de redes criminosas e para impedir a prática desta atividade ilícita.

5.2. Entrevistas tipo A

5.2.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1 (Entrevista tipo A)

A questão n.º 1 visou determinar os procedimentos executados, em termos do combate à captura e ao comércio ilegal do meixão, em defesa da população de enguia europeia.

Após a análise das respostas, foi possível verificar que as ações desenvolvidas pela GNR para combater a captura e o comércio ilegal do meixão assentam essencialmente em operações dirigidas para esse fim (E1, E2 e E4). Relativamente à captura ilegal, esta é feita com o recurso a redes clandestinas colocadas nos troços dos rios (Garcia & Seixas, 2014) e todos os entrevistados afirmaram que as ações neste âmbito passavam pela fiscalização ou apreensão destas redes ilegais.

No que se refere ao comércio ilegal, as ações devem basear-se em investigações por parte dos NICCOA (E1 e E3) podendo estes articular-se com a investigação criminal (E1, E3 e E4). No caso do ICNF, esta entidade tem trabalhado com as alfândegas para detetar exportações ilegais (E5), sendo que estas ações se encontram diretamente relacionadas com o combate ao comércio ilegal visto que o *modus operandi* passa pela exportação do meixão via aérea (Europol, 2016).

No que toca às ações desenvolvidas no âmbito da diretiva operacional do meixão, embora estas tenham como objetivo a descoberta de intermediários e dos circuitos de comercialização (Diretiva, 2019), acabam por atuar unicamente na esfera da captura ilegal e dos pescadores (E4).

A análise foi realizada com base no Quadro 1, que se apresenta em seguida.

Quadro 1 - Análise das respostas à questão n.º 1 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) apreensão de inúmeras redes (…)	— “(…) captura e apreensão de imensas redes de apanha desta espécie, não só pela via terrestre mas também pela via aquática.”

	desenvolvimento da cooperação ambiental internacional (...) diversas operações (...) para a redução da apanha e do tráfico (...)”	<p>— “(...) com o grande incremento e desenvolvimento da cooperação ambiental internacional, foi possível uma maior organização transnacional para combater a criminalidade organizada em diversos fenómenos ligados à proteção das espécies, incluindo o comércio ilegal do meixão, permitindo um maior conhecimento internacional das redes de comércio ilegal, através das investigações levadas a efeito através dos NICCOA do SEPNA, apoiados e em coordenação direta com a estrutura de Investigação Criminal da GNR. Também a criação da UCC, desenvolvendo especialmente a sua atividade nas zonas costeiras e mar territorial, tem dado um contributo importante, em especial no combate à captura ilegal.”</p> <p>— “Diversas operações a nível nacional e internacional têm vindo a ser organizadas, na luta contra a pesca ilegal de enguias de vidro (...) que contribuíram para a redução da apanha e do tráfico, e também permitiu uma maior interação com diversos países da UE.”</p>
E2	“(…) no que tange à captura (...) ações genéricas (...) a nível macro (...) e a nível local operações (...) patrulhamento (...) vigilância (...) no combate ao comércio ilícito”	<p>— “(...) no que tange à captura, a Instituição desenvolve ações genéricas e coordenadas a nível macro – entre Unidades e/ou Organizações distintas (UCC, SEPNA, ICNF), e a nível local – operações menos musculadas e/ou coordenadas a nível local (dentro da mesma Subunidade).”</p> <p>— No caso da UCC (...) atuar na prevenção deste tipo de crime, através do patrulhamento mais intensivo de áreas específicas (nos rios e seus afluentes), prevenindo que as redes sejam colocadas a nado ou retirando-as (procedendo à sua apreensão) e devolvendo de imediato o meixão ao seu habitat.”</p> <p>— “(...) pode atuar-se na repressão deste ilícito criminal, com vigilâncias dissimuladas aos locais mais sensíveis (...) conseguimos identificar locais que servem de armazém, acondicionamento e preparação (para exportação) do meixão (...), é neste contexto que entra no combate ao comércio ilícito.”</p>
E3	“Na parte da captura (...) NPA fazendo fiscalização (...). A nível do comércio ilegal é missão dos NICCOA (...). Em Setúbal, foi utilizada a investigação criminal (...)”	<p>— “Na parte da captura, o trabalho desenvolvido é pelos NPA fazendo uma fiscalização às redes a nível dos indivíduos que pescam o meixão.”</p> <p>— “A nível do comércio ilegal, é missão dos NICCOA e seria bom estes poderem fazer essa investigação mais atualmente os NICCOA não tem capacidade/efetivo suficiente para desenvolver a investigação necessária à interceção do comércio ilegal.”</p> <p>— “Em Setúbal, foi utilizado a investigação criminal para efetuar este tipo de investigação que é um crime.”</p>
E4	“(…) operações a nível nacional (...) participação em projetos (...). Em Setúbal (...) NPA (...) atuava só na apanha ilegal (...) e com o apoio da investigação criminal demos o salto (...)”	<p>— “As iniciativas por parte da GNR têm sido as operações a nível nacional do meixão. E garantindo presença em projetos como o SUDOANG.”</p> <p>— “Em Setúbal, até há 2 anos atrás, o NPA tinha-se limitado a cumprir a diretiva operacional e atuava só na apanha ilegal. No entanto, tivemos consciência que assim não conseguíamos alcançar o topo da pirâmide e com o apoio da investigação criminal demos o salto na investigação.”</p>
E5	“(…) emissão de documentação (...) recolha de redes (...) trabalhando a nível dos aeroportos (...)”	<p>— “Como a enguia é uma espécie protegida, a sua detenção tem que ser autorizada pelo ICNF, desta maneira pode ser controlada através da emissão de documentação.”</p> <p>— “A nível de rio têm trabalhado ao nível da recolha de redes e estabulações ilegais, para a captura ilegal. Ao nível do comércio, temos trabalhado a nível dos aeroportos, tentando detetar exportações ilícitas ao nível das alfândegas.”</p>

Fonte: Elaboração Própria

5.2.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2 (Entrevista tipo A)

O objetivo da questão n.º 2 foi precisar os meios disponíveis e utilizados para o combate a esta atividade ilegal.

Relativamente a estes meios, as embarcações foram destacadas como um meio a usar no auxílio a este combate (E1, E2 e E4). Como meios humanos utilizados, no terreno são empenhados os NPA (E3 e E4), podendo contar com o reforço dos PTER (E4) e da UCC (E2) nas operações efetuadas. Foi, ainda, apontado um número reduzido de meios humanos no

ICNF (E5). Em termos de investigação, são utilizadas vigilâncias, seguimentos e escutas telefônicas, articulando os NICCOA do SEPNA com a investigação criminal (E1 e E3).

O comércio de vida selvagem é considerado um dos crimes mais lucrativos do mundo (Nellemann et al, 2016). Neste âmbito, o comércio ilegal do meixão também é uma atividade deveras lucrativa (E1) que gera milhões de euros todos os anos (EUROPOL, 2016; SEG, 2018), carecendo de um empenhamento de meios para o combater que acabam por consumir bastante tempo e exigir uma grande dedicação (E3 e E5).

A análise foi realizada com base no Quadro 2, que se apresenta em seguida.

Quadro 2 - Análise das respostas à questão n.º 2 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) embarcações (…) NICCOA (…) investigação criminal (…) UCC (…) bastante lucrativo, e por isso, existem redes ilegais (…) escutas telefônicas e outros tipos de meios e tecnologias de vigilância (…)”	—“(…) aquisição de 12 embarcações para o SEPNA (…)” —“(…) investigações levadas a efeito através dos NICCOA do SEPNA, apoiados e em coordenação direta com a estrutura de Investigação Criminal da GNR..” —“(…) UCC, desenvolvendo especialmente a sua atividade nas zonas costeiras e mar territorial, tem dado um contributo importante, em especial no combate à captura ilegal.” —“(…) convém referir que o comércio ilegal do meixão é bastante lucrativo, e por isso, existem redes ilegais a operar em toda a europa, com especial incidência a partir da península ibérica, dado que é o local onde o meixão primeiro chega e com menor tamanho, que é o mais pretendido.” —“São utilizadas na investigação as escutas telefônicas e outros tipos de meios e tecnologias de vigilância e desenvolver as capacidades de investigação.”
E2	“(…) meios marítimos, meios terrestres e os meios de vigilância noturna (…)”	—“São empenhados todos os meios ao dispor. Dependerá, essencialmente, se o objetivo é a prevenção ou a repressão, podendo ser utilizados de forma coordenada todos os meios na mesma operação ou só alguns deles.”
E3	“Essencialmente, os NPA (…) esforço conjunto entre os NICCOA e o NIC (…) vigilâncias, seguimentos e escutas telefônicas.”	—“Essencialmente, os NPA.” —“Depois foi feito o esforço conjunto entre os NICCOA e o NIC do Comando Territorial de Setúbal, que permite ter jurisdição em toda a área de responsabilidade. Foram destacados cinco militares da investigação criminal somente dedicados à investigação do meixão.” —“Permitiu a utilização de equipamentos e procedimentos como vigilâncias, seguimentos e escutas telefônicas.”
E4	“(…) embarcação (…) empenhamento acima do normal.”	—“Em Setúbal temos uma embarcação, com reboque mais viatura.” —“São operações que necessitam do empenhamento acima do normal, que quando existem temos de reunir efetivo para tal. Trabalham os NPA mais alguns elementos dos postos. Retirar as redes é um trabalho muito difícil de se fazer as redes são muito difíceis de localizar e apenas três redes é trabalho para uma manhã.”
E5	“Somos poucos (…)”	—“(…) somos apenas três no âmbito da CITES, mas é uma matéria que tentamos dar bastante ênfase e que ocupa oitenta por cento do nosso tempo.”

Fonte: Elaboração Própria

5.2.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3 (Entrevista tipo A)

O objetivo da questão n.º 3 foi averiguar quais as formas de cooperação bilaterais e internacionais que estão a ser usadas, assim como, a importância que adquirem para combater/impedir o comércio ilícito.

É necessário ter em consideração que o comércio ilegal de meixão é constituído por várias etapas, como a captura no rio, os intermediários que armazenam e transportam o meixão (Garcia & Seixas, 2014) e as exportações através dos aeroportos (Crook, 2010) para rotas confirmadas (Stein et al, 2016), que são impulsionadas pelo mercado asiático (Shiraishi & Crook, 2015).

Deste modo, as redes criminosas adicionam um carácter transnacional (Elliott & Schaedla, 2016), razão pela qual esta atividade ilícita não poder ser vista de forma isolada porque ocorre em diversos países, assumindo a colaboração internacional um papel crucial para a sua mitigação (E1).

Das respostas obtidas, é possível verificar que no âmbito desta matéria a GNR, através do SEPNA, colabora e coopera a nível internacional com entidades como a EUROPOL e a INTERPOL (E1, E3 e E4). Para além destas, a GNR também garante presença no Grupo “*Enforcement CITES*” da UE, juntamente com o ICNF, autoridade nacional CITES (E1 e E5).

Em termos de cooperação bilateral, a GNR e o ICNF desenvolvem ações com o SEPRONA/*Guardia Civil*, uma vez que, os suspeitos identificados praticam crimes relativos ao meixão tanto em Portugal como em Espanha (E1 e E5). A GNR também coopera bilateralmente com França (E1).

O SEPNA foi designado como ponto de contacto nacional para a matéria de criminalidade ambiental, coordenando as ações diretamente entre as entidades nacionais e internacionais, o que representa uma mais-valia em termos de troca de informação (E1).

A análise foi realizada com base no Quadro 3, que se apresenta em seguida.

Quadro 3 - Análise das respostas à questão n.º 3 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) não pode ser abordada apenas a partir de uma perspetiva nacional (...) EUROPOL, INTERPOL, e no Grupo “ <i>Enforcement CITES</i> ” da União Europeia (...) França e a Espanha (...) SEPNA como POC nacional (...)”	— “A luta contra o comércio ilegal do meixão não pode ser abordada apenas a partir de uma perspetiva nacional, dado que este comércio não se confina apenas a um país sendo a colaboração internacional é essencial e fundamental.” — “O SEPNA encontra-se envolvido na cooperação e colaboração internacional, fundamentalmente através da EUROPOL, INTERPOL, e no Grupo “ <i>Enforcement CITES</i> ” da União Europeia, onde este tema tem vindo a ser amplamente tratado.” — “Bilateralmente, o SEPNA mantém ligações com os órgãos responsáveis pelo combate a esses crimes em países importantes como França e a Espanha.” — “Mais recentemente, com a designação do SEPNA como POC nacional para a criminalidade ambiental, encontra-se a desenvolver e a organizar a cooperação nacional e internacional, com uma intensa troca de informações úteis e importantes no âmbito do meixão.”
E2	“Nesta componente a UCC não intervém (...)”	— “Nesta componente a UCC não intervém diretamente pois a sua orgânica não contempla investigação criminal.”
E3	“(…) através da INTERPOL e da EUROPOL (...) cooperação policial	— “Temos recebido informação de vários países e temos dado informação a vários países que nos solicitam através da INTERPOL e da EUROPOL. Através destas entidades recebemos informação de que indivíduos intercetados em aeroportos europeus possuíam meixão que tinham vindo de Portugal.”

	diretamente com a <i>Guardia Civil</i> (...)”	— “A cooperação policial diretamente com o SEPRONA pode ajudar nas investigações porque o crime de detetamos em Portugal está, muitas vezes, relacionado com Espanha.”
E4	“Devíamos trabalhar em cooperação internacional mas moderar a informação que damos.”	— “Devíamos trabalhar em cooperação internacional mas moderar a informação que damos. Temos que coordenar estas ações com a direção SEPNA porque é quem representa o nosso serviço a nível internacional.”
E5	“(…) líder nacional no Grupo “Enforcement CITES” da União Europeia (...) colaboramos com o SEPRONA (...)”	— “O ICNF, a nível internacional, participa como líder nacional no Grupo “Enforcement CITES” da UE.” — “A nível de envolvências bilaterais, colaboramos com o SEPRONA, que no decurso das suas investigações verificaram que os seus suspeitos realizavam parte do comércio ilegal do meixão em Portugal, solicitando a colaboração do lado português.”

Fonte: Elaboração Própria

5.2.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4 (Entrevista tipo A)

O intuito da questão n.º 4 foi perceber qual a abordagem que deveria receber mais atenção no âmbito do combate à problemática do meixão, ou seja, se o esforço deveria incidir mais sobre as ações para a captura ilegal ou se, pelo contrário, o esforço deveria incidir mais sobre os circuitos de comercialização ilegal.

Todos os entrevistados consideram que os dois âmbitos necessitam de iguais esforços para mitigar o problema. A captura surge como a primeira etapa do comércio ilegal (E3 e E5), mas é um trabalho que se resume, essencialmente, no levantamento de redes nos rios e estas ações não permitem identificar dos elementos das redes criminosas (E2, E3 e E5).

Na opinião do E3, as ações dirigidas à fiscalização da captura não conseguem impedir que esta continue. Para que isso aconteça é necessário parar o comércio e intercalar os indivíduos que o praticam. Esta opinião corrobora com a visão de Domingos (2003) de que o fim da captura ilegal está depende da destruição do circuito de comercialização. Para combater este comércio clandestino é necessário realizar de investigações sobre estes circuitos que nos permitam identificar os responsáveis por comprar, armazenar e exportar o meixão, mas também conhecer as rotas e os métodos que utilizam para o fazer (E1, E2, E3, E4 e E5).

Para além das ações sobre a captura e a investigação dos circuitos de comercialização, o E1 afirma que também é importante apreender os lucros obtidos desta atividade ilegal, impedindo que o negócio se torne rentável para os infratores.

A análise foi realizada com base no Quadro 4, que se apresenta em seguida.

Quadro 4 - Análise das respostas à questão n.º 4 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) é vital combater toda a rede, desde a captura, toda a cadeia de comércio ilegal e os lucros resultantes do tráfico.”	<p>— “A complexidade da luta contra este tipo de crime não pode ser abordada a partir de uma única perspetiva, em virtude da dimensão económica envolvida.”</p> <p>— “O combate à sua captura é a vertente mais visível, e talvez a mais simplificada de realizar, porque as redes de apanha são visíveis e os locais conhecidos.”</p> <p>— “O combate ao comércio ilegal exige o conhecimento dos intervenientes, rotas, métodos, entre outras vertentes, sendo fundamental a realização de investigações eficientes com vista a essa identificação.”</p> <p>— “Quanto à questão dos lucros oriundos do comércio ilegal, é uma questão que exige meios suplementares de investigação, sendo mais difícil de investigar e apreender as quantias ilegais daí resultantes, mas com um papel importante para que os infratores não consigam lucrar do ilícito.”</p>
E2	“(…) temos de ter uma atuação concertada e variar os objetivos das operações.”	<p>— “Se os visados forem sempre os pescadores estamos a direcionar o esforço mais a nível local e a rede de exportação fica ileisa (porque haverá sempre meixão que chega até eles). Aqui é importante realçar que uma rede devidamente estruturada pode receber meixão um pouco de todo o país.”</p> <p>— “(…) quero sustentar a ideia que também terá de haver um trabalho de procura de informações e de investigação/pesquisa que complemente o trabalho feito diariamente pelas patrulhas. Essa investigação/pesquisa deve visar “o peixe graúdo”, os responsáveis por comprar, recolher, armazenar e coordenar a exportação do meixão.”</p>
E3	“O futuro tem de ser nos dois âmbitos.”	<p>— “As ações exercidas no âmbito da captura normalmente apenas retiramos as redes dos rios sem identificar suspeitos.”</p> <p>— “Se as ações forem apenas realizadas na apanha não conseguimos impedir a captura total. O pescador não vai apanhar meixão para comer, o pescador apanha o meixão porque existe o comércio e o indivíduo que faz o comércio ilegal vai continuar a procurar meixão. Só quando o comércio parar é que ninguém vai fazer a captura porque não conseguem escoar o produto, sendo determinante as ações incidirem também sobre a investigação destes circuitos.”</p>
E4	“Temos de trabalhar paralelamente.”	— “Não podemos dissociar os dois porque a captura é a primeira fase do comércio. É necessário investigar o comércio a partir da captura, porque o crime do meixão tem a base, tem intermediários, tens transportadores e tem o topo da pirâmide.”
E5	“As duas são importantes mas a captura é o início do comércio ilegal.”	<p>— “As ações dirigidas à captura apenas acabamos por retirar o material do rio e muito dificilmente existem suspeitos porque ainda não existe uma investigação feita nesta fase.”</p> <p>— “A nível dos circuitos ilegais a investigação criminal é importante e onde se demonstra mais incisiva.”</p>

Fonte: Elaboração Própria

5.2.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5 (Entrevista tipo A)

A questão n.º 5 tinha o objetivo de atestar como é feita a investigação desta problemática e indicar o órgão especializado para esse efeito dentro desta temática.

Na opinião de Crook (2010) a investigação constitui-se como uma ferramenta importante para ajudar as forças policiais no combate ao comércio ilegal de meixão. Na GNR, os órgãos especializados na investigação em matéria ambiental, e consequentemente em investigações relacionadas com o meixão, são os NICCOA da estrutura SEPNA (E1, E2, E3 e E4). Os NICCOA contam com a ajuda dos NPA para fiscalizar e recolher informação (E1 e E4). A UCC também tem coordenado ações com o SEPNA, representando uma cooperação valiosa em termos de recolha de informação ao longo de toda a costa portuguesa (E1 e E2).

Importa destacar que a falta de disponibilidade e de efetivo suficiente para prosseguir com as investigações, por parte dos NICCOA, promoveu a colaboração com a investigação

criminal, como no caso do Comando Territorial de Setúbal, que atingiu resultados significativamente melhores, tendo chegado a intersetar cargas internacionais (E1, E3 e E4).

O ICNF presta apoio à GNR como polícia técnica, que pode ajudar a cruzar informação no âmbito da CITES (E5).

A análise foi realizada com base no Quadro 5, que se apresenta em seguida.

Quadro 5 - Análise das respostas à questão n.º 5 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) equipas de investigação em todos os distritos do país, especializadas em investigações em matérias ambientais.”	— “Além da investigação, a estrutura do SEPNA tem criadas equipas de fiscalização em todos os Destacamentos Territoriais da GNR.” — “O SEPNA tem a estrutura montada para realizar as investigações ambientais, conforme é de sua missão, mas contrariamente aos restantes países, os NICCOA encontram-se demasiado absorvidos com a área dos incêndios florestais, o que não lhe permite a disponibilidade desejável e necessária para as investigações ambientais. Procurando colmatar esta situação, têm cooperado e coordenado muitas investigações com a estrutura da investigação criminal, em alguns Comandos Territoriais, para as investigações relacionadas com o meixão.” — “Dentro da GNR, existe ainda a UCC que tem atuado ao longo de toda a costa portuguesa, coordenado as suas ações com a estrutura SEPNA.”
E2	“(…) o SEPNA (…) que levam a cabo as respetivas investigações (…)”	— “(…) mas parece-me pertinente realçar que a UCC também tem sido tida muito em conta nas investigações deste ilícito pois o <i>know-how</i> da Unidade é enorme e pode ser um erro se não for considerado.” — “(…) foi lavrada uma proposta ao Comando da Guarda para que se criasse uma equipa multidisciplinar entre aquele DCC e o NICCOA do CTer Porto, aliando assim o vasto conhecimento dos meandros deste ilícito à competência de investigação criminal. Mas se assim não for, será o SEPNA (…) que levam a cabo as respetivas investigações, cabendo à UCC tentar realizar operações para o flagrante delito e recolher informação que possa auxiliar posterior investigação.”
E3	“NICCOA do SEPNA.”	— “O órgão especializado em matéria ambiental são os NICCOA, no entanto, como estes não têm disponibilidade devido aos processos relacionados com os incêndios nem efetivo suficiente para desenvolver a investigação, foi feito um esforço conjunto entre os NICCOA e o NIC da SIIC do Comando Territorial de Setúbal.”
E4	“O primeiro nível de recolha de informação são os NPA. O órgão especializado são os NICCOA, através da estrutura SEPNA.”	— “O primeiro nível de recolha de informação são os NPA.” — “Contudo, não era possível ir mais além do que ir buscar as redes e apanhar o pescador. Para ultrapassar este patamar é preciso uma investigação a sério. Os NICCOA têm muito pouco efetivo e não tem essa capacidade, porque também estão ocupados com outro tipo de processos.” — “Em Setúbal, decidimos aliar-nos à investigação criminal porque estes tem mais recursos humanos e materiais do que o NICCOA. Assim demos o salto na investigação e chegámos a intersetar cargas internacionais.”
E5	“Não temos um órgão especializado nesta matéria.”	— “Funcionamos como uma polícia mais técnica em articulação com a GNR. O que fazemos é uma investigação analítica da informação. Como os detentores legais desta espécie se têm que registar a partir do ICNF, nós conseguimos cruzar este tipo de informação.”

Fonte: Elaboração Própria

5.2.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6 (Entrevista tipo A)

A finalidade da questão n.º 6 era saber se as entidades que trabalham com este tipo de crime concordavam com a moldura penal atualmente imposta e aferir se esta condiciona a sua atuação.

Os crimes relacionados com o meixão não estão tipificados numa legislação específica (E5), mas sim no art.º 278º do Código Penal inseridos nos “Danos contra a

natureza” nas espécies relativas à CITES. Contudo, a tentativa não é punível e a mesma atividade tanto pode ser crime como contraordenação (E2).

O E3 refere que o indivíduo que incentiva a captura ilegal, ou seja, aquele que promove o comércio, tem uma moldura penal mais baixa do que aquele que simplesmente apanha o meixão, representando um obstáculo para o término desta atividade.

As sanções nesta matéria foram descritas como baixas (E1 e E4), o que associado aos lucros obtidos acaba por compensar praticar o crime (E4) e atrair grupos de criminalidade organizada (CE, 2014).

As redes criminosas aproveitam-se do comércio ilegal de espécies para o branqueamento de capitais, para o seu financiamento e para a aquisição de bens patrimoniais (CE, 2016b). Neste sentido, a sensibilização do Ministério Público para este tipo de criminalidade é fundamental porque, para além de afetar o ecossistema, faz movimentar muito dinheiro, sendo necessário realizar investigações com recurso a escutas telefónicas e outros métodos de vigilância capazes de o provar (E1 e E4).

A análise foi realizada com base no Quadro 6, que se apresenta em seguida.

Quadro 6 - Análise das respostas à questão n.º 6 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) são insuficientes e relativamente baixas.”	— “Aliás, na recente avaliação a Portugal no âmbito da oitava avaliação ambiental, o relatório preliminar refere precisamente a necessidade de agravamento das penas relacionadas com crimes ambientais.” — “É necessário sensibilizar o Ministério Público e Juízes para este fenómeno e tipo de criminalidade grave, não só na vertente económica, mas também na proteção das espécies, constituindo um crime de “Danos contra a natureza”, previsto e punível no CP português no seu art.º 278.º. Com este envolvimento, é já possível o uso de outras capacidades de investigação como as escutas telefónicas e as vigilâncias.”
E2	“Este poderá ser o ponto fulcral e que marca a diferença.”	— “Da análise de toda a teia legal, verificamos que a captura e transporte de meixão é um ilícito criminal – dano contra a natureza, mas por outro lado, e igualmente com base no Código Processual Penal, a tentativa não é punível. Daí resulta que a mesma atividade pode ser um crime ou uma contraordenação.” — “Parece-me natural que a fiscalização se vá incidindo cada vez mais na fiscalização de indivíduos que possam ser intermediários e percorreram vários locais para comprarem o meixão e posteriormente levaram para o local de preparação, e, principalmente, nos que possam ser responsáveis pela rede, podendo, inclusive, daí resultar a prática de outros crimes como associação criminosa e branqueamento de capitais.”
E3	“A moldura penal deveria ser revista.”	— “Quem incentiva a apanha e faz com que exista mais apanhadores, é o comércio. Se o indivíduo que faz o comércio tivesse uma moldura penal mais elevada, talvez não havia tanto incentivo à captura.”
E4	“A moldura penal poderia ser revista.”	— “Uma lei mais sancionatória aumenta as potencialidades das pessoas pensarem que o crime não compensa. Nesta matéria, as molduras penais são tão baixas que o crime acaba por compensar relativamente ao lucro que obtém.” — “É necessário haver também uma sensibilização no Ministério Público para esta matéria. Só através da investigação é que conseguimos perceber que é um crime que afeta o habitat natural das outras espécies e que faz mover muito dinheiro, como a fuga aos impostos e a aquisição de bens patrimoniais à custa deste ilícito.” — “A moldura penal poderia ser mais elevada em relação a este tipo de crime porque não afeta só mercados nacionais mas também internacionais.”

E5	“A legislação específica não prevê crime.”	— “O crime relacionado com o meixão apenas se encontra previsto no CP enquadrado nos “Danos contra a natureza”. Apenas podemos desenvolver a investigação criminal com base nessa legislação. Contudo, a legislação específica relativa ao meixão deveria também prever esta infração como crime.”
-----------	--	--

Fonte: Elaboração Própria

5.2.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7 (Entrevista tipo A)

A finalidade da questão n.º 7 era apurar as implicações que são causadas pela permissão de captura do meixão no rio Minho.

Apesar da captura de meixão ser uma atividade que necessita de ser licenciada, ao ser permitida possibilita que os pescadores usem essa autorização para justificar várias doses de meixão que não estão autorizadas (E4). Em termos de preservação da espécie pode ser considerado um lapso, onde a maior parte dos entrevistados julga não fazer sentido a sua permissão (E1, E2 e E5).

O regime de exceção existente no Minho também vem dificultar o trabalho policial de fiscalização e investigação que é realizado (E1), uma vez que, é uma forma de contornar o sistema legal (E2 e E5), colocando-se o problema de a captura ser descontrolada exigindo uma fiscalização ainda mais rigorosa (E3). Os aspetos referidos pelos entrevistados vai ao encontro do referido por Domingos (2003), advertindo que o rio Minho pode servir para camuflar meixão capturado ilegalmente.

A análise foi realizada com base no Quadro 7, que se apresenta em seguida.

Quadro 7 - Análise das respostas à questão n.º 7 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Considero que não (...)”	— “(...) porque vem tornar o trabalho policial ao nível das fiscalizações e investigações, cabendo às autoridades o papel da prova de que as mesmas foram capturadas fora da bacia do rio Minho.”
E2	“(…) faria sentido que assim não fosse.”	— “Que muitas das vezes é mais uma forma de contornar o “sistema” e o meixão ser ilicitamente vendido/colocado em circulação.” — “Em suma, parece-me uma decisão que tem por base a cultura local, mas que, considerando a preservação do espécime, no meu ponto de vista, faria sentido que assim não fosse.”
E3	“Deveria existir uma fiscalização mais rigorosa.”	— “Se fossem cumpridas as quotas não havia grande dano para o ecossistema. Mas o problema é que a apanha é descontrolada e o comércio é descontrolado. As empresas que não cumprissem as quotas deveriam ser de imediato revogadas as licenças.”
E4	“A questão do rio Minho é uma problemática, não há duvida.”	— “O que pode acontecer são os pescadores aproveitarem a licença que lhes está atribuída para justificar várias doses de meixão quando apenas uma está justificada, sendo o resto todo ilegal.”
E5	“Não deveria ser permitido no rio Minho.”	— “Deveria ser proibido como é no resto do território. Desta forma, era meio caminho para não permitir a lavagem de meixão que acaba por sê-lo à custa da dessa permissão.”

Fonte: Elaboração Própria

5.2.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8 (Entrevista tipo A)

A questão n.º 8 teve o propósito de compreender se o meixão capturado ilegalmente poderia ser camuflado pela atividade dos viveiristas, inserindo-se como um produto legal no mercado através destes.

À exceção do E4, todos os outros consideram que a atividade de viveirista/aquacultura é uma forma de introduzir o meixão capturado ilegalmente no mercado legal (E1, E2, E3 e E5). Como o meixão não se reproduz em cativeiro, os viveiristas dependem por completo do meixão capturado na natureza para exercer a aquacultura (Hanel et al, 2019). O problema que se coloca é que o meixão não consegue ser rastreado e as empresas podem usar a documentação legal para legalizar meixão capturado ilegalmente, excedendo as quotas que lhes foram atribuídas ou entrando no circuito ilegal (E1, E3 e E5).

Esta falta de rastreabilidade é um problema também apontado por Hanel et al (2019), quer a nível nacional quer a nível internacional. Relativamente ao panorama internacional, Stein et al (2016) acrescentam ainda que o comércio ilegal desta espécie poderia ser combatido de melhor forma se conseguíssemos aumentar os métodos de rastreabilidade.

Todavia, a fiscalização é extremamente difícil nestes casos (E1 e E2) e a comprovação da origem ilegal deste meixão depende da investigação, sendo mais uma vez apontado pelos entrevistados como a ação a seguir para provar as ilegalidades praticadas (E1, E3 e E5).

A análise foi realizada com base no Quadro 8, que se apresenta em seguida.

Quadro 8 - Análise das respostas à questão n.º 8 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Claramente (...)”	— “(...) porque mais uma vez se torna extremamente difícil para as autoridades de fiscalização provar que as mesmas são oriundas do comércio ilegal.” — “A documentação de compra legal pode ser utilizada para a legalização do meixão comercializado ilegalmente, tornando extremamente difícil ao investigador conhecer e provar a sua origem.”
E2	“Sim (...)”	— “(...) naturalmente é uma das hipóteses e uma forma bastante complicada de as autoridades fazerem face a esse ilícito.”
E3	“A grande maioria das empresas refugiasse na atividade legal e aproveita-a para então depois fazer a introdução da apanha ilegal de meixão no mercado legal.”	— “Utilizam uma declaração legal para renovar as suas quotas, quando cada quota deveria ter a sua própria declaração.” — “Deveria existir uma fiscalização rigorosa e quando se detetasse esta atividade deveriam ser sancionadas e revogadas as suas licenças de comercializar este tipo de espécie. No entanto, só se comprova que não cumpriu as quotas se houver capacidade para fazer investigação.”
E4	“(...) não possuo informação (...)”	— “Nesta vertente, não possuo informação no distrito de Setúbal que me permita atestar esse facto.”
E5	“(...) é uma porta de entrada para muito do	— “O problema das licenças é que o meixão não consegue ser rastreado, ou seja, não podemos simplesmente colocar uma aninha como fazemos numa ave, é muito pequeno.”

	que é capturado ilegalmente.”	—“Não pondo em causa que hajam viveiristas legais e que cumpram as regras, temos provas através das investigações que é utilizado o mercado legal para lavar meixão que é capturado ilegalmente fora das zonas onde é permitida essa captura.”
--	-------------------------------	--

Fonte: Elaboração Própria

5.2.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9 (Entrevista tipo A)

O intuito da questão n.º 9 era identificar, do ponto de vista dos entrevistados, quais as fragilidades que o combate à captura e o comércio ilegal do meixão enfrenta atualmente.

Um dos aspetos realçados pelos entrevistados como sendo uma fragilidade foi o quadro legal (E2, E3 e E5), cujas sanções se caracterizam por ser reduzidas quando estamos perante o comércio ilegal de espécies (CE, 2014).

Outro dos fatores que sobressaiu foi o desconhecimento por parte das autoridades policiais e judiciais dos valores que o meixão atinge no comércio ilegal e das redes criminosas que operam no nosso país para o transportar para o mercado asiático (E2, E3 e E5).

O reforço da capacidade de investigação, apesar de requerer a alocação de muitos recursos humanos e materiais (E4), essencial para identificar os elementos das redes criminosas que praticam o crime transnacional, depende cada vez mais das investigações realizadas no seio da cooperação internacional entre países (E1). Duffy (2016), refere que a natureza transnacional deste tipo de crimes exige uma cooperação internacional entre as autoridades de diversos Estados.

Os argumentos apresentados de cooperação internacional no sentido de monitorizar o comércio da enguia europeia vão ao encontro do defendido por Nijman (2017), que defende a necessidade de alargar esta cooperação a países fora da UE, de modo a assegurar a sobrevivência da espécie.

O E4 acrescenta ainda que o combate a este mercado internacional tem que assentar em investigações contínuas salientando a desvantagem das operações nacionais, marcadas para um período fixo, poderem prejudicar as investigações que estão em curso.

A análise foi realizada com base no Quadro 9, que se apresenta em seguida.

Quadro 9 - Análise das respostas à questão n.º 9 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) identificação dos intervenientes (…)”	— “O combate ao comércio ilegal só se torna eficaz com a identificação dos intervenientes das respetivas redes ilegais, o que só é possível com boas investigações, que cada vez mais dependem da cooperação internacional, em virtude das mesmas assumirem cada vez mais um caráter transnacional.”

E2	“Apontaria a legislação e a falta (embora cada vez menor) de noção por parte da sociedade de uma forma geral.”	— “Note-se que há locais em que essa cultura de pesca do meixão tem raízes profundas, o que dificulta a ação de prevenção e repressão.” — “Mas naturalmente que os valores exacerbados que o meixão pode atingir no “mercado paralelo” representa a maior dificuldade pois para além da cultura das comunidades piscatórias, há cada vez mais gente que tenta o enriquecimento rápido à custa deste ilícito. Esta é a parte negativa de a sociedade se ir apercebendo do valor que este espécime pode atingir no mercado asiático e da problemática subjacente.”
E3	“O quadro legal e o desconhecimento (...)”	— “Desconhecimento por parte das autoridades policiais e judiciais da envolvimento do comércio ilegal de meixão.”
E4	“Capacidade de investigação (...) Operações nacionais (...)”	— “(...) porque se tem que dedicar muitos recursos humanos e materiais a este tipo de investigação. Setúbal teve que desviar os meios humanos e materiais para se dedicar a este tipo de atividade ilícita, porque este é um crime que merece tanto respeito como outro qualquer.” — “As operações nacionais que são lançadas apenas por um período de uns dias, podem prejudicar as investigações em curso. Não se pode combater o mercado internacional com operações marcadas, estas têm que ser em ato contínuo.”
E5	“A legislação e a pouco valor atribuído a este fenómeno.”	— “A legislação não prevê este crime em específico.” — “Até há pouco tempo esta ilicitude não era valorizada. Não faziam ideia da existência de redes Asiáticas e do valor que este peixe atinge no mercado.”

Fonte: Elaboração Própria

5.2.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10 (Entrevista tipo A)

A intenção da questão n.º 10 foi entender quais as medidas que, do ponto de vista dos entrevistados, deveriam ser introduzidas ou melhoradas para combater mais eficazmente a captura e o comércio ilegal do meixão.

O E5 menciona que a permissão de capturado de meixão no rio Minho deveria ser revista, uma vez que, permite a “lavagem” do meixão ilegal. Comparando as respostas de todos os entrevistados, todos eles têm em comum o tema investigação. O E4 afirma que o comércio ilegal de meixão apenas consegue ser combatido com base na investigação e que, para isso, precisar-se-ia que fosse dado mais liberdade aos chefes de seção para coordenarem os trabalhos com o NPA, de modo, a não prejudicar estas investigações.

O desenvolvimento das investigações permitiria controlar melhor as entidades legais que se dedicam a esta atividade (E5), aumentar a taxa de sucesso das fiscalizações e desencorajar a prática destes ilícitos (E3). O E3 propõe utilizar as investigações realizadas no Comando Territorial de Setúbal para alertar e ajudar os outros Comandos Territoriais. O E1 complementa esclarecendo que é da responsabilidade do SEPNA o tema da proteção das espécies e que as investigações ambientais deveriam ser garantidas em definitivo pelos seus NICCOA.

Como forma de melhorar as investigações, o E2 refere que deveriam ser criadas equipas de investigação mistas que permitissem uma concentração de meios entre diversas forças, como a UCC e o SEPNA, a nível local. A nível nacional, o E1 propõe a criação de uma unidade especializada, baseada no SEPRONA/*Guardia Civil*, capaz de tratar e analisar

a informação ambiental e coordenar as investigações efetuadas nesta aérea, impulsionando a atividade do SEPNA.

A análise foi realizada com base no Quadro 10, que se apresenta em seguida.

Quadro 10 - Análise das respostas à questão n.º 10 (Entrevista tipo A)

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) assegurar em definitivo as investigações ambientais ao nível dos seus NICCOA (...) criação de um núcleo de tratamento da informação e coordenação das investigações (...)”	— “O maior problema da GNR, e em particular do SEPNA, que legalmente é o responsável pela proteção das espécies e pelas respetivas investigações, conforme missões atribuídas em diplomas próprios, é assegurar em definitivo as investigações ambientais ao nível dos seus NICCOA, que é uma ferramenta essencial para a GNR e para o próprio país, dado que a cooperação nacional e internacional é assegurada pelo SEPNA/GNR.” — “(...) tipo UCOMA do SEPRONA da <i>Guardia Civil</i> , será vital para uma melhor resposta nacional da GNR. Com estas referências, o SEPNA passará certamente a assumir-se como uma das principais referências a nível mundial.”
E2	“(…) o futuro deveria passar por uma ação mais concertada e pela criação de equipas mistas de investigação locais que envolvessem as diversas valências da GNR.”	— “Com isto haveria um fechar do ciclo, teríamos quem atua nos locais onde o meixão é capturado e ter capacidade de meios humanos e materiais, para o fazer diariamente (UCC) e com isso recolher muita informação, para quem tem competência de investigação de crimes ambientais (SEPNA).”
E3	“Alertar os Comandos e aumento das ações.”	— “Alertar os Comandos Territoriais para esta problemática e fornecer os dados recolhidos pela investigação do NICCOA e o NIC de Setúbal.” — “Aumento das fiscalizações com base na investigação feita previamente, de forma, a sentir a presença da GNR e a desencorajar a esta prática criminosa.”
E4	“O comércio do meixão só se consegue combater com a investigação.”	— “Apesar das operações marcadas terem constrangimentos internacionais, deveria existir liberdade para os chefes de seção trabalharem e não balizarem alturas concretas para ter de existir operações. O objetivo é coordenar os trabalhos dos NPA com as investigações que estão a decorrer para não as prejudicar.”
E5	“(…) revisão da permissão de capturar meixão (...) Apostar na investigação criminal.”	— “Deveria existir uma revisão da permissão de captura no rio Minho para não permitir a lavagem do meixão.” — “A investigação é importante e é o próximo passo para controlar as entidades legais e não haver lavagem de meixão.”

Fonte: Elaboração Própria

5.3. Entrevista tipo B

5.3.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1 (Entrevista tipo B)

A questão n.º 1 visou determinar os procedimentos executados, em termos do combate à captura e ao comércio ilegal do meixão, em defesa da população de enguia europeia, tanto na *Guardia Civil* como na *Gendarmerie Nationale*.

Após a análise das respostas, verificámos que as ações desenvolvidas para combater a captura e o comércio ilegal do meixão assentam, essencialmente, em operações direcionadas para esse fim.

Em termos da captura ilegal, as operações concebidas pretendem reduzir a captura do meixão (E6) procurando fiscalizar os pescadores e os locais referenciados para esse mesmo fim. (E7).

No que se refere ao comércio ilegal, as operações são baseadas em investigações, as quais permitem, por um lado, fazer a recolha e partilha de informação com diversos países da UE (E6) e, por outro lado, combater as redes criminosas, a nível nacional e internacional (E7). Na opinião de Crook (2010) a recolha e análise da informação conjugada com a investigação, são ferramentas essenciais para auxiliar as forças policiais a intercetar estas redes criminosas.

A análise foi realizada com base no Quadro 11, que se apresenta em seguida.

Quadro 11 - Análise das respostas à questão n.º 1 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	“ (...) developing important operations in the fight against illegal fishing of glass eels throughout the national territory (...) The success of operations such as BLACK GLASS (2015), ABAIA (2016), ELVER (2017) or FAME (2018).”	<p>— “ (...) such as Operation SARGAZOS carried out in 2016, which has considerably reduced illegal catches of glass eels.”</p> <p>— “In terms of illegal trade, the successful operations carried out by SEPRONA against this lucrative business has allowed us to be at the forefront of the fight against the illegal trade in glass eels (...) has not only considerably reduced traffic from Spain, but has also allowed us to gather and share information and intelligence with numerous countries of the European Union.”</p>
E7	“Street policing on a local level (...) Upstream analysis of the season enabling to identify the potential fraudsters and criminal network.”	<p>— “Control of professional fishermen and monitoring places known for poaching, by local units of the Departmental Gendarmerie, Coast Guard Gendarmerie and the inspectors of the French Office for Biodiversity.”</p> <p>— “At Central level, flows identification and fight against trafficking at a national and international level. Opening of judiciary investigation by inter-regional jurisdiction through involving all concerned services to target the whole criminal network.”</p>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2 (Entrevista tipo B)

O objetivo da questão n.º 2 foi conhecer os meios disponíveis e utilizados para o combate a esta atividade ilegal, pela *Guardia Civil* e pela *Gendarmerie Nationale*.

O comércio ilegal de vida selvagem está associado a outros tipos de crimes, como o branqueamento de capitais (CE, 2016b). O E6 menciona que os meios utilizados devem ser os mesmos usados contra os crimes de tráfico de droga, armas e pessoas, porque, conforme refere a Comissão Europeia (CE, 2014), existe o envolvimento de grupos de criminalidade organizada.

Os meios humanos dedicados ao combate desta atividade ilícita são investigadores especializados nos crimes ambientais (E7). Relativamente aos meios materiais, foi salientado pelos dois entrevistados, a utilização de métodos convencionais de investigação, mas também o recurso a novas tecnologias, como localizadores, vídeo vigilância e até drones (E6).

A análise foi realizada com base no Quadro 12, que se apresenta em seguida.

Quadro 12 - Análise das respostas à questão n.º 2 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“It is necessary to use new technologies such as Trackers, drones, video surveillance... along with more traditional ones such as telephone tapings, surveillances, and interviews with confidants and collaborators.”</i>	<p>— <i>“Eel trafficking is a more than lucrative business in which organized crime is involved, therefore it should be treated as a serious crime and use in the fight against these crimes the same means used for other crimes such as drug trafficking, weapons or human trafficking.”</i></p> <p>— <i>“It is necessary to know in depth the peculiarities of the species in order to know which are the key points where to combat trafficking, money laundering, asset recovery asset, etc.”</i></p>
E7	<i>“Conventional means (...) and specific means (...) supplemented by conventional investigative techniques.”</i>	— <i>“Conventional means used by territorial units and specific means dedicated to the Maritime Gendarmerie, supplemented by conventional investigative techniques of the research units, supported by the investigators specialized in the fight against environment and public health crimes.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3 (Entrevista tipo B)

O objetivo da questão n.º 3 foi averiguar quais as formas de cooperação bilaterais e internacionais que estão a ser usadas pela *Guardia Civil* e pela *Gendarmerie Nationale*, assim como, a importância que adquirem para impedir o comércio ilícito.

A cooperação bilateral é efetuada entre Portugal, França, Espanha, Itália e Reino Unido (E6 e E7). Em termos de cooperação internacional, esta é feita, essencialmente, através da EUROPOL no âmbito Europeu (E6 e E7). A nível da INTERPOL é tentada a colaboração com países fora da UE, nomeadamente, os asiáticos (E6), que do ponto de vista de Nijman (2017) é importante para assegurar a continuidade da espécie de enguia europeia.

O E6 refere ainda que o combate ao comércio ilegal de meixão não pode ser abordado de uma perspetiva nacional e isolada, mas sim internacionalmente, sendo esta espécie sujeita a uma componente transnacional (CE, 2018). Este aspeto vai ao encontro do mencionado por Duffy (2016), uma vez que, defende a existência de uma cooperação internacional entre Estados para proteger a enguia europeia do crime transnacional.

A análise foi realizada com base no Quadro 13, que se apresenta em seguida.

Quadro 13 - Análise das respostas à questão n.º 3 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	“(…) EUROPOL (…) INTERPOL (…) France, Portugal, Italy and the United Kingdom. ”	<p>— “The fight against the trafficking of glass eels cannot be approached only from a national perspective, but international collaboration is essential and fundamental. For this reason, SEPRONA has promoted international collaboration, fundamentally through EUROPOL.”</p> <p>— “But it has also wanted to get to the root of the problem, trying to obtain the collaboration of the countries of Southeast Asia in the fight against the syndicates located in China and Hong Kong, and also, and of countries as important as the USA or Canada, whose collaboration is fundamental in the fight against the final profits of criminal organisations. To this end, collaboration with all these countries has been articulated through INTERPOL.”</p> <p>— “Despite all this, we must not forget the bilateral relationship that SEPRONA has maintained with the agencies responsible for combating these crimes in key countries such as France, Portugal, Italy and the United Kingdom, EUROPOL, INTERPOL.”</p>
E7	“(…) Spain (…) Operation “Lake” (…) EMPACT EnviCrime (…)”	<p>— “A direct bilateral and transnational cooperation with Spain.”</p> <p>— “Involvement into the European Operation “Lake” since its creation.”</p> <p>— “EMPACT EnviCrime since the beginning of its implementation in 2018.”</p>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4 (Entrevista tipo B)

O intuito da questão n.º 4 foi perceber qual a abordagem que deveria receber mais atenção no âmbito do combate à problemática do meixão, ou seja, se o esforço deveria incidir mais sobre as ações para a captura ilegal ou se, pelo contrário, o esforço deveria incidir mais sobre os circuitos de comercialização ilegal.

Os entrevistados referiram que as duas são importantes no combate a este tipo de crime. No entanto, se as ações incidirem mais sobre o comércio ilegal estamos a eliminar quem provoca a demanda, forçando os pescadores ilegais que capturam o meixão a acabar com a sua atividade (E7), reforçando o apontado por Domingos (2003).

O E6 acrescenta que devem existir ações contra a reintrodução dos produtos processados da enguia europeia nos mercados internacionais. Relacionando com Stein et al (2016), o ADN permitiria a confirmação da espécie em questão e poderia ser utilizado pelos países importadores e exportadores como uma forma de aumentar a rastreabilidade do meixão ilegal.

A análise foi realizada com base no Quadro 14, que se apresenta em seguida.

Quadro 14 - Análise das respostas à questão n.º 4 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	“The complexity of the fight against this type of crime cannot be	— “The fight against illegal fishing, the fight against illegal trafficking and smuggling and the fight against the final benefit which is the reintroduction of the European eel processed on the international markets.”

	<i>approached from one perspective alone, but requires a three-pronged approach.</i> ”	
E7	<i>“Both are important and cannot be separated.”</i>	<p>— <i>“Both harm the balance of the specie and weaken the effort undertaken within the framework of eels management.”</i></p> <p>— <i>“The fight against poaching allows to fight against local crime and ancestral fishing practices and to cut the network supply chain.”</i></p> <p>— <i>“The fight against organized network allows to limit the demand and the trafficking, and to seriously disturb their activity during the current fishing season. Principle of supply and demand: If the illegal sector of transport and export are dismantled, there will not have any more demand, forcing undeniably poachers to end their activity.”</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5 (Entrevista tipo B)

A questão n.º 5 tinha o objetivo de conhecer como é feita a investigação desta problemática e identificar indicar o órgão especializado para esse efeito dentro desta temática, no seio da *Guardia Civil* e da *Gendarmerie Nationale*.

A recolha de informação e a investigação constituem-se como uma mais-valia para as autoridades (Crook, 2010) e ambas as instituições possuem órgãos especializados para investigar este tipo de crime. No caso da *Gendarmerie Nationale* o órgão especializado é a OCLAESP e relativamente à *Guardia Civil* esse órgão é o SEPRONA (E6 e E7). Ainda no seio do SEPRONA/*Guardia Civil*, existe uma unidade central responsável por coordenar as investigações sobre a temática ambiental que se constitui como uma referência a nível mundial para o combate ao comércio ilegal do meixão (E6).

A análise foi realizada com base no Quadro 15, que se apresenta em seguida.

Quadro 15 - Análise das respostas à questão n.º 5 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“SEPRONA (...) constitutes the true unit specialized in the investigation of environmental crimes, which includes the trafficking of glass eels.”</i>	— <i>“The SEPRONA model allows for all levels of expertising, from surveillance of the natural environment, analysis of information and police investigation. SEPRONA has investigation teams in all Spanish provinces and also has a central unit, the UCOMA, which today is a world reference in the fight against the trafficking of glass eels.”</i>
E7	<i>“The OCLAESP is the specialized unit for environment crime.”</i>	— <i>“Specialized investigations unit, national centralized point of contact for all units facing those phenomenon: i.e police/gendarmerie/custos, preferred partner of the French Biodiversity Office and the Ministry of the Environment, in charge of stock recovery and management and for all international requests.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6 (Entrevista tipo B)

A finalidade da questão n.º 6 era saber se as entidades que trabalham com este tipo de crime concordavam com a moldura penal atualmente imposta e descobrir se esta condiciona a sua atuação.

Os entrevistados afirmaram que as sanções são baixas e insuficientes. O E7 refere que estes crimes são extremamente lucrativos e que as sanções que lhes são aplicadas são reduzidas, por comparação com outras áreas criminais.

A Comissão Europeia (CE, 2014) refere que estes dois fatores são um chamariz para o envolvimento das redes criminosas. Neste sentido, assume importância a demonstração do seu envolvimento nesta atividade e provar a associação com outros tipos de crimes, de forma, a aumentar as sanções impostas (E6).

A análise foi realizada com base no Quadro 16, que se apresenta em seguida.

Quadro 16 - Análise das respostas à questão n.º 6 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“The penalties for this type of crime, as for all environmental crimes, are insufficient.”</i>	<i>— “It is therefore necessary to build big cases with the investigation of other types of crimes associated with smuggling, such as money laundering, forgery documents or tax fraud, which increases the penalties for this type of crime.”</i> <i>— “It is also important to demonstrate that the activity is carried out in the context of a structured criminal group, which further increases penalties.”</i>
E7	<i>“(…) low in comparison with other criminal area.”</i>	<i>— “Environmental crime is generally an extremely lucrative business, penalties incurred by offenders are significantly low in comparison with other criminal area. To enhance penalties, the focus has to be set on the criminal assets seizure.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7 (Entrevista tipo B)

A finalidade da questão n.º 7 era apurar as implicações que são causadas pela permissão de captura do meixão em algumas partes do território.

As opiniões dos entrevistados são diferentes. O E7 considera fazer sentido que existam locais onde seja permitido a captura legal do meixão, porque são determinadas quotas com base nos quantitativos populacionais das regiões, e outros onde a atividade está proibida.

Já o E6 considera que não faz sentido, uma vez que, dificulta as investigações policiais, diminui a rastreabilidade do meixão e serve para dissimular o local de captura, gerando confusão acerca da sua legalidade. Este ponto de vista é partilhado por Domingos

(2003), visto que os locais de captura legais podem servir para camuflar o meixão capturado ilegalmente noutros locais.

A análise foi realizada com base no Quadro 17, que se apresenta em seguida.

Quadro 17 - Análise das respostas à questão n.º 7 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“Definitely not.”</i>	— <i>“This type of regulation makes police investigations very difficult, as it is relatively easy for criminals to launder the origin of glass eels.”</i> — <i>“It is necessary to homogenise regulation throughout the territory in order to ensure adequate traceability of glass eels from fishing to marketing.”</i>
E7	<i>“(…) low in comparison with other criminal area.”</i>	— <i>“Environmental crime is generally an extremely lucrative business, penalties incurred by offenders are significantly low in comparison with other criminal area. To enhance penalties, the focus has to be set on the criminal assets seizure.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8 (Entrevista tipo B)

A questão n.º 8 teve o propósito de compreender se o meixão capturado ilegalmente poderia ser camuflado pela atividade dos viveiristas, inserindo-se como um produto legal no mercado através destes.

A resposta foi afirmativa por parte de ambos os entrevistados. Os viveiristas, ao comprar meixão, têm que adquirir uma licença que comprova a sua legalidade. Contudo, os investigadores não têm maneira de saber se o meixão que o viveirista detém na atualidade corresponde ao da licença anteriormente emitida, criando a possibilidade de o meixão capturado ilegalmente ser introduzido no sistema legal (E6 e E7).

A análise foi realizada com base no Quadro 18, que se apresenta em seguida.

Quadro 18 - Análise das respostas à questão n.º 8 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“Yes, it is certainly easy for farms to launder illegally caught glass eels.”</i>	— <i>“One common activity is the purchase of legal glass eels at the beginning of the fishing season. These same invoices are then used to legalise all illegal glass eels, as it is impossible for the researcher to know whether the glass eels on the farm are those on the invoice, or they have already been sold and those in the pools are illegal glass eels.”</i>
E7	<i>“The latest investigations highlighted that glass eel trafficking was sometimes like “money laundering” thanks to the fish merchants.”</i>	— <i>“For example, the illegal glass eel was introduced into the lawful system to substitute with the dead lawful glass eel.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9 (Entrevista tipo B)

O objetivo da questão n.º 9 era identificar, a partir do ponto de vista dos entrevistados, quais as fragilidades que o combate à captura e o comércio ilegal do meixão enfrenta atualmente.

Um dos fatores apontados foi o facto das declarações de comercialização do meixão serem enviadas para a entidade reguladora 24 horas depois de se concretizarem (E7).

A falta de rastreabilidade foi uma vulnerabilidade assinalada por ambos os entrevistados. Para Stein et al (2016), o comércio ilegal do meixão poderia ser melhor combatido se conseguíssemos implementar métodos de rastreabilidade. Na opinião do E6, a investigação aliada à cooperação internacional são a chave para mitigar esta falta de rastreabilidade.

O E7 acrescenta que se conseguíssemos estabelecer uma melhor comunicação com os países importadores do meixão ilegal, nomeadamente os asiáticos, para que estes tomassem em consideração este fenómeno, poderíamos colocar um termo a este comércio. Daí, a importância da cooperação internacional entre as autoridades dos diferentes Estados neste tipo de crimes, para proteger as espécies (Duffy, 2016).

A análise foi realizada com base no Quadro 19, que se apresenta em seguida.

Quadro 19 - Análise das respostas à questão n.º 9 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	<i>“Really the biggest difficulty for the researcher is the traceability of the eels.”</i>	<i>— “However, the current situation of international collaboration and the high level of information and intelligence possessed about this illegal activity means that there is a not too distant possibility of putting an end to this crime.”</i>
E7	<i>“The fishing declarations (...) lack of traceability (...) lack of communication (...)”</i>	<i>— “The fishing declarations, purchase and sales are declarative. Those declarations are sent to the administration 24 hours after the act. This leaves an open door for the illegal trade.”</i> <i>— “The lack of traceability of glass eel exported towards the European for repopulation purposes.”</i> <i>— “A lack of communication and exchange with the glass eel recipient countries (Asia). If the Asian network taking into account glass eel was dismantled, the illegal demand would fall apart.”</i>

Fonte: Elaboração Própria

5.3.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10 (Entrevista tipo B)

A intenção da questão n.º 10 foi entender quais as medidas que, do ponto de vista dos entrevistados, deveriam ser introduzidas ou melhoradas para combater mais eficazmente a captura e o comércio ilegal do meixão.

O E7 refere que poderia ser aumentada a fiscalização a nível local, reforçar as técnicas de investigação específicas neste âmbito, intensificar a cooperação internacional e entender melhor os fluxos do comércio legal de forma a combater o ilegal. Tendo em conta que os consumidores são os maiores impulsionadores do comércio de vida selvagem (Nellemann et al, 2014), a compreensão dos mercados deste tipo de produtos possibilita uma intervenção mais direcionada das autoridades (TWB, 2018).

No que ao E6 diz respeito, na realidade da *Guardia Civil*, este acredita que já foram implementados todos os mecanismos necessários ao combate deste ilícito, mas que é importante continuar a reforçar as componentes que o tornem mais eficiente.

A análise foi realizada com base no Quadro 20, que se apresenta em seguida.

Quadro 20 - Análise das respostas à questão n.º 10 (Entrevista tipo B)

N.º	Resposta	Argumentação
E6	"I believe that all the necessary tools have already been implemented (...)"	— "(...) now it is only necessary to take care of them, ameliorate those aspect that will allow us to be more efficient, and use all the mechanisms at our disposal to put an end to this activity."
E7	"Increased control at a local level (...) specific investigation techniques (...) intensified international cooperation (...) better knowledge of legal flows (...)"	— "Flows and trend identification, dismantlement of network thanks to the implementation of specific investigation techniques and human intelligence." — "Intensified international cooperation, trafficking being far beyond the national sphere." — "Partnership with the supervisory and management authorities of species for a better knowledge of legal flows aiming at fighting against illegal flows."

Fonte: Elaboração Própria

5.4. Entrevista tipo C

A entrevista tipo C teve por objetivo analisar o ponto de vista estratégico do combate à captura e comércio ilegal do meixão, fornecendo uma perspectiva europeia.

Podemos verificar que a iniciativa da EUROPOL no combate à captura e comércio ilegal do meixão consistiu na operação LAKE, que envolve diversos países. Os países que se mostram mais ativos neste combate, por ordem decrescente, são Espanha através da *Guardia Civil*, Portugal através da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e da GNR, e França através da *Gendarmerie Nationale*.

O E8 referiu que, quer as ações dirigidas à captura ilegal quer as ações dirigidas à investigação dos circuitos de comercialização, são importantes mas requerem abordagens diferentes. Por exemplo, o comércio ilegal do meixão para ser combatido precisa de ser investigado de forma continua.

Relativamente à moldura penal, o entrevistado afirma que o quadro legal para os crimes ambientais é estabelecido pelo Plano de Ação da UE contra o tráfico de vida selvagem. Para além disso, esta abordagem tem que ter em conta que não se trata apenas de crimes contra a vida selvagem, mas que envolvem outros tipos de crimes, como o branqueamento de capitais, falsificação de documentos, financiamento de grupos de criminalidade organizada e contra a saúde pública.

Apesar de não ter respondido às questões n.º 7 e n.º 9, na opinião do E8, a EUROPOL através dos Estados-Membros tem realizado um bom trabalho, conseguindo dismantlar algumas redes criminosas e desenvolver esforços para mais aumentar a partilha de informação e análise operacional.

A análise foi realizada com base no Quadro 21, que se apresenta em seguida.

Quadro 21 - Análise das respostas à Entrevista tipo C

N.º	Questão	Resposta	Argumentação
E8	Q1	“EUROPOL launched in 2016 the project named “operation LAKE” (...)”	— “(...) which aimed to tackle illegal fishing of European eels mainly in Spain, France, Portugal and United Kingdom as well as its illegal trafficking to Asia..”
	Q2	“Several (...)”	— “(...) CITES convention, European Wildlife Regulation (EUWR), Convention Naples (Customs), EUROPOL regulation, etc.”
	Q3	“By this order (...)”	— “(...) ES (Guardia Civil), PT (ASAE and GNR) and FR (Gendarmérie).”
	Q4	“Definitely both are relevant but need a different approach.”	— “Nevertheless I would point out that trafficking involves other crimes such as fraud document and money laundering.”
	Q5	“(...) on a continuous basis.”	— “As mentioned, the resources of EUROPOL are dedicated to glass eels trafficking on a continuous basis.”
	Q6	“Personal opinions are not relevant in this point.”	— “However it is worth to mention that the EU Action Plan against Wildlife Trafficking establish the assessment of the legal framework involving environmental crimes and particularly the current status of the adaptation of the Directive of Environmental Crimes within the Member States.” — “In addition we may underline the fact that the current approach involves not only wildlife crime but as well the performance of Organised Criminal Groups, money laundering, document fraud and even human health crimes.”
	Q7	“Unfortunately we are not in the position of answering this question in the current interview”	—
	Q8	“(...) a stable network of investigators which is providing outstanding outcomes”	— “For instance, operation LAKE season 2017-2018 reached 100 persons arrested in the EU and the uncovering of new Organised Criminal Groups.”
	Q9	“I regret to inform you that this information is confidential and unfortunately we cannot answer.”	— “Nonetheless, EUROPOL is doing a relevant effort in terms of intelligence notifications to the Member States’ agencies involved in wildlife trafficking as well as a more than fruitful effort in terms of operational analysis.”

Fonte: Elaboração Própria

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Findo o Enquadramento Teórico, bem como, a análise e a discussão dos resultados provenientes das entrevistas, considera-se pertinente a resposta às PD com vista a responder por fim à pergunta de partida, responsável por nos guiar durante o desenvolvimento da investigação.

Relativamente à PD1: “Quais os mecanismos utilizados pela GNR para proteger a população de enguia europeia?”, constatou-se que a Instituição possui a competência para fiscalizar e investigar as infrações referentes ao meixão através do SEPNA, já que este se constitui como a polícia ambiental competente para atuar em todo o território nacional. Contudo, a UCC também possui um papel de destaque na mitigação desta atividade decorrente da sua missão e da sua área de responsabilidade.

As ações desenvolvidas pela GNR no âmbito da proteção desta espécie caracterizam-se, essencialmente, por operações direcionadas para esse mesmo fim. No entanto, constatamos que a eficácia dessas ações se mostrou reduzida e que na sua grande maioria acabam por ser unicamente direcionadas para a captura ilegal do meixão, existindo dificuldades logo no primeiro patamar desta atividade em identificar os responsáveis pela colocação das redes nos rios.

Desta forma, ao nível da captura ilegal do meixão, as ações desenvolvidas são dirigidas para a fiscalização e apreensão de redes ilegais. As operações efetuadas são levadas a cabo pelos NPA dos Destacamentos Territoriais, contando com o reforço dos PTER e da UCC.

Relativamente ao comércio ilegal, o seu combate é baseado em investigações da competência dos NICCOA da estrutura SEPNA. Contudo, devido à necessidade da utilização de certos meios e técnicas de investigação dos quais os NICCOA não se encontram capacitados, como as vigilâncias, seguimentos e escutas telefónicas, podem articular-se com a investigação criminal.

O comércio ilegal do meixão é constituído por várias fases, desde a sua captura, ao armazenamento e transporte por parte dos intermediários, até às exportações, principalmente, para o mercado asiático por via aérea. O carácter transnacional desta atividade faz com que a cooperação internacional assuma um papel fulcral na sua mitigação, contribuindo para o desmantelamento das redes criminosas que a ela se dedicam.

A GNR, no âmbito da temática do meixão, desenvolve ações de cooperação internacional com a EUROPOL, INTERPOL e encontra-se presente no Grupo “*Enforcement CITES*” da UE. Em termos de cooperação bilateral, a GNR desenvolve ações com Espanha e França. É importante também referir que o SEPNA/GNR melhorou e potencializou a troca de informação no âmbito do meixão, por ter sido nomeado ponto de contacto nacional para a criminalidade ambiental.

Quanto à PD2: “Que ação é mais relevante para o contexto da preservação da espécie: prevenção/controlo da captura ilegal do meixão ou investigação do circuito de comercialização?”, apesar de os esforços desenvolvidos nos dois sentidos contribuírem para a preservação da espécie de enguia europeia, constatamos que as ações desenvolvidas unicamente no âmbito da captura ilegal não conseguem impedir que esta atividade cesse porque estas ações não alcançam os indivíduos responsáveis pelo recrutamento do meixão que criam formas do produto ser escoado e comercializado.

Deste modo, somente através da investigação do circuito de comercialização conseguimos compreender quem são os indivíduos envolvidos na compra e na exportação do meixão, acompanhar a evolução das tendências utilizadas pelas redes criminosas na implementação de novas rotas e métodos de o comercializar e estabelecer a ligação entre os lucros obtidos e os bens patrimoniais logrados à custa desta atividade ilícita.

Como tal, dado que a captura surge como a primeira etapa do comércio ilegal do meixão, a sua interdição depende da investigação do circuito de comercialização para que se consiga eliminar a demanda e, consequentemente, os pescadores não terem forma de escoar o meixão capturado ilegalmente.

Da análise efetuada às entrevistas é possível depreender que a GNR parece incidir mais os seus esforços sobre ações dirigidas à captura ilegal, uma vez que, apesar de possuir um órgão especializado para a investigação ambiental, os NICCOA da estrutura SEPNA, foi referido pelos entrevistados que este órgão não dispõe da disponibilidade, dos meios nem do efetivo necessário para executar este tipo de investigações.

Como vimos, a investigação é uma ferramenta importante para auxiliar as forças policiais no combate desta problemática e a tomada de consciência por parte de alguns Comandos Territoriais, como o de Setúbal, da dimensão deste comércio ilegal fez com que, para colmatar a situação dos NICCOA, os procurasse aliar à investigação criminal capacitada com mais recursos, reconhecendo que a investigação é a chave para o combate ao comércio ilegal do meixão e no momento em que for eliminado, a captura ilegal também ela irá parar.

Portanto, apesar das ações dirigidas à captura serem necessárias e ajudarem a mitigá-la, consideramos que as ações desenvolvidas com base em investigações dos circuitos de comercialização, permitem à GNR identificar quem financia esta atividade ilícita e executar operações nos locais onde os intermediários armazenam o meixão, apreendendo consideravelmente mais quantidade com um menor número de operações de fiscalização, aumentando a eficácia da sua atuação e amplificando a sua capacidade de preservação desta espécie protegida.

Sobre a PD3: “Que vertentes perturbam a atuação da GNR no âmbito da captura e comércio ilícito desta espécie?”, verificámos que comércio ilegal de vida selvagem é caracterizado por estar associado a duas vertentes, os elevados lucros obtidos e o baixo risco de sanções. Neste âmbito, no decorrer das entrevistas, o quadro legal foi apontado como sendo uma fragilidade no combate à problemática do meixão. Para além de não se encontrar tipificado como um crime específico, as atividades de capturar e comercializar o meixão podem ser enquadradas, na sua esfera mais repressiva, nos crimes relativos à CITES pelo art.º 278º do CP, “Danos contra a natureza”.

No entanto, a moldura penal existente parece beneficiar o infrator que incentiva a captura comparativamente com o indivíduo que se limita a capturá-lo. Ou seja, um indivíduo que seja encontrado a capturar ilegalmente meixão pode ser punido com pena de prisão até 5 anos, mas por outro lado, um indivíduo que seja encontrado a comercializar ou que detiver maiores quantidades de meixão armazenados e provenientes de vários pescadores apenas pode ser punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 360 dias.

Assim, a sensibilização das autoridades judiciais para este fenómeno é essencial para apoiar a GNR nas suas investigações, uma vez que, por vezes existe o desconhecimento de que para além de pôr em causa a sobrevivência da espécie e de afetar o ecossistema, é uma atividade que faz movimentar muito dinheiro que é usado para o branqueamento de capitais, para a aquisição de bens patrimoniais e para o financiamento das próprias redes criminosas, sendo necessária uma maior capacidade de investigação com recurso a métodos de vigilância capazes de o provar.

Em Portugal, a pesca/captura do meixão está proibida em todo o território nacional, exceto no rio Minho. Esta exceção vem dificultar o trabalho policial de fiscalização e investigação porque, apesar de ser uma atividade que necessita de licenciamento, as licenças atribuídas podem servir para justificar várias quantias de meixão e, desta forma, camuflar o meixão capturado ilegalmente.

Esta dificuldade é verificada porque o meixão, nesta fase do seu ciclo de vida, é demasiado pequeno para que se consiga implementar algum tipo de método de identificação a estes espécimes, significando que mesmo que uma determinada licença seja emitida para uma determinada quantia de meixão, não conseguiremos ter a certeza da relação entre essa licença emitida e a quantia apresentada. Esta falta de rastreabilidade levou a maior parte dos entrevistados a considerar não fazer sentido esta permissão de captura legal do ponto de vista da preservação da espécie.

O comércio ilegal do meixão não envolve apenas a parte da captura que é feita ilegalmente, pois estamos perante um conjunto de atividades associadas que extravasam a ação de exportar de forma clandestina esta espécie de um país para outro, envolvendo também a produção em aquacultura e a posterior venda aos consumidores.

Nesta lógica, a atividade de viveirista também representa um problema em termos de rastreabilidade do meixão porque, como o meixão não se reproduz em cativeiro, os viveiristas dependem por completo do capturado na natureza. Deste modo, têm uma licença que lhes permite exercer a sua atividade e possuir meixão, mas devido à sua falta de rastreabilidade, estes podem exceder as quotas que lhes estão impostas ou entrar no circuito de comercialização ilegal, servindo-se dessa licença para criar um fluxo constante de compra e venda de meixão, mas camuflado pela declaração legalmente emitida.

O mercado asiático é o maior impulsionador desta atividade ilícita, porque é onde existe um maior número de consumidores de enguia à escala global e para alimentar a demanda provocada por estes, a atividade de viveirista desempenha um papel essencial neste processo, transformando o meixão em enguia adulta.

Com base nos dados fornecido, 1 Kg de meixão, contendo cerca de 3 500 espécimes, pode valer cerca de 6 000 euros e através da produção em aquacultura consegue ser transformado em cerca de 1 260 Kg de enguias que, por sua vez, gera cerca de 23 000 euros em filetes processados para o consumo humano. Consequentemente, a maior parte do meixão capturado e comercializado tem como destino o mercado asiático.

Como o meixão ilegal é exportado por via aérea, a cooperação e sensibilização da Autoridade Tributária, nomeadamente com as alfândegas, é uma importante ação no âmbito do seu combate e ajuda a atenuar as fragilidades existentes relacionadas com a exportação. Por um lado, quando é utilizada a bagagem de mão, muitos aeroportos possuem um sistema automático direcionado para a deteção de armas ou estupefacientes e não detetam matéria orgânica. Por outro lado, quando é utilizada carga de porão, esta geralmente é declarada como sendo uma determinada espécie, mas mais de metade do carregamento possui meixão.

Em relação à PD4: “Quais as melhores práticas utilizadas a nível europeu para enfrentar a problemática do meixão?”, identificámos que é dado mais enfoque à questão da investigação dos circuitos de comercialização do que propriamente à fiscalização da captura ilegal do meixão.

Através da realização de investigações executadas por investigadores especializados para a área dos crimes ambientais, estes conseguem eliminar de uma maneira mais eficaz a demanda provocada pelas redes criminosas e provar, para além dos crimes contra a natureza, a associação com outro tipo de crimes, como o branqueamento de capitais, falsificação de documentos e até, como referido na entrevista feita à EUROPOL, crimes contra a saúde pública.

A principal diferença que constatámos e que leva o SEPRONA/*Guardia Civil* a constituir-se como uma referência mundial no combate à problemática do meixão e atingir uma capacidade superior de investigação, é a existência de uma unidade central que seja responsável por coordenar as investigações ambientais a nível nacional, harmonizar os objetivos a alcançar, organizando a estrutura de investigação, apoiando o trabalho desenvolvido a nível local e direcionando melhor as operações de fiscalização.

Outra diferença assinalada foi a preocupação com o estabelecimento de comunicação entre os países onde o meixão é capturado e os países importadores, nomeadamente, os asiáticos. O objetivo desta cooperação internacional é sensibilizar as autoridades desses países de destino para que, também eles, possam contribuir para a proteção da espécie de enguia europeia, através da troca de informações policiais sobre os indivíduos, empresas e métodos utilizados.

Existe ainda outra diferença detetada na maneira como olhamos para a problemática do meixão em si, que, para além da esfera da captura e do comércio ilegal, é adicionada a vertente do combate aos benefícios da reintrodução dos produtos processados da enguia europeia nos mercados internacionais. Tal fator, prende-se com a noção de que o último estágio da captura e do comércio ilegal do meixão, após o seu crescimento da produção em aquacultura, ser os lucros obtidos da venda destes produtos aos consumidores, sendo por vezes falsificada a designação da espécie que consta no seu rótulo para que possa ser introduzida nos mais diversos mercados.

Após toda a investigação e respondidas as PD, interessa agora a resposta à pergunta de partida: “Quais as adaptações e procedimentos que deve a GNR efetuar por forma a assegurar um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão?”.

A GNR é um importante ator de segurança em Portugal que, para além de competente nesta matéria, encontra-se dispersa por todo o território nacional, sendo esta uma mais-valia no combate à captura e comércio ilegal do meixão que não pode ser ignorada.

Ao longo dos anos, a GNR tem demonstrado o seu interesse para lidar com esta problemática na qual Portugal se encontra envolvido e consideramos que possui um papel fundamental para a preservação da espécie de enguia europeia.

Apurámos que a GNR tem realizado operações de âmbito nacional direcionadas, essencialmente, para a vertente da captura ilegal, fiscalizando e apreendendo inúmeras redes ilegais, que embora consistam numa ação importante no combate a este fenómeno e que deve continuar a ser executada, apresentam dificuldades na constituição de arguidos porque, frequentemente, não é possível identificar os indivíduos responsáveis pela colocação das redes nem os indivíduos que comprem, posteriormente, o meixão.

Deste modo, acreditamos que apostar nas ações dirigidas para a investigação do circuito de comercialização e reforçar essa capacidade é a chave para conseguir dismantelar as redes criminosas que provocam a demanda por esta espécie, intercepar os indivíduos que armazenam grandes quantidades de meixão provenientes dos pescadores e, assim, eliminar a captura ilegal.

Por conseguinte, propomos que, a nível local dos Comandos Territoriais, sejam executadas operações dirigidas para a investigação com base em ações conjuntas entre os NPA e a UCC, mas acompanhadas pelos NICCOA, sendo este o órgão especializado e competente para a investigação dos crimes ambientais.

Para que possa existir esse aumento das ações de investigação, é necessário que os NICCOA tenham a disponibilidade e a capacidade para assegurar a sua prossecução, o que muitas vezes não se mostra exequível. Estes encontram-se muito envolvidos na instrução de processos no âmbito dos incêndios florestais, tendo o seu efetivo que ser reforçado para aumentar a sua autonomia e liberdade vital para a elaboração de investigações.

À semelhança do que acontece em outros países, sem colocar em causa a cooperação entre diferentes valências, julgamos ser essencial que o SEPNA, através dos seus NICCOA passe a assegurar em definitivo as investigações neste âmbito, permitindo à GNR possuir a capacidade e a vantagem de desenvolver investigações ambientais executadas por militares especializados nestas matérias.

Para melhorar a resposta a nível nacional, propomos a criação de uma unidade central somente vocacionada para a investigação da criminalidade ambiental, inserida na estrutura SEPNA, capaz de coordenar, investigar e auxiliar as ações desenvolvidas pelos Comandos

Territoriais em todo o território nacional, aproveitando toda a estrutura já construída a nível nacional das Secções SEPNA.

Contando com a vantagem do SEPNA se constituir como o ponto de contacto nacional para a criminalidade ambiental, o objetivo desta unidade seria construir um órgão capacitado para analisar e tratar a informação existente em matéria ambiental, interligá-la entre a esfera internacional e a nacional, coordenar as ações de investigação desenvolvidas pela GNR em todas as áreas de competência do SEPNA e auxiliar os NICCOA a nível regional e local.

Com base na orgânica do UCOMA, elaborámos uma proposta de um possível modelo dessa Unidade Central de Investigação Ambiental (UCIA), exposta no Apêndice G, constituída por três grupos divididos consoante as áreas de intervenção do SEPNA. Cada um desses três grupos está subdividido em duas equipas: uma equipa responsável pela análise e tratamento de informação; e a outra equipa responsável pela investigação e apoio a nível nacional.

Propomos ainda que a GNR, através do SEPNA, reforce os mecanismos de cooperação bilateral e internacional com outros países devido ao carater transnacional desta atividade, sensibilize as autoridades judiciais, assim como, a Autoridade Tributária, nomeadamente as alfândegas, no que toca ao *modus operandi* das exportações do meixão e desenvolva formas de comunicação com as polícias dos países asiáticos recetores do comércio ilegal com vista a intercetá-lo.

Assim, concluímos com esta investigação que a GNR, devido à sua missão e dispersão territorial, possui um papel de extrema importância no combate à captura e comércio ilegal do meixão, mas ainda assim, existe espaço para melhorar os seus resultados e que a adoção das medidas propostas permitiria à Instituição exercer um combate mais eficaz face a esta problemática, possibilitando aumentar a preservação da população de enguia europeia e transformar-se numa das principais entidades de referência neste âmbito.

Como limitações à investigação, de destacar a dificuldade em encontrar bibliografia que aborde, em específico, o tema da captura e comércio ilegal do meixão. Para além desta, o fato da amostra incluir elementos situados fora do território nacional, impossibilitou que as entrevistas fossem realizadas de modo presencial, assim como, a demora na resposta às mesmas.

Tendo em conta futuras investigações, sugere-se o estudo da quantidade de produtos processados de enguia que a UE importa, analisando a percentagem que apresenta uma falsificação da espécie que consta no rótulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- Duffy, R. (2016). The illegal and wildlife trade in global perspective. In L. Elliott & W. H. Schaedla (Eds.), *Handbook of Transnational Environmental Crime* (pp. 109-128). Cheltenham and Northampton: Edward Elgar.
- Elliott, L. & Schaedla, W. H. (2016). *Handbook of Transnational Environmental Crime*. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar.
- Elliott, R. (2016). Criminal networks and illicit chains of custody in transnational environmental crime. In L. Elliott & W. H. Schaedla (Eds.), *Handbook of Transnational Environmental Crime* (pp. 24-44). Cheltenham and Northampton: Edward Elgar.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.^a ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Oliveira, M. M. (2011). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (5.^a Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso* (1.^a ed.). Estoril: Princípia.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Artigos

- Caeiro, V., M., R., & Santos, V., M., S. (2018). SEPNA – Um desafio em Constante Evolução. *Pela lei e pela grei*. (118), 31-61.
- Crook, V. (2010). *Slipping through the controls: a review of illegal trade in European Eel Anguilla anguilla*. TRAFFIC report prepared for the European Commission.
- Domingos, I. & Antunes, C. (2018). *Report on the eel stock, fishery and other impacts, in Portugal 2018: 374-391*. Report of the Joint EIFAAC/ICES/GFCM Working Group on Eels (WGEEL).

Dissertações e trabalhos académicos

- Domingos, I., M., M. (2003). *A enguia-europeia, anguilla anguilla (L., 1758), na bacia hidrográfica do rio Mondego*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Grilo, C., F., M. (2018). *Estágio Curricular na FindFresh, S.A.* Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre. Instituto Politécnico de Leiria, Leiria.

Documentos oficiais

Academia Militar [AM] (2016). *NEP 522/1.ª: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.

Diretiva (2019). Documento oficial confidencial sujeito a embargo.

European Police Office [EUROPOL] (2016). Documento oficial confidencial sujeito a embargo.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2011). *NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011*. Lisboa: Comando Operacional.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2001). *Ofício n.º 4084*. Lisboa: Gabinete do Ministro.

Artigos, sites e documentos online

Castonguay, M. & Durif, C., M., F. (2016). Understanding the decline in anguillid eels. *ICES Journal of Marine Science*, 73, 1–4. Acedido a 12 de março de 2019 em <https://doi.org/10.1093/icesjms/fsv256>

Centro Regional de Informação das Nações Unidas [CRINU] (2019). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In *United Nations*. Acedido a 6 de março de 2019 em <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

Comissão Europeia [CE] (2014). Comunicação da comissão ao conselho e ao parlamento europeu sobre a abordagem da UE contra o tráfico de vida selvagem. In *European Commission*. Acedido a 3 de março de 2019 em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0064&from=PT>

Comissão Europeia [CE] (2018). Progress report on the implementation of the EU Action Plan against Wildlife Trafficking. In *European Commission*. Acedido a 24 de março de 2019 em http://ec.europa.eu/environment/cites/pdf/progress_report_EU_action_plan_wildlife_trafficking_en.pdf

Comunidades Europeias [CE] (2007). Regulamentação relativa ao comércio de espécies da fauna da flora selvagens na União Europeia. In *European Commission*. Acedido a 24 de março de 2019 em http://ec.europa.eu/environment/cites/pdf/trade_regulations/KH7707262PTC.pdf

Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora [CITES] (2019a). What is CITES. In *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*. Acedido a 1 de março de 2019 em <https://www.cites.org/eng/disc/what.php>

- Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora [CITES] (2019b). The CITES Appendices. In *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*. Acedido a 1 de março de 2019 em <https://www.cites.org/eng/app/index.php>
- Convention on Migratory Species [CMS] (2017). Concerted action on the european eel (*Anguilla anguilla*). In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 30 de março de 2019 em https://www.cms.int/sites/default/files/document/cms_cop12_ca.12.1_european-eel_e.pdf
- Cooney, R., Kasterine, A., MacMillan, D., Milledge, S., Nossal, K., Roe, D. & Sas-Rolfes, S. (2015). The trade in wildlife: a framework to improve biodiversity and livelihood outcomes. In *International Trade Centre*. Acedido a 15 de abril de 2019 em <http://www.intracen.org/publication/The-Trade-in-Wildlife---A-framework-to-improve-biodiversity-and-livelihood-outcomes/>
- Correia, M. J., Costa, J. L., Antunes, C., De Leo, G. & Domingos, I. (2018). The decline in recruitment of the European eel: new insights from a 40-year-long time-series in the Minho estuary (Portugal). *ICES Journal of Marine Science*, 75 (6), 1975-1983. doi:10.1093/icesjms/fsy073.
- Dekker, W. (2019) The history of commercial fisheries for European eel commenced only a century ago. *Fisheries Management and Ecology*, 26, 6–19. doi:10.1111/fme.12302.
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [DILP] (2019a). Endémico. In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Acedido a 9 de abril de 2019 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/end%C3%A9mico>
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [DILP] (2019b). Espécime. In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Acedido a 10 de abril de 2019 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/esp%C3%A9cime>
- European Police Office [EUROPOL] (2018). Glass eel traffickers earned more than EUR 37 million from illegal exports to Asia. In *EUROPOL*. Acedido a 29 de março de 2019 em <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/glass-eel-traffickers-earned-more-eur-37-million-illegal-exports-to-asia>
- Garcia, J. & Seixas, S. (2014). How Illegal Capture of Glass Eel (*Anguilla anguilla*) Affect Biodiversity in Tagus River. In *Repositório Aberto*. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3477/1/Garcia%20e%20Seixas%202014.pdf>
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). Operação “Freshwater” – Rede criminosa de comércio ilegal de meixão. In *Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 20 de abril de 2019 em <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=11112>
- Hanel, R., Briand, C., Diaz, E., Döring, R., Sapounidis, A., Warmerdam, W., Andrés, M., Freese, M., Marcelis, A., Marohn, L., Pohlmann, J.-D., van Scharrenburg, M., Waidmann, N., Walstra, J., Werkman, M., de Wilde, J., Wysujack, K. (2019). Research for PECH Committee – Environmental, social and economic sustainability of European eel management. In *European Parliament*. Acedido a 21 de março de

http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629189/IPOL_STU%282019%29629189_EN.pdf

Henkel, C., Burgerhout, E., Wijze, D., Dirks, R., Minegishi, Y., Jansen, H., Spink, H., Dufour, S., Weltzien, F., Tsukamoto, K. & van den Thillart, G. (2012). Primitive Duplicate Hox Clusters in the European Eel's Genome. *PLoS one*, 7 (2), 32231. doi: 10.1371/journal.pone.0032231.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2019a). O que é a CITES. In *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Acedido a 1 de março de 2019 em <http://www2.icnf.pt/portal/cites/que-e>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2019b). Editais 2019 - Zonas de Pesca Profissional (ZPP). In *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Acedido a 26 de março de 2019 em <http://www2.icnf.pt/portal/pesca/ead/editais/2019/ed2019-zpp>

International Council for the Exploration of the Sea [ICES] (2018). Report of the Joint EIFAAC/ICES/GFCM Working Group on Eels (WGEEL). In *International Council for the Exploration of the Sea*. Acedido a 6 de março de 2019 em https://www.ices.dk/sites/pub/Publication%20Reports/Expert%20Group%20Report/acom/2018/WGEEL/wgeel_2018.pdf

Jornal do Minho [JM] (2019). Balanço do Destacamento de Controlo Costeiro de Matosinhos da UCC/GNR. In *Jornal do Minho*. Acedido a 20 de março de 2019 em <https://www.diariodominho.pt/2019/02/17/atum-rabilho-e-meixao-sao-as-grandes-apreensoes-do-dcc-de-matosinhos-entre-douro-e-minho/>

Miller, M. J., Feunteun, E. & Tsukamoto, K. (2016). Did a “perfect storm” of oceanic changes and continental anthropogenic impacts cause northern hemisphere anguillid recruitment reductions?. *ICES Journal of Marine Science*, 73, 43–56. doi:10.1093/icesjms/fsv063.

Musing, L., Shiraishi, H., Crook, V., Gollock, M. & Kecse-Nagy, K. (2018). Illegal trade in *Anguilla anguilla*. Acedido a 21 de março de 2019 em <https://cites.org/sites/default/files/eng/com/sc/70/E-SC70-45.pdf>

Nellemann, C., Henriksen, R., Kreilhuber, A., Stewart, D., Kotsovou, M., Raxter, P., Mrema, E. & Barrat, S. (2016) The Rise of Environmental Crime – A Growing Threat To Natural Resources Peace, Development And Security. In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 12 de março de 2019 em https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The_rise_of_environmental_crime_A_growing_threat_to_natural_resources_peace%2C_development_and_security-2016environmental_crimes.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Nellemann, C., Henriksen, R., Raxter, P., Ash, N. & Mrema, E. (2014). The Environmental Crime Crisis – Threats to Sustainable Development from Illegal Exploitation and Trade in Wildlife and Forest Resources. In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 8 de março de 2019 em

<http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9120/-The%20environmental%20crime%20crisis%3a%20threats%20to%20sustainable%20development%20from%20illegal%20exploitation%20and%20trade%20in%20wildlife%20and%20forest%20resources-2014RRACrimecrisis.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

- Neves, J. B., Martinho, F. & Pardal, M, Â. (2018). Effect of illegal glass eel (*Anguilla anguilla*) fishery on estuarine fish stocks: a case study in the Mondego Estuary, Portugal. *Marine and Freshwater Research*, 69 (11), 1692 – 1703. Acedido a 19 de março de 2019 em <https://www.publish.csiro.au/MF/MF17364>
- Nijman, V. (2015). CITES-listings, EU eel trade bans and the increase of export of tropical eels out of Indonesia. *Marine Policy*, 58, 36-41. Acedido em 15 de março de 2019 em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X15000883>
- Nijman, V. (2017). North Africa as a source for European eel following the 2010 EU CITES eel trade ban. *Marine Policy*, 85, 133-137. Acedido a 25 de março de 2019 em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X16307953?via%3Dihub>
- Reducing Opportunities for Unlawful Transport of Endangered Species [ROUTES] (2018). In Plane Sight: Wildlife Trafficking in the Air Transport Sector. In *TRAFFIC*. Acedido a 17 de março de 2019 em <https://www.traffic.org/publications/reports/in-plane-sight/>
- Rolvien, T., Nagel, F., Milovanovic, P., Wuertz, S., Marshall, R., P., Jeschke, A., Schmidt, F., N., Hahn, M., Witten, P., E., Amling, M. & Busse, B. (2016). How the European eel (*Anguilla anguilla*) loses its skeletal framework across lifetime. In *Proceedings of the Royal Society publishing*. doi: 10.1098/rspb.2016.1550.
- Rosen, G., E. & Smith, K., F. (2010). Summarizing the Evidence on the International Trade in Illegal Wildlife. *EcoHealth*, 7, 24-32. doi: 10.1007/s10393-010-0317-y.
- Shiraishi, H. & Crook, V. (2015). Eel market dynamics: an analysis of *Anguilla* production, trade and consumption in East Asia. In *TRAFFIC*. Acedido a 14 de março de 2019 em https://www.traffic.org/site/assets/files/2482/eel_market_dynamics_report.pdf
- Sollund, R. & Maher, J. (2015). The illegal wildlife trade. A Case Study report on the Illegal Wildlife Trade in the United Kingdom, Norway, Colombia and Brazil. In *ResearchGate*. Acedido a 7 de março de 2019 em https://www.researchgate.net/publication/311147889_The_illegal_wildlife_trade_A_case_study_report_on_the_illegal_wildlife_trade_in_the_United_Kingdom_Norway_Colombia_and_Brazil_A_study_compiled_as_part_of_the_EFFACE_project_Oslo_2015
- Stein, F., Wong, J. C. Y., Sheng, V., Law, S. W. C., Schröder, B. & Baker, D. (2016). First genetic evidence of illegal trade in endangered European eel (*Anguilla anguilla*) from Europe to Asia. *Conservation Genetics Resources*. doi: 10.1007/s12686-016-0576-1.
- SUDOANG (2018). O projeto SUDOANG contribuirá para a recuperação da enguia europeia e do seu habitat na área SUDOE, proporcionando métodos conjuntos de

ação. In *SUDOANG*. Acedido a 16 de março de 2019 em <https://sudoang.eu/pt-pt/o-projeto-sudoang-contribuira-para-a-recuperacao-da-enguia-europeia-e-do-seu-habitat-na-area-sudoe-proporcionando-metodos-conjuntos-de-acao/>

Sustainable Eel Group [SEG] (2018). Quantifying the illegal trade in European glass eels (*Anguilla anguilla*): Evidences and Indicators. In *Sustainable Eel Group*. Acedido a 11 de março de 2019 em <https://www.sustainableeelgroup.org/wp-content/uploads/2018/02/SEG-Report-2018-1-V1-1.pdf>

The World Bank [TWB] (2018). Tools and resources to combat illegal wildlife trade. In The World Bank. Acedido a 10 de março de 2019 em <http://documents.worldbank.org/curated/en/131671521451683536/pdf/124379-WP-P157432-PUBLIC-WildlifeLawEnforcement.pdf>

União Europeia [UE] (2016a). EU Action Plan against Wildlife Trafficking. In *European Commission*. Acedido a 6 de março de 2019 em http://ec.europa.eu/environment/cites/pdf/WAP_EN_WEB.PDF

União Europeia [UE] (2016b). EU trade policy and the wildlife trade. In *European Parliament*. Acedido a 9 de março de 2019 em http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578025/EXPO_STU%282016%29578025_EN.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC] (2004). The United Nations Convention against Transnational Organized Crime. In *United Nations Office on Drugs and Crime*. Acedido a 11 de abril de 2019 em <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

Wyatt, T. (2013). The Security Implications of the Illegal Wildlife Trade. *The Journal of Social Criminology*, 130-158. Acedido a 4 de março de 2019 em https://www.researchgate.net/publication/280946415_The_Security_Implications_of_the_Illegal_Wildlife_Trade

Wylar, L., S. & Sheikh, P., A. (2013). International Illegal Trade in Wildlife: Threats and U.S. Policy. In *Congressional Research Service*. Acedido a 2 de março de 2019 em <https://fas.org/sgp/crs/misc/RL34395.pdf>

Diplomas legais

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural [AFDR] (2017). Portaria n.º 360/2017 de 22 de novembro: Estabelece as condições de exercício da pesca nas águas interiores, definindo as espécies cuja pesca lúdica, desportiva e profissional é permitida, quais as espécies que são de devolução obrigatória e devolução proibida, quais os períodos de pesca autorizados para cada espécie e respetivas dimensões de captura, quais as espécies suscetíveis de serem autorizadas na realização de largadas e bem assim as espécies aquícolas consideradas de relevante importância. *Diário da República*, 1ª série, n.º 225, 6122-6127.

Ambiente [A] (2017). Decreto-Lei n.º 121/2017 de 20 de setembro: Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens

Ameaçadas de Extinção, adaptando-a às alterações dos Regulamentos (CE) 338/97 e 865/2006. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 182, 5480-5492.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro: Lei da Pesca nas Águas Interiores. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 33, 1024-1032.

Código Penal [CP] (1995). Decreto-Lei n.º 48/1995, de 15 de março: Código Penal. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 63.

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2006). Regulamento (CE) n.º 865/2006 do Conselho de 4 de maio: Que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Comissão Europeia [CE] (2017). Regulamento (CE) n.º 160/2017 da Comissão de 20 de janeiro: Altera o Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do seu comércio. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Conselho da União Europeia [CUE] (1997). Regulamento (CE) n.º 338/1997 do Conselho de 9 de dezembro: Relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Conselho da União Europeia [CUE] (2007). Regulamento (CE) n.º 1100/2007 do Conselho de 18 de setembro: Que estabelece medidas para a recuperação da unidade populacional de enguia europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Direção-Geral da Autoridade Marítima [DGAM] (2018). Edital n.º 632/2018 de 3 de setembro: Exercício da pesca profissional no troço internacional Rio Minho para 2019. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 126, 18431-18432.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2006). Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro: Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 24, 785-787.

Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006). Portaria n.º 798/2006 de 11 de agosto: Regulamenta o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, definindo os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 5787-5789.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas [MADRP] (2000). Decreto Regulamentar n.º 7/2000 de 30 de maio: Altera o Decreto Regulamentar n.º

43/87, de 17 de Julho, estabelecendo as medidas nacionais dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacional. *Diário da República*, 1.^a Série B, n.º 125, 2494-2509.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas [MADRP] (2010). Portaria n.º 928/2010 de 20 de setembro: Estabelece períodos de interdição para a pesca em águas interiores não marítimas durante os quais é proibida a captura, manutenção a bordo, desembarque, transporte, exposição e venda de certas espécies. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 183, 4129-4129.

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território [MAMAOT] (2012). Portaria n.º 180/2012 de 6 de junho: Proíbe a captura, detenção, transporte e comercialização de enguia (*Anguilla anguilla*) durante os meses de outubro, novembro e dezembro. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 110, 2939-2940.

Ministério da Agricultura e do Mar [MAM] (2015). Decreto-Lei n.º 222/2015 de 8 de outubro: Procede à regulamentação da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 197, 8715-8730.

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE] (2008). Decreto n.º 8/2008 de 9 de abril: Aprova o Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Minho, concluído na sessão plenária da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, que se realizou em Madrid em 5 de Março de 2004. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 70, 2140-2152.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional, da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar (2014). Portaria n.º 14/2014 de 23 de janeiro: Define as artes permitidas, condicionamentos, termos do licenciamento e taxas aplicáveis ao exercício da pesca lúdica em águas oceânicas, em águas interiores marítimas ou em águas interiores não marítimas sob jurisdição da autoridade marítima. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 16, 474-479.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DADOS DE APREENSÕES DO MEIXÃO REFERENTES À GNR

Quadro 22 - Dados de apreensões do meixão referentes à GNR entre 2014 e 2018

	2014			2015			2016			2017			2018		
	PTer /Outros Órgãos	SEPNA	UCC	PTer /Outros Órgãos	SEPNA	UCC	PTer /Outros Órgãos	SEPNA	UCC	PTer /Outros Órgãos	SEPNA	UCC	PTer /Outros Órgãos	SEPNA	UCC
Nº de ações realizadas	1	152	90	0	107	99	2	287	67	3	271	59	0	189	131
Nº de redes apreendidas	1	103	89	0	49	135	0	72	58	5	219	110	0	103	153
Nº de Indivíduos detidos	1	1	3	0	2	3	2	16	1	4	6	3	0	14	21
Nº de Indivíduos identificados	0	5	12	0	8	27	2	40	11	2	24	19	0	23	49
Nº de autos por crime	1	8	23	0	6	58	2	17	6	3	12	3	0	28	17
Nº de autos de contraordenação	0	7	65	0	9	40	0	10	61	0	12	56	0	9	114
Nº de Kg apreendidos	2,94	10	37,98	0	5,7	304,24	0.8	11,3	75,95	32,365 ²⁶	7,559	103,99	0	2,311	156,34

Fonte: Direção SEPNA

²⁶ Dos quais 31,665 Kg provêm do Comando Territorial de Setúbal.

APÊNDICE B – MODELO DE ANÁLISE DE INVESTIGAÇÃO

Quadro 23 - Modelo de análise da investigação

Objetivo	Pergunta	Entrevista	Capítulos
Geral: Compreender e analisar a atuação da GNR de forma a garantir um combate mais eficaz na captura e comércio ilegal do meixão.	Partida: Quais as adaptações e procedimentos que deve a GNR efetuar por forma a assegurar um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão?		PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO CAPÍTULO 1 – COMÉRCIO ILEGAL DE VIDA SELVAGEM 1.1 Visão global 1.2 A Enguia Europeia 1.2.1 Ciclo de Vida da Enguia Europeia 1.2.2 Captura e Comércio Ilegal da Enguia Europeia CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO LEGAL 2.1 A Convenção CITES 2.2 Enquadramento Legislativo Comunitário
Específico (1): Analisar o modo de atuação da GNR face à captura e ao comércio ilegal do meixão.	Derivada (PD1): Quais os mecanismos utilizados pela GNR para proteger a população de enguia europeia?	Entrevista tipo A Questão n.º 1: Quais as ações tomadas pela Instituição para combater a captura ilegal do meixão? E face ao comércio ilícito? Questão n.º 2: Quais os meios envolvidos para o combate desta atividade ilícita? Questão n.º 3: Tendo em conta que esta problemática assume uma dimensão internacional envolvendo vários países, quais os acordos, protocolos ou formas de cooperação bilateral e internacional que a sua Instituição desenvolve ou se	

		encontra envolvida para impedir este ilícito?	<p>2.3 Enquadramento Legislativo Nacional</p> <p>2.3.1 Entidades competentes em matéria do meixão</p> <p>CAPÍTULO 3 – A GNR E O MEIXÃO</p> <p>3.1 Competência</p> <p>3.2 Modo de Atuação</p> <p>3.3 Estatística e Dados de Operações</p> <p>3.4 Panorama Internacional</p>
<p>Específico (2): Identificar a atividade que mais contribui para a preservação da espécie de enguia europeia.</p>	<p>Derivada (PD2): Que ação é mais relevante para o contexto da preservação da espécie: prevenção/controlo da captura ilegal do meixão ou investigação do circuito de comercialização?</p>	<p>Entrevista tipo A</p> <p>Questão n.º 4: No âmbito do combate à problemática do meixão, considera mais importante desenvolver ações dirigidas para a sua captura ou para os circuitos ilegais de comércio que envolve esta espécie?</p> <p>Questão n.º 5: Como é efetuada a investigação desta problemática por parte da sua Instituição? Existe um órgão de investigação especializado em matéria ambiental?</p>	
<p>Específico (3): Propor medidas que, eventualmente, poderão ser melhoradas e implementadas para combater o problema, no seio da Instituição.</p>	<p>Derivada (PD3): Que vertentes perturbam a atuação da GNR no âmbito da captura e comércio ilícito desta espécie?</p>	<p>Entrevista tipo A</p> <p>Questão n.º 6: Qual a sua opinião acerca do regime sancionatório imposto aos infratores no âmbito deste tema?</p> <p>Questão n.º 7: Considera fazer sentido que possa ser feita captura legal do meixão na bacia do rio Minho e proibida no resto do território nacional?</p>	

		<p>Questão n.º 8: Considera que a atividade de viveirista/aquacultura representa uma fonte de introdução de meixão capturado ilegalmente no mercado legal?</p> <p>Questão n.º 9: Na sua opinião, quais as principais vulnerabilidades atualmente existentes no âmbito do combate à captura e comércio ilegal do meixão?</p> <p>Questão n.º 10: Na sua opinião, quais as potencialidades/perspetivas futuras que poderiam ser implementadas para melhorar a eficácia da sua Instituição no combate à captura e comércio ilegal do meixão?</p>	
	<p>Derivada (PD4): Quais as melhores práticas utilizadas a nível europeu para enfrentar a problemática do meixão?</p>	<p>Entrevista tipo B (todas as questões)</p> <p>Entrevista tipo C (todas as questões)</p>	

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 24 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo A

Entrevistado	Nome	Posto/Cargo	Organização	Unidade/Departamento	Função	Modo	Local	Data
E1	Vítor Caeiro	Coronel	GNR	Comando Geral GNR	Diretor da Direção SEPNA	Presencial	Comando Geral GNR, Lisboa	12/04/2019
E2	Nuno Marinho	Capitão	GNR	UCC	Comandante do DCC de Matosinhos	<i>Email</i>	Piraeus, Grécia	12/04/2019
E3	João Nortadas	Tenente Coronel	GNR	Comando Territorial de Setúbal	Chefe da Seção de Informação e Investigação Criminal	Presencial	Comando Territorial de Setúbal, Setúbal	09/04/2019
E4	José Vieira	Tenente Coronel	GNR	Comando Territorial de Setúbal	Chefe da Seção SEPNA	Presencial	Colónia de Férias dos Serviços Sociais da GNR, Setúbal	12/04/2019
E5	Frederico Lobo	Técnico superior	ICNF	Divisão de Gestão de Espécies da Fauna e da Flora	Inspeção e Peritagem	Presencial	ICNF, Lisboa	15/04/2019

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 25 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo B

Entrevistado	Nome	Posto/Cargo	Organização	Unidade/Departamento	Função	Modo	Local	Data
E6	Juan García	<i>Lieutenant</i>	<i>Guardia Civil</i>	SEPRONA	<i>Chief of Group I UCOMA</i>	<i>Email</i>	Madrid, Espanha	12/04/2019
E7	Christian Tournié	<i>Lieutenant Colonel</i>	<i>Gendarmerie Nationale</i>	OCLAESP	<i>Deputy Head of OCLAESP</i>	<i>Email</i>	França	16/04/2019

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 26 - Caracterização da Amostra das Entrevistas tipo C

Entrevistado	Nome	Posto/Cargo	Organização	Unidade/Departamento	Função	Modo	Local	Data
E8	José Moreno	<i>Seconded National Expert</i>	EUROPOL	<i>Analysis Project Environmental Crime</i>	<i>Specialist</i>	<i>Email</i>		10/05/2019

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO A



ACADEMIA MILITAR

O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO COMBATE À CAPTURA E COMÉRCIO ILEGAL DO MEIXÃO

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Franco Amado

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Doutor João Loureiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O presente estudo, surge no âmbito da elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar com vista à obtenção do grau académico de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, subordinado ao tema “O papel da Guarda Nacional Republicana no combate à captura e comércio ilegal do meixão”.

O objetivo este trabalho de investigação é compreender e analisar a atuação da Guarda Nacional Republicana de forma a garantir um combate mais eficaz à captura e comércio ilegal do meixão.

As entrevistas representam uma importante fonte de recolha de informação, baseadas na experiência e conhecimento de diversos especialistas na matéria, contribuindo para melhorar a compreensão da realidade estudada.

Face ao exposto, solicito a V. Ex.^a que me conceda uma entrevista, tendo em consideração que o seu contributo será preponderante para atingir os objetivos propostos na investigação.

Grato pela sua disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

Miguel Franco Amado
Aspirante de Infantaria da GNR

1. ENQUADRAMENTO

O comércio ilegal de vida selvagem tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, tornando-se num dos crimes mais lucrativos do mundo com ganhos estimados entre os 6 e os 20 mil milhões de euros anuais (Nelleman et al, 2016).

A pesca da enguia na Europa é uma atividade praticada há milénios (Dekker, 2019) mas com o passar dos anos começou a registar-se um declínio acentuado nos *stocks* de enguia europeia (Miller et al, 2016).

Até ao ano de 2009 o comércio de meixão da espécie da enguia europeia entre a UE e a Ásia era permitido e feito em grande escala para ser usado em aquacultura, mas isso mudou quando esta espécie ficou protegida pela CITES. Ao ser protegida pela Convenção, a UE impôs a medida de “quota-zero” para todas as importações e exportações além das suas fronteiras, devido à necessidade urgente de preservar a população desta espécie de enguia, tornando ilícito o ato de comércio de meixão fora destes termos (Nijman, 2015).

No entanto a procura pelo meixão por parte do mercado asiático não cessou, continuando a ser feito de forma ilegal por redes criminosas (Stein et al, 2016) sendo Portugal um dos países envolvidos neste comércio ilícito (Crook, 2010).

A Guarda Nacional Republicana, no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, surge como a polícia ambiental competente para vigiar, fiscalizar, noticiar e investigar em todo o território nacional as ilegalidades referentes ao meixão.

Deste modo, é pertinente investigar as causas que levam este comércio ilegal continue a existir e de que maneira pode a GNR garantir um combate mais eficaz face a esta problemática.

2. BIBLIOGRAFIA

- Crook, V. (2010). *Slipping through the controls: a review of illegal trade in European Eel Anguilla anguilla*. TRAFFIC report prepared for the European Commission.
- Dekker W., (2019) The history of commercial fisheries for European eel commenced only a century ago. *Fisheries Management and Ecology*, 26, 6–19, doi:10.1111/fme.12302.
- Miller, M. J., Feunteun, E., & Tsukamoto, K. (2016). Did a “perfect storm” of oceanic changes and continental anthropogenic impacts cause northern hemisphere anguillid recruitment reductions?. *ICES Journal of Marine Science*, 73, 43–56. doi:10.1093/icesjms/fsv063.
- Nellemann, C., Henriksen, R., Kreilhuber, A., Stewart, D., Kotsovou, M., Raxter, P., Mrema, E., & Barrat, S. (2016) The Rise of Environmental Crime – A Growing Threat To

Natural Resources Peace, Development And Security. In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 12 de março de 2019 em [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The rise of environmental crime A growing threat to natural resources peace %2C development and security-2016environmental crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The%20rise%20of%20environmental%20crime%20A%20growing%20threat%20to%20natural%20resources%20peace%20development%20and%20security-2016environmental%20crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

Nijman, V. (2015). CITES-listings, EU eel trade bans and the increase of export of tropical eels out of Indonesia. *Marine Policy*, 58, 36-41. Acedido em 15 de março de 2019 em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X15000883>

Stein, F., Wong, J. C. Y., Sheng, V., Law, S. W. C., Schröder, B. & Baker, D. (2016). First genetic evidence of illegal trade in endangered European eel (*Anguilla anguilla*) from Europe to Asia. *Conservation Genetics Resources*. doi: 10.1007/s12686-016-0576-1.

3. DIPLOMAS LEGAIS

Ministério da Administração Interna [MAI] (2006). Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro: Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 24, 785-787.

Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006). Portaria n.º 798/2006 de 11 de agosto: Regulamenta o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, definindo os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 5787-5789.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

4.1 Nome:	4.5 Função:
4.2 Posto/Cargo:	4.6 Local:
4.3 Organização:	4.7 Data:
4.4 Unidade/Departamento:	

5. GUIÃO DA ENTREVISTA

Para atingir os objetivos da investigação é crucial que as suas respostas sejam o mais completas possíveis.

As respostas poderão ser facultadas a V. Ex.^a, caso o pretenda, assim como o respetivo trabalho final.

1. Quais as ações tomadas pela Instituição para combater a captura ilegal do meixão? E face ao comércio ilícito?
2. Quais os meios envolvidos para o combate desta atividade ilícita?
3. Tendo em conta que esta problemática assume uma dimensão internacional envolvendo vários países, quais os acordos, protocolos ou formas de cooperação bilateral e internacional que a sua Instituição desenvolve ou se encontra envolvida para impedir este ilícito?
4. No âmbito do combate à problemática do meixão, considera mais importante desenvolver ações dirigidas para a sua captura ou para os circuitos ilegais de comércio que envolve esta espécie?
5. Como é efetuada a investigação desta problemática por parte da sua Instituição? Existe um órgão de investigação especializado em matéria ambiental?
6. Qual a sua opinião acerca do regime sancionatório imposto aos infratores no âmbito deste tema?
7. Considera fazer sentido que possa ser feita captura legal do meixão na bacia do rio Minho e proibida no resto do território nacional?
8. Considera que a atividade de viveirista/aquacultura representa uma fonte de introdução de meixão capturado ilegalmente no mercado legal?
9. Na sua opinião, quais as principais vulnerabilidades atualmente existentes no âmbito do combate à captura e comércio ilegal do meixão?
10. Na sua opinião, quais as medidas/perspetivas futuras que poderiam ser implementadas para melhorar a eficácia da sua Instituição no combate à captura e comércio ilegal do meixão?

APÊNDICE E – GUIÃO DE ENTREVISTA TIPO B



MILITARY ACADEMY

THE ROLE OF THE REPUBLICAN NATIONAL GUARD IN THE FIGHT AGAINST ILLEGAL CAPTURE AND TRADE OF GLASS EELS

Author: Aspirant GNR Infantry Miguel Franco Amado

Orientator: Professor Doctor José Fontes

Coorientator: Doctor João Loureiro

Integrated Master's Degree in Military Sciences, in the Specialty of Security

Final Scientific Report on Applied Research work

Lisbon, may 2019

PRESENTATION LETTER

The present study is part of the elaboration of the Final Scientific Report of the Military Academy's Applied Research Work, in order to obtain the master's degree in Military Sciences in the specialty of Security, under the theme "The role of the Republican National Guard in the fight against illegal capture and trade of the glass eel".

The objective of this research work is to understand and analyze the performance of the Republican National Guard in order to ensure a more effective fight in the illegal capture and trade of the glass eels.

The interviews represent an important source of information gathering, based on the experience and knowledge of several experts in the field, contributing to improve the understanding of the reality studied.

In the light of the foregoing, I would ask you to grant me an interview, bearing in mind that your contribution will be predominant in order to achieve the objectives proposed in the research.

Thank you for your availability and collaboration.

Regards,

Miguel Franco Amado
Aspirant GNR Infantry

1. FRAMEWORK

The illegal wildlife trade has increased considerably over the past few years, becoming one of the most profitable crimes in the world, with an estimated profit calculated between EUR 6 and 20 billion per year (Nelleman et al, 2016).

Eel fishing in Europe is an activity practiced for millennia (Dekker, 2019) but over the years there has been a marked decline in European eel stocks (Miller et al, 2016).

Until 2009, the trade in European eel species between the EU and Asia was permitted and made large-scale for use in aquaculture, but this changed when this species became protected by CITES. By being protected by the Convention, the EU imposed the "zero-quota" measure on all imports and exports beyond its borders, because of the urgent need to preserve the population of this species of eel, making it illicit to trade out of these terms (Nijman, 2015).

However, the search for the Asian market did not occur, and continues to be done illegally by criminal networks (Stein et al, 2016), with Portugal being one of the countries involved in this illicit trade (Crook, 2010).

The National Republican Guard, within the scope of the Service of Protection of Nature and the Environment, emerges as the competent environmental police to monitor, report and investigate the illegalities related to the glass eels throughout the national territory.

Therefore, it is pertinent to investigate the causes that allow this illegal activity to continue and how GNR can ensure a more effective fight against this problem.

2. BIBLIOGRAPHY

- Crook, V. (2010). *Slipping through the controls: a review of illegal trade in European Eel Anguilla anguilla*. TRAFFIC report prepared for the European Commission.
- Dekker W., (2019) The history of commercial fisheries for European eel commenced only a century ago. *Fisheries Management and Ecology*, 26, 6–19, doi:10.1111/fme.12302.
- Miller, M. J., Feunteun, E., & Tsukamoto, K. (2016). Did a “perfect storm” of oceanic changes and continental anthropogenic impacts cause northern hemisphere anguillid recruitment reductions?. *ICES Journal of Marine Science*, 73, 43–56. doi:10.1093/icesjms/fsv063.

- Nellemann, C., Henriksen, R., Kreilhuber, A., Stewart, D., Kotsovou, M., Raxter, P., Mrema, E., & Barrat, S. (2016) The Rise of Environmental Crime – A Growing Threat To Natural Resources Peace, Development And Security. In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 12 de março de 2019 em [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The rise of environmental crime A growing threat to natural resources peace %2C development and security-2016environmental crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The%20rise%20of%20environmental%20crime%20A%20growing%20threat%20to%20natural%20resources%20peace%20development%20and%20security-2016environmental%20crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Nijman, V. (2015). CITES-listings, EU eel trade bans and the increase of export of tropical eels out of Indonesia. *Marine Policy*, 58, 36-41. Acedido em 15 de março de 2019 em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X15000883>
- Stein, F., Wong, J. C. Y., Sheng, V., Law, S. W. C., Schröder, B. & Baker, D. (2016). First genetic evidence of illegal trade in endangered European eel (*Anguilla anguilla*) from Europe to Asia. *Conservation Genetics Resources*. doi: 10.1007/s12686-016-0576-1.

3. LEGISLATION

- Ministério da Administração Interna [MAI] (2006). Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro: Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 24, 785-787.
- Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006). Portaria n.º 798/2006 de 11 de agosto: Regulamenta o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, definindo os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 5787-5789.

4. INTERVIEWER IDENTIFICATION

4.1 Name:	4.5 Function:
4.2 Position / Post:	4.6 Local:
4.3 Organization:	4.7 Date:
4.5 Department:	

5. INTERVIEW SCRIPT

In order to achieve this research's goals it is crucial that your answers are as complete as possible.

The answers may be given to you, if you wish, as well as the final work.

- 1.** What are the actions taken by the Institution to combat illegal capture of the glass eels? What about illicit trade?
- 2.** What means are involved to combat this illicit activity?
- 3.** Given this problem has an international dimension involving several countries, what agreements, protocols or forms of bilateral and international cooperation does your institution develop or are involved to prevent this offense?
- 4.** In the context of combating the problem of glass eels, do you consider it more important to develop actions aimed at its capture or at the illegal trade circuits that involve this species?
- 5.** How is the Institution investigating this problem? Is there an investigative body specializing in environmental matters?
- 6.** What is your opinion on the penalties imposed on criminals in this area?
- 7.** Do you think it makes sense that a legal catch may be performed in some parts of the territory and prohibited in others?
- 8.** Do you consider that the aquaculture activity represents a source of introduction of the glass eels caught illegally in the legal market?
- 9.** In your opinion, what are the main current vulnerabilities in the fight against illegal capture and trade of glass eels?
- 10.** In your opinion, what future measures could be implemented to improve the effectiveness of your Institution in combating illegal capture and trade of glass eels?



MILITARY ACADEMY

THE ROLE OF THE REPUBLICAN NATIONAL GUARD IN THE FIGHT AGAINST ILLEGAL CAPTURE AND TRADE OF GLASS EELS

Author: Aspirant GNR Infantry Miguel Franco Amado

Orientator: Professor Doctor José Fontes

Coorientator: Doctor João Loureiro

Integrated Master's Degree in Military Sciences, in Specialty Security

Final Scientific Report on Applied Research work

Lisbon, May 2019

PRESENTATION LETTER

The present study is part of the elaboration of the Final Scientific Report of the Military Academy's Applied Research Work, in order to obtain the master's degree in Military Sciences in the specialty of Security, under the theme "The role of the Republican National Guard in the fight against illegal capture and trade of the glass eel".

The objective of this research work is to understand and analyze the performance of the Republican National Guard in order to ensure a more effective fight in the illegal capture and trade of the glass eels.

The interviews represent an important source of information gathering, based on the experience and knowledge of several experts in the field, contributing to improve the understanding of the reality studied.

In the light of the foregoing, I would ask you to grant me an interview, bearing in mind that your contribution will be predominant in order to achieve the objectives proposed in the research.

Thank you for your availability and collaboration.

Regards,

Miguel Franco Amado
Aspirant GNR Infantry

1. FRAMEWORK

The illegal wildlife trade has increased considerably over the past few years, becoming one of the most profitable crimes in the world, with an estimated profit calculated between EUR 6 and 20 billion per year (Nelleman et al, 2016).

Eel fishing in Europe is an activity practiced for millennia (Dekker, 2019) but over the years there has been a marked decline in European eel stocks (Miller et al, 2016).

Until 2009, the trade in European eel species between the EU and Asia was permitted and made large-scale for use in aquaculture, but this changed when this species became protected by CITES. By being protected by the Convention, the EU imposed the "zero-quota" measure on all imports and exports beyond its borders, because of the urgent need to preserve the population of this species of eel, making it illicit to trade out of these terms (Nijman, 2015).

However, the search for the Asian market did not occur, and continues to be done illegally by criminal networks (Stein et al, 2016), with Portugal being one of the countries involved in this illicit trade (Crook, 2010).

The National Republican Guard, within the scope of the Service of Protection of Nature and the Environment, emerges as the competent environmental police to monitor, report and investigate the illegalities related to the glass eels throughout the national territory.

Therefore, it is pertinent to investigate the causes that allow this illegal activity to continue and how GNR can ensure a more effective fight against this problem.

2. BIBLIOGRAPHY

- Crook, V. (2010). *Slipping through the controls: a review of illegal trade in European Eel *Anguilla anguilla**. TRAFFIC report prepared for the European Commission.
- Dekker W., (2019) The history of commercial fisheries for European eel commenced only a century ago. *Fisheries Management and Ecology*, 26, 6–19, doi:10.1111/fme.12302.
- Miller, M. J., Feunteun, E., & Tsukamoto, K. (2016). Did a “perfect storm” of oceanic changes and continental anthropogenic impacts cause northern hemisphere anguillid recruitment reductions?. *ICES Journal of Marine Science*, 73, 43–56. doi:10.1093/icesjms/fsv063.

- Nellemann, C., Henriksen, R., Kreilhuber, A., Stewart, D., Kotsovou, M., Raxter, P., Mrema, E., & Barrat, S. (2016) The Rise of Environmental Crime – A Growing Threat To Natural Resources Peace, Development And Security. In *United Nations Environment Programme*. Acedido a 12 de março de 2019 em [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The rise of environmental crime A growing threat to natural resources peace %2C development and security-2016environmental crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7662/-The%20rise%20of%20environmental%20crime%20A%20growing%20threat%20to%20natural%20resources%20peace%20development%20and%20security-2016environmental%20crimes.pdf.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Nijman, V. (2015). CITES-listings, EU eel trade bans and the increase of export of tropical eels out of Indonesia. *Marine Policy*, 58, 36-41. Acedido em 15 de março de 2019 em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X15000883>
- Stein, F., Wong, J. C. Y., Sheng, V., Law, S. W. C., Schröder, B. & Baker, D. (2016). First genetic evidence of illegal trade in endangered European eel (*Anguilla anguilla*) from Europe to Asia. *Conservation Genetics Resources*. doi: 10.1007/s12686-016-0576-1.

3. LEGISLATION

- Ministério da Administração Interna [MAI] (2006). Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro: Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 24, 785-787.
- Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006). Portaria n.º 798/2006 de 11 de agosto: Regulamenta o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, definindo os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 5787-5789.

4. INTERVIEWER IDENTIFICATION

4.1 Name:	4.5 Function:
4.2 Position / Post:	4.6 Local:
4.3 Organization:	4.7 Date:
4.6 Department:	

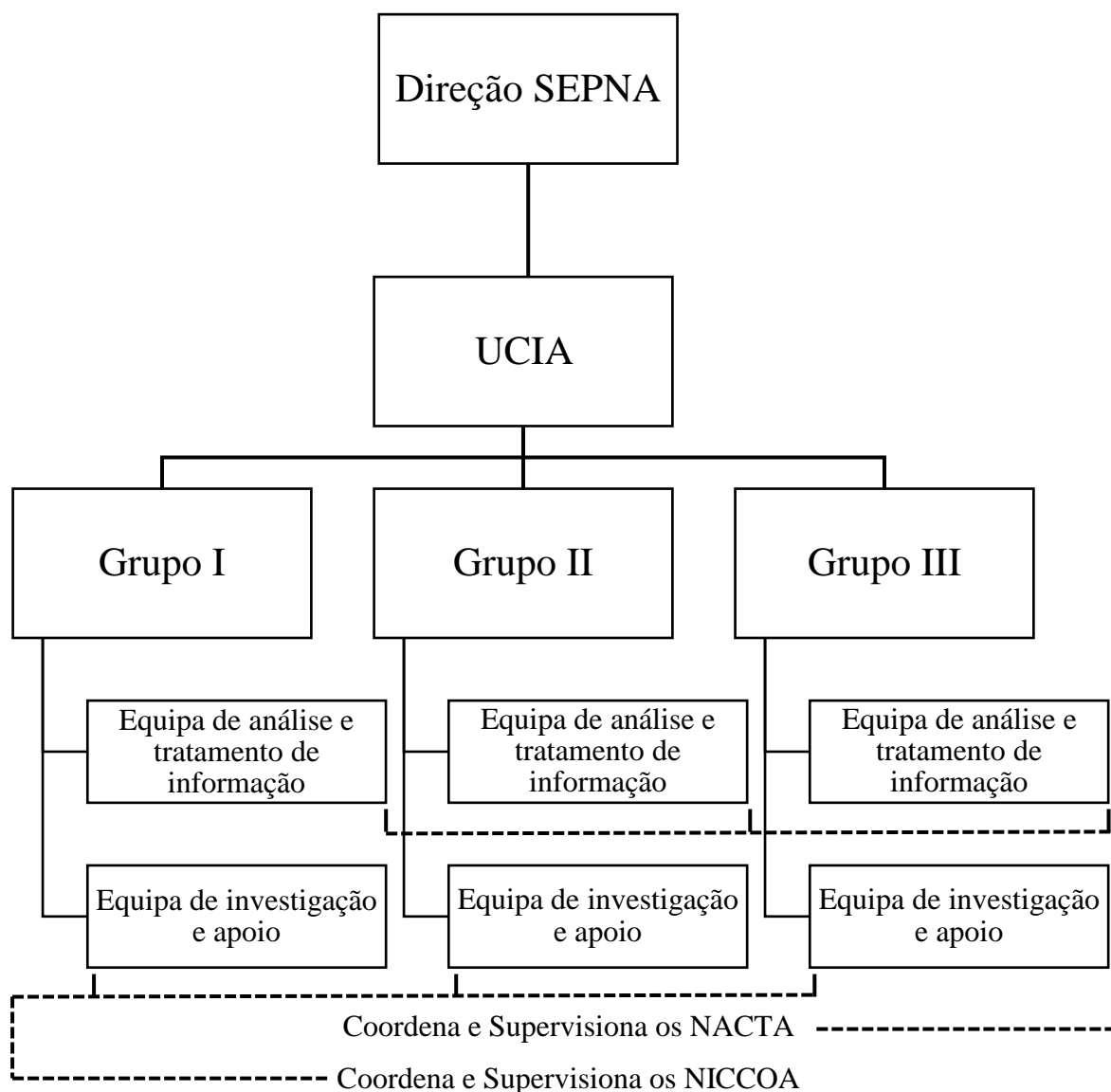
5. INTERVIEW SCRIPT

In order to achieve this research's goals, it is crucial that your answers are as complete as possible.

The answers may be given to you, if you wish, as well as the final work.

- 1.** What action has been taken by EUROPOL to combat illegal catch of the glass eels? What about illicit trade?
- 2.** Given this problem has an international dimension involving several countries, what agreements, protocols or forms of bilateral and international cooperation that EUROPOL develops or are involved in to prevent this illicit?
- 3.** Which countries are the most active in fighting illegal capture and trade in glass eels?
- 4.** In the context of combating the problem of glass eels, do you consider it more important to develop actions aimed at its capture or at the illegal trade circuits involving this species?
- 5.** How has Europol investigated this problem? Do you have specialized resources in this area?
- 6.** What is your opinion on the penalty regime in Europe generally imposed on criminals in this area?
- 7.** Do you consider that the aquaculture activity represents a source of introduction of the glass eel caught illegally in the legal market?
- 8.** In your opinion, what are the main current vulnerabilities in the fight against illegal capture and trade of glass eels?
- 9.** In your opinion, what future measures could be implemented to improve EUROPOL's effectiveness in combating illegal capture and trade of glass eels?

APÊNDICE G – PROPOSTA DO MODELO DA UNIDADE CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTAL (UCIA)



Áreas de competência do Grupo I: Fauna e Flora; Convenção CITES; Caça e Pesca; Controlo Sanitários e Proteção Animal.

Áreas de competência do Grupo II: Proteção dos Recursos Hídricos; Poluição Atmosférica; Poluição dos Solos; Ruído; Resíduos e Substâncias Perigosas; Atividades Perigosas ou Nocivas para o Ambiente.

Áreas de competência do Grupo III: Florestas, Áreas Protegidas e Rede Natura 2000; Incêndios Florestais; Ordenamento do Território; Exploração de Inertes; Turismo e Desportos; Património Histórico e Natural.

ANEXOS

ANEXO A – CICLO DE VIDA DA ENGUIA EUROPEIA

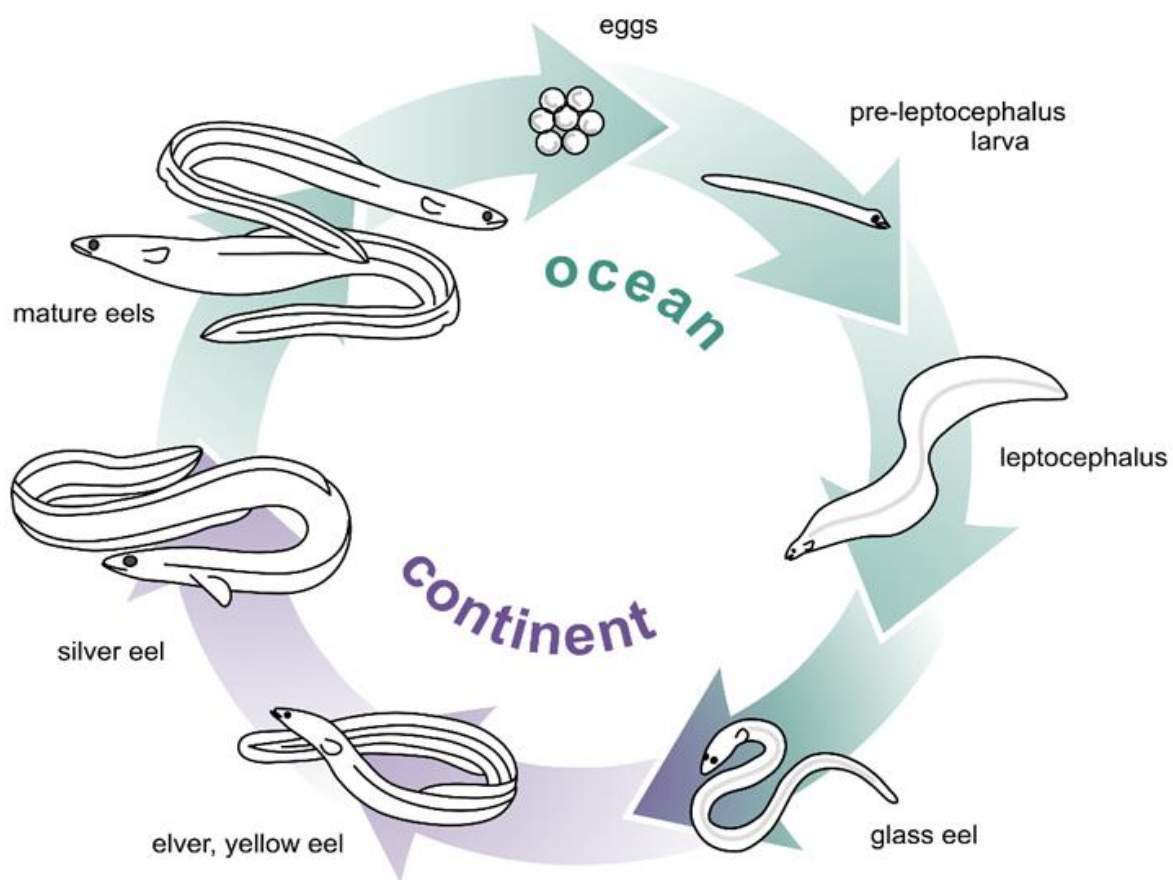


Figura 1 - Ciclo de vida da enguia europeia

Fonte: Henkel et al (2012).

ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DO MAR DOS SARGAÇOS



Figura 2 - Localização do Mar dos Sargãos

Fonte: <http://enguias.riadeaveiro.pt/a-enguia-europeia-e-o-seu-declinio/>.

ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO DA ENGUIA EUROPEIA

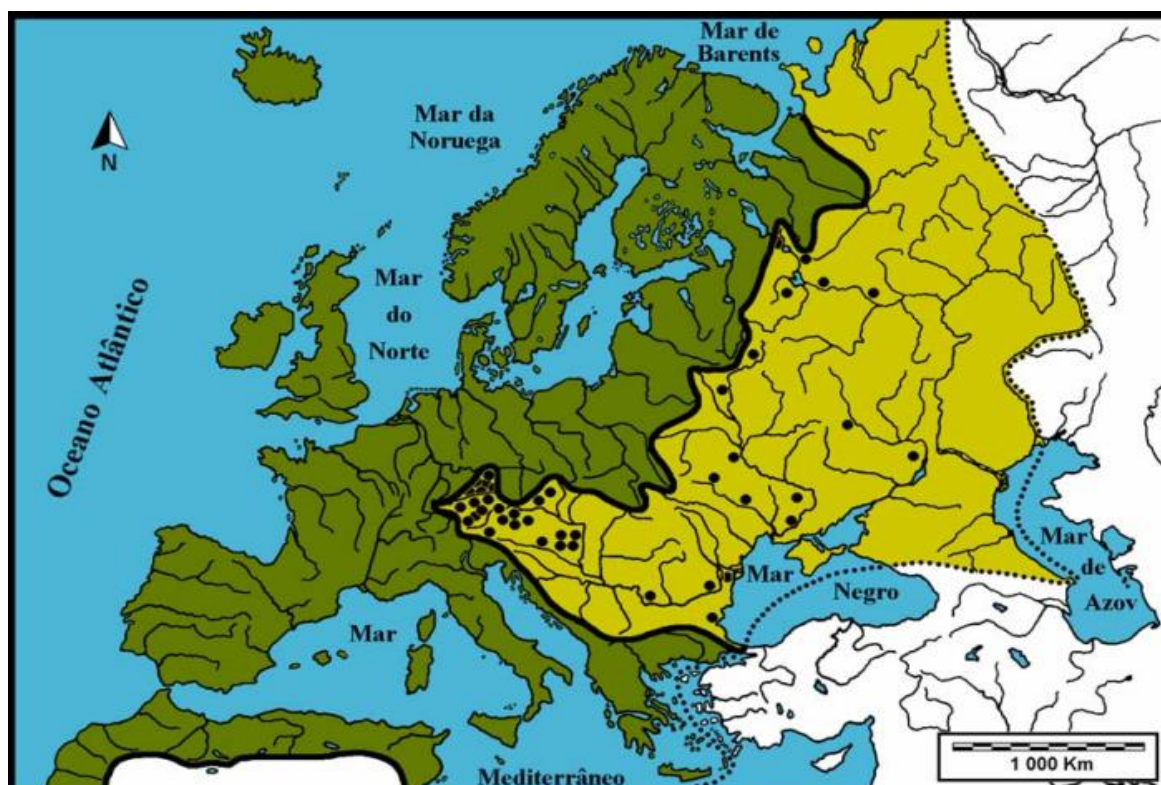


Figura 3 - Distribuição da enguia europeia em território continental (verde); ocorrências raras (amarelo)

Fonte: Domingos (2003).

ANEXO D – ESPÉCIME DE MEIXÃO



Figura 4 - Espécime de meixão

Fonte: Comando Territorial de Setúbal

ANEXO E – AQUACULTURA DA ENGUIA NO MUNDO

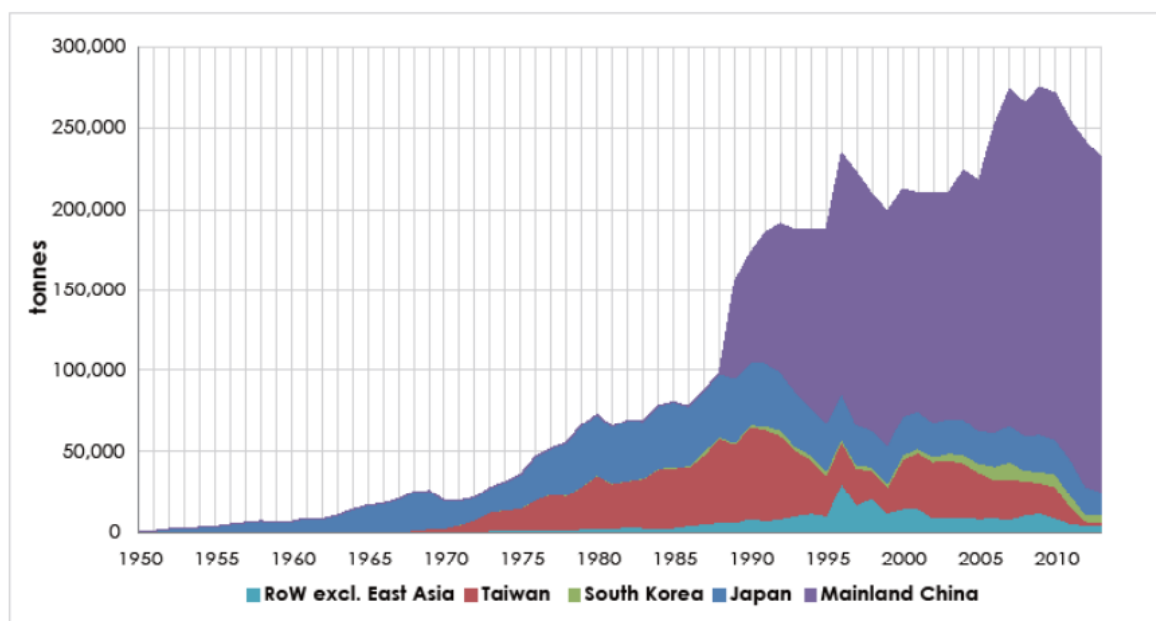


Figura 5 - Aquacultura de enguia no mundo

Fonte: Shiraishi, H. e Crook, V. (2015).

ANEXO F – REDES ILEGAIS USADAS NA CAPTURA DO MEIXÃO



Figura 6 - Redes ilegais usadas na captura do meixão

Fonte: Comando Territorial de Setúbal

ANEXO G – INTERMEDIÁRIOS



Figura 7 – Intermediários

Fonte: Guardia Civil

ANEXO H – VEÍCULO MODIFICADO PARA O TRANSPORTE DO MEIXÃO VIVO



Figura 8 - Veículo modificado para o transporte do meixão vivo

Fonte: Comando Territorial de Setúbal

ANEXO I – TRANSPORTE DE MEIXÃO EM CARGA DE PORÃO



Figura 9 - Transporte de meixão em carga de porão

Fonte: Guardia Civil

ANEXO J – SCANNER DA CARGA DE PORÃO DECLARADA COMO OUTRA ESPÉCIE (PARTE DE CIMA) COM MEIXÃO NA METADE DE BAIXO

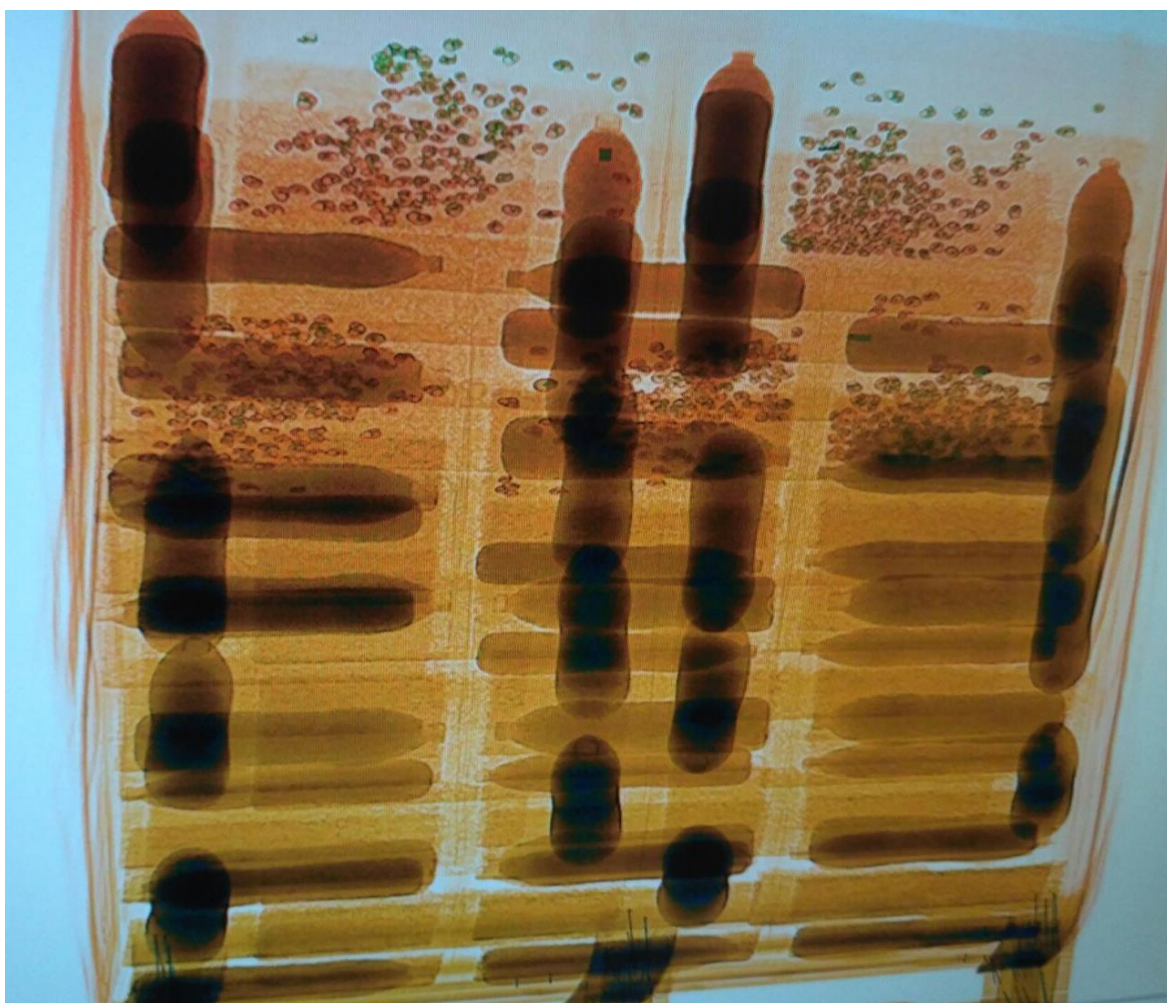


Figura 10 - Scanner da carga de porão declarada como outra espécie (parte de cima) com meixão na metade de baixo

Fonte: Guardia Civil

ANEXO K – TRANSPORTE DE MEIXÃO EM BAGAGEM DE MÃO



Figura 11 - Transporte de meixão em bagagem de mão

Fonte: UCC

ANEXO L – SCANNER NO AEROPORTO DA BAGAGEM DE MÃO

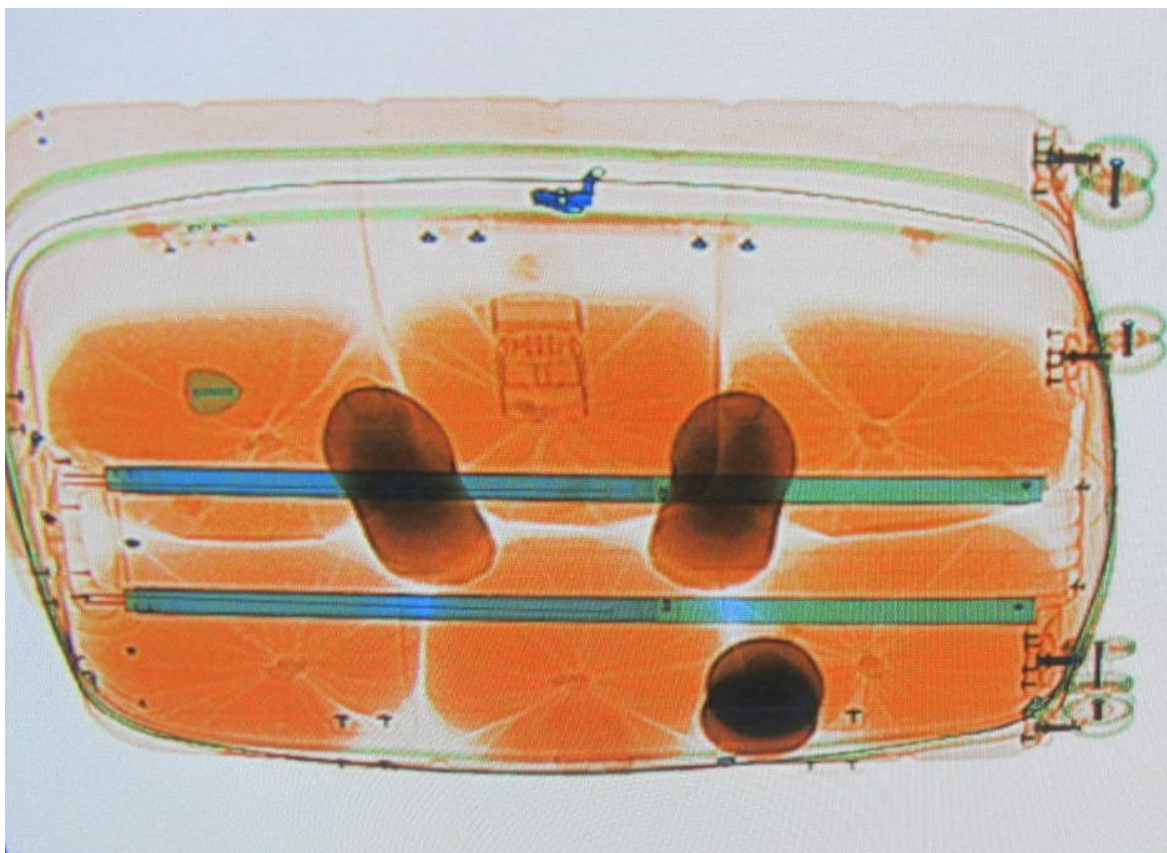


Figura 12 - *Scanner* no aeroporto da bagagem de mão

Fonte: Guardia Civil